



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO E DOUTORADO PROFISSIONAL
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO - UEMA

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA PROREITORIA DE
PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PPG PROGRMA DE PÓS GRADUÇÃO EM
HISTÓRIA – PPGHIST**

**ESCREVIVÊNCIA, INTERSECCIONALIDADE E ENSINO DE HISTÓRIA NA
OBRA DE CONCEIÇÃO EVARISTO**

VICTÓRIA KARINE MATTOS DOS SANTOS

São Luís - MA

2024

VICTÓRIA KARINE MATTOS DOS SANTOS

**ESCREVIVÊNCIA, INTERSECCIONALIDADE E ENSINO DE HISTÓRIA NA
OBRA DE CONCEIÇÃO EVARISTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em
História da Universidade Estadual do Maranhão com vistas à
obtenção do título de mestre.

Linha de Pesquisa: Memórias e Saberes Históricos

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Milena Galdez Ferreira

São Luís

2024

Santos, Victória Karine Mattos dos.

Escrevivência, interseccionalidade e ensino de história na obra de Conceição Evaristo / Victória Karine Mattos dos Santos. – São Luís, 2024.

115f.

Dissertação (Pós-Graduação) – Curso de História. Universidade Estadual do Maranhão, 2024.

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Milena Galdez Ferreira

1. Conceição Evaristo. 2. Becos da Memória. 3. Olhos d'água. 4. Interseccionalidade. 5. Idade Literatura negra-feminina. I. Título.

CDU 93/94: 37:821.134.3-055.2(=414)

VICTÓRIA KARINE MATTOS DOS SANTOS

**ESCREVIVÊNCIA, INTERSECCIONALIDADE E ENSINO DE HISTÓRIA NA
OBRA DE CONCEIÇÃO EVARISTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em História da Universidade
Estadual do Maranhão com vistas à obtenção do título de mestre.

Banca Avaliadora: 22/08//2024

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **MARCIA MILENA GALDEZ FERREIRA**
Data: 30/01/2025 17:53:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Márcia Milena Galdez Ferreira (PPGHIST/UEMA)

Documento assinado digitalmente
 **TATIANA RAQUEL REIS SILVA**
Data: 31/01/2025 09:49:17-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.a Dra. Tatiana Raquel Reis Silva (PPGHIST/UEMA)

Documento assinado digitalmente
 **CLAUDIA LETICIA GONCALVES MORAES**
Data: 01/02/2025 08:43:02-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Claudia Letícia Gonçalves Moraes (PGCult/UFMA)

Profa. Dra. Elizabeth Sousa Abrantes (PPGHIST/UEMA)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao Deus que me criou e me amou antes mesmo de eu ter nascido. A Ele toda a minha gratidão e louvor.

À minha família, um agradecimento especial por todo amor, torcida e suporte nos momentos bons e ruins de toda a minha jornada educacional, que já dura 22 anos consecutivos, sem vocês, não seria possível ter chegado tão longe.

Aos meus avós paternos que custearam minha educação básica, às minhas anciãs pelas intercessões, às minhas tias Silvana e Joseane por sempre vibrarem minhas conquistas e fazerem os melhores almoços, às minhas mães do coração Jaqueline e Valdenea que cuidaram de mim desde a primeira infância até os dias de hoje, obrigada por tanto amor.

Sobretudo, agradeço à minha mãe Ana Karina que, além de lutar pela minha vida, emprestou seu nome para que eu contasse novas histórias. Obrigada por não desistir de mim e por me trazer até aqui. A senhora sempre será meu maior motivo para continuar buscando mais.

Aos meus primos que seguraram minha mão e não me deixaram parar de prosseguir quando eu só pensava em parar. Em especial a Amanda e Lael, que me emprestaram suas forças, espero sempre poder contar com vocês e vocês comigo.

Aos companheiros de jornada que me ajudaram a sobreviver estes anos de pesquisa, em especial a Ricardo Marques, que me emprestou sua atenção e segurança, e a Gabriel Crispim, amigo para todas as horas com quem dividi anseios, inseguranças e as primeiras leituras do paradidático. Obrigada por tanto.

Àqueles que emprestaram sua atenção e seus corações para fazerem a leitura do meu paradidático, e que por muitas vezes me inspiraram com seus comentários: Vinicius Lima, Felipe Alves, Luana dos Anjos, Nayla Meneses, Amanda Caroline, Luiza Arce.

A Márcio Rogério, meu pai, e Dalva Helena, e sobretudo a meu irmãozinho, Victor Leonel, você não entende o que a irmã anda fazendo ainda, mas espero que se orgulhe no futuro.

À Universidade Estadual do Maranhão que desde 2017, na graduação, me acolheu e me proporcionou inenarráveis oportunidades de crescimento. Ao PPGHIST, programa que me oportunizou alçar voos que minha eu-menina jamais imaginou, pesquisando as coisas as quais eu acredito. A cada professor que contribuiu direta e diretamente para a minha jornada acadêmica.

Minha eterna gratidão a professora Márcia Milena Galdez Ferreira, minha orientadora, a quem nutro profundo carinho e admiração desde a graduação. Obrigada por acreditar em mim mesmo quando nem eu acreditei. Pelo voto de confiança desde o início e pelo suporte constante

durante toda essa caminhada. Espero um dia me tornar uma profissional ao menos perto do seu calibre.

A Josué de Jesus da Luz. Tio Joca, eu consegui. Você foi o motivo pelo qual eu quis terminar a graduação, o impulso que me fez entrar no mestrado, e a promessa que me incentivou a concluí-lo. Eu daria muitas coisas para que o senhor visse mais essa conquista, mas, em vez disso, prometo ir ainda mais longe para levá-lo comigo, afinal, foi você que me ensinou que o show sempre deve continuar. Eu nem sei como lhe agradecer, então, apenas obrigada por tudo. Amo você.

RESUMO

Neste trabalho abordaremos as experiências de mulheres negras nos livros *Becos da Memória* (2006) e *Olhos D'água* (2016), da autora Conceição Evaristo, numa abordagem interseccional. A partir da história cultural, discutiremos a relevância da literatura no ensino de História na educação básica, entendendo o romance e os contos selecionados como instrumentos de linguagem valiosos para serem trabalhados em sala de aula, bem como o nosso produto educacional, um livro que conta a história de uma protagonista negra em várias fases da vida, desde a infância até a fase adulta, com ênfase no período da adolescência.

Palavras-chave: Conceição Evaristo, *Becos da Memória*, *Olhos d'água*, Interseccionalidade, Literatura negra-feminina

ABSTRACT

In this work we will talk about the experiences of black women in the books *Becos da Memória* (2006) and *Olhos D'água* (2016), by author Conceição Evaristo, in an intersectional approach. From cultural history, we will discuss the relevance of literature in teaching History in basic education, understanding the novel and selected short stories as valuable language instruments to be worked on in the classroom, as well as our educational product, a book which tells the story of a black protagonist at various stages of life, from childhood to adulthood, with an emphasis on the period of adolescence. Keywords: Conceição Evaristo, *Becos da Memória*, *Olhos d'água*, Intersectionality, Black- female literature

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 – Capa do livro	107
---------------------------------------	-----

INTRODUÇÃO	11
1. A LITERATURA COMO OBJETO DO ESTUDO HISTÓRICO EM PROL DE PROMOVER UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E LIBERTADORA	22
1.1 UM DIÁLOGO ENTRE IRMÃS: a História e a Literatura dentro de uma perspectiva da História cultural do social.....	23
1.2 ESCRIVIVÊNCIA E MEMÓRIA.....	30
1.3 PARA ALÉM DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: uma educação	39
transgressora.....	39
2. A LITERATURA NEGRA-FEMININA COMO FONTE E OBJETO HISTÓRICO: uma reflexão sobre os escritos de Conceição Evaristo	50
2.1 INTERSECCIONALIDADE NA LITERATURA.....	51
2.2 DORORIDADE.....	56
2.3 AFRRORRESILIÊNCIA	77
3. AN(A)TOLOGIAS: (re)descobrimo o eu.....	92
3.1 ADOLESCÊNCIA, CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE E IDENTIDADE NEGRA NO BRASIL	92
3.2 O PARADIDÁTICO	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
REFERÊNCIAS.....	111

INTRODUÇÃO

A história da literatura brasileira traz raros exemplos de escritores negros que conseguiram conquistar um lugar de reconhecimento para si e/ou suas obras. Este contingente que obteve sucesso em nadar contra a correnteza, entretanto, era, até meados do século XIX, inteiramente composto por homens. A mudança desse cenário começa a ser observada, ainda que sem tanta comoção social ou popularidade, a partir da publicação do livro *Ursula*, de Maria Firmina dos Reis, considerado o primeiro romance a ser publicado por uma mulher negra no Brasil.

Maria Firmina dos Reis, nascida no início do século XIX, teve sua vida marcada pelas dificuldades vividas por uma mulher negra na sociedade escravista do Maranhão, que, como ressalta Mott (1989), era uma província considerada fortemente escravista. A estudiosa comenta ainda sobre a coragem da autora de escrever e publicar um romance com a abordagem que condena a escravidão, sendo posto, assim, como o primeiro romance abolicionista do Brasil – e, para muitos estudiosos, pioneiro também a nível de língua portuguesa. Filha de uma ex-escravizada que não viveu o suficiente para ver seu desenvolvimento, Reis foi criada por uma tia que possuía condições financeiras um pouco melhores, o que deve explicar o seu acesso à educação, além disso, a escritora, professora e musicista era autodidata.

O romance de 1859 retrata a história de amor protagonizada por Úrsula, uma jovem branca, “sinhazinha”, e Tancredo, um bem-nascido. A personagem principal é órfã de pai, e sua mãe, Luísa B, é uma senhora bondosa que luta contra uma enfermidade e tem como únicas posses um casebre e dois escravos: Túlio e Mãe Susana, personagens que, apesar de coadjuvantes, roubam a cena na obra, sendo bem construídos e tratados com humanidade pela autora: dotados de virtudes, sentimentos e memória, características negadas na ideologia escravista que transforma o homem e a mulher negros em meros objetos.

A viúva Luísa e Úrsula, por mais que humanizem Túlio e Susana, vale lembrar, ainda fazem parte do cruel sistema escravista. Entretanto, Maria Firmina dos Reis utiliza as personagens para criticar a violência sofrida pelos negros escravizados, bem como para fornecer um bom exemplo de relação entre brancos e negros, algo que é evidenciado também pela relação entre Túlio e Tancredo, que após cair de seu cavalo, é salvo pelo outro homem e posteriormente desenvolve uma amizade com ele.

Contudo, é nos diálogos entre os próprios escravizados que o local de onde Maria Firmina busca falar fica mais evidente. No capítulo IX, quando Túlio vai ao encontro de Mãe Susana para contar que conquistou sua alforria após ajudar Tancredo, os dois personagens

protagonizam um dos momentos mais emblemáticos da obra: o relato da mulher acerca de seu passado e seus sentimentos, sobre como ela vivia feliz com sua família e possuía uma filha, quando fora sequestrada pelos brancos escravistas, deixando-a apenas com as recordações de um tempo em que ainda havia felicidade. “E esse país de minhas afeições, e esse esposo querido, e essa filha tão extremamente amada, ah Túlio! Tudo me obrigaram os bárbaros a deixar! Oh! Tudo, tudo até a própria liberdade!” (Reis, 2018 p. 70).

É emblemático o uso do termo “bárbaros” para se referir aos escravistas. Enquanto a lógica eugenista buscava justificar a escravidão sob a ótica da não-humanidade do sujeito negro, que seria, portanto, inferior ao branco e subjugado por ele, a autora nos apresenta, pela fala de Susana, uma visão diferente, que não aparecia até então em nenhum documento ou ficção: o ponto de vista do negro, que via, nas ações do sujeito branco, o comportamento bárbaro.

Na narrativa de Maria Firmina dos Reis, portanto, os escravizados são representados de forma humanizada, destacando seus sentimentos e virtudes, em pé de igualdade com os brancos livres, ampliando suas vozes e experiências ante a uma literatura que até então só conhecia a branquitude. A autora, por meio dos personagens Túlio, Mãe Susana e Antero (sendo este último um escravizado pelo antagonista do romance), explora diversos aspectos da escravidão, incluindo resistência, solidariedade e a busca pela liberdade, ao mesmo tempo em que aborda a perda da autoestima e a complexidade das relações de poder na sociedade da época. É, assim, uma obra revolucionária e inspiradora, que após ser recuperada e publicizada a partir de 1975 (Duarte, 2005, p. 132), torna-se uma das mais importantes obras para se pensar acerca da literatura negra-feminina no Brasil.

A segunda metade do século XX é caracterizada pela efervescência dos movimentos negros no Ocidente, sobretudo nos Estados Unidos. A década de 1950 foi profundamente marcada por atos e protestos que inspiraram a mobilização coletiva na luta contra a discriminação racial. Dentre as personalidades envolvidas, destaca-se o emblemático pastor Martin Luther King e a costureira Rosa Parks, que virou símbolo do ativismo e resistência negra ao ser presa por se recusar a levantar de seu assento no ônibus para cedê-lo a uma pessoa branca.

Na década de 70, fecha-se o último ciclo da abordagem interpretativa clássica acerca das relações raciais no Brasil. Tais pesquisas retomam a problemática do negro na estrutura social: revelam um sistema de privilégios e exclusão baseados nos condicionantes raciais e afirmam existir uma nítida desigualdade entre negros e brancos na estrutura social no Brasil contemporâneo. Tais pesquisas refutam as hipóteses anteriores de que o preconceito racial tenderia ao desaparecimento à proporção que o sistema competitivo avançasse, proporcionando assim aos negros e aos “mulatos”, acessos aos novos espaços ocupacionais a partir através da mobilidade social destes na estrutura econômica brasileira. (Pacheco, 2008, p. 81)

Ratts (2021) observa que a partir da década de 1970 começa a ser perceptível a entrada de estudantes negras e negros nas universidades públicas do Brasil, sobretudo nos grandes

centros urbanos. É nesse contexto, em pleno regime ditatorial militar, que se inicia um engajamento mais significativo do movimento negro dentro das universidades, como o Centro de Estudos Afro-Asiáticos (Ceea), na Universidade Cândido Mendes (1974), o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN), a Sociedade Brasil-África (Sinba) e o Grupo de Trabalho André Rebouças (Gtar) na UFF (todos em 1975). Em 1978, a criação do Movimento Negro Unificado (MNU), que viria a se tornar um dos grupos mais influentes na mobilização pela conscientização acerca das questões raciais no Brasil. Na produção literária, destaca-se o surgimento dos grupos Negrícia Poesia e Arte de Crioulo (1982) e Quilombohoje (1980), ambos extremamente importantes para a formação e primeira divulgação dos escritos de Conceição Evaristo, participante dos dois grupos e também objeto de pesquisa deste trabalho.

A organização sem fins lucrativos Quilombohoje atua na editoração dos *Cadernos Negros*, um projeto que teve a sua primeira publicação em 1998 e segue em plena atividade. O grupo realiza saraus, encontros, palestras, oficinas e demais eventos a fim de promover a literatura de escritoras e escritores negros e a consciência social acerca das questões raciais. Duarte (2006) afirma que nesse período não só havia uma efervescência do movimento negro no Brasil, mas também “tempo de descoberta da escrita literária como trabalho de processamento e depuração, com rascunhos e mais rascunhos recheando suas gavetas.” (Duarte, 2006, p. 2). Esse contexto também favoreceu o surgimento do coletivo Negrícia Poesia e Arte de Crioulo, no Rio de Janeiro, que contava com nomes como Djalma Oliveira, Salgado Maranhão e Ana Maria Gonçalves. O grupo promovia a cultura afro-brasileira e também dialogava com outras culturas afro-diaspóricas, entretanto, dissolveu-se cinco anos depois, em 1987, o que não diminui o impacto dos autores e suas obras frente a produção da literatura afro-brasileira.

O século XX também imprime em sua história a marca do feminismo, movimento forte e persistente que ao longo da sua trajetória coleciona conquistas árduas pelos direitos e igualdade das mulheres. O direito ao voto, concedido em 1932, é provavelmente o mais importante deles. Desde então, a luta se amplificou e ramificou em diferentes nichos buscando atender às demandas pautadas pelos movimentos, que se dividiam principalmente em direitos e participação política e independência socioeconômica, que entre outras vitórias, podemos citar o direito de portar cartões de crédito, em 1974, e o direito de se divorciarem, em 1977.

A luta feminista se mescla com o advento da produção intelectual acerca do feminino. De acordo com Soihet e Pedro (2007), dentre as áreas das Ciências Humanas, a História teria sido uma das últimas a mobilizar em seus trabalhos, a categoria “mulher”. Os primeiros eventos acadêmicos acerca do tema teriam surgido apenas na década de 1970, nos quais as autoras

destacam os estudos acerca da personagem Penélope, do clássico A Odisseia, realizados na França em 1973. Importante salientar este fato, pois ele demonstra como a interdisciplinaridade sempre fora uma ferramenta valiosa no estudo sobre o feminino.

O desenvolvimento de novos campos tais como a história das mentalidades e a história cultural reforça o avanço na abordagem do feminino. Apóiam-se em outras disciplinas – tais como a literatura, a lingüística, a psicanálise e, principalmente, a antropologia –, com o intuito de desvendar as diversas dimensões desse objeto. Assim, a interdisciplinaridade assume importância crescente nos estudos sobre as mulheres (Soihet, Pedro, 2007, p. 285)

Os estudos históricos, apoiados nas intervenções teóricas realizadas pela Escola dos Annales, com o advento de novos campos de estudos e da perspectiva revisionista, tornou-se um catalizador para o surgimento da categoria História das Mulheres. Contrariando a perspectiva de um “homem universal” na qual a palavra “homem” representaria todas as pessoas, o campo da História das Mulheres, aliados ao movimento feminista, argumentava o fato de que as mulheres nunca estiveram claramente inseridas na historiografia, mas sim vivendo à margem da imagem do protagonismo masculino, uma vez que a maioria esmagadora dos acadêmicos que construíram os “saberes formais” eram homens.

Joan Scott, no tocante da análise da categoria histórica então recém-criada, teve importância significativa, tendo seus estudos circulado inclusive no Brasil, onde também serviu como base para a construção do pensamento de outras importantes intelectuais. A autora observa que, haja vista o apagamento da história das mulheres, havia a necessidade de um revisionismo histórico e uma reivindicação para que se acrescentasse a participação feminina dentro dos eventos da humanidade, destacando o seu papel neles. Tal pauta de certo modo acusava a historiografia, vista até então como um saber científico, total, de ter um domínio de conhecimento apenas parcial em suas narrativas. Logo, a pluralidade de perspectivas se fazia necessária dentro da História, uma versão “total” que transformava homens e mulheres em seres iguais perante a sociedade não era o suficiente.

O mundo ocidental - A modernidade organiza o mundo ontologicamente em termos de categorias homogêneas, atômicas, separáveis. A crítica contemporânea ao universalismo feminista feita por mulheres de cor e do terceiro mundo centra-se na reivindicação de que a intersecção entre raça, classe, sexualidade e gênero vai além das categorias da modernidade. Se mulher e negro são termos para categorias homogêneas, atomizadas e separáveis, então sua intersecção mostra-nos a ausência das mulheres negras – e não sua presença. (Lugones, 2014, p. 935)

A inserção da categoria mulheres para tratar do sujeito feminino, entretanto, não se mostrou suficientemente eficaz. Assim como uma “história dos homens” como aspecto universal não dava conta de descrever a vivência feminina na sociedade, muito menos reconhecia o seu papel ativo nas transformações políticas, sociais e demais setores da experiência humana, “mulheres”, num caráter universalizante também promovia o apagamento

de várias outras existências: “Mulheres negras, índias, mestiças, pobres, trabalhadoras, muitas delas feministas, reivindicaram uma ‘diferença’ – dentro da diferença. Ou seja, a categoria ‘mulher’, que constituía uma identidade diferenciada da de ‘homem’, não era suficiente para explicá-las”. (Soihet, Pedro, 2007, p. 287) Entendemos, portanto, que as primeiras mobilizações de tal categoria, feitas por mulheres brancas de classes sociais privilegiadas, com acesso, por exemplo, às universidades, também teorizava sob a ótica do próprio privilégio, suas reivindicações, assim, não atingiam grande parcela das mulheres, que não se viam representadas por tal vertente de pensamento.

O feminismo negro nasce para abarcar o que as duas causas (o movimento negro e o movimento feminista) tinham em comum, mas não conseguiram abraçar: as mulheres negras. Vítimas de dupla discriminação, racial e de gênero, era necessário dar às mulheres negras espaço próprio para que suas vozes fossem ouvidas, uma vez que a falta de representatividade de mulheres negras inclusive dentro dos movimentos de raça e gênero era uma situação constante. “Nós, mulheres negras sem qualquer ‘outro’ institucionalizado que possamos discriminar, explorar ou oprimir, muitas vezes temos uma experiência de vida que desafia diretamente a estrutura social sexista, classista e racista vigente, e a ideologia concomitante a ela”. (hooks, 2013 p. 208)

Num contexto de injustiça social, é necessário denunciar as práticas de abuso, injúria, discriminação, subalternização e afins. As mulheres negras, mesmo sendo mulheres, não eram abraçadas pelo feminismo, e mesmo sendo negras, também não eram abraçadas pelo movimento negro. Esse não-lugar imposto às mulheres negras perpetuava uma condição de exploração e manutenção de privilégios dos homens e dos brancos, era necessário, portanto, fazer a própria voz ser ouvida, pois é mais que evidente que ninguém mais poderia ou lutaria esta batalha por elas. O feminismo negro, portanto, surge para finalmente lutar pela voz dessas mulheres, dupla, tripla, infinitamente silenciadas na sociedade. Mulheres com Angela Davis, Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez. Sobre a questão do irrompimento com o silêncio, Djamila Ribeiro (2018), no seu livro *Quem tem medo do feminismo negro?* Comenta:

Muitas feministas negras pautam a questão da quebra do silêncio como primordial para a sobrevivência das mulheres negras. Angela Davis, Audre Lorde e Alice Walker abordam a importância do falar em suas obras. “O silêncio não vai te proteger”, diz Lorde. “Não pode ser seu amigo quem exige seu silêncio”, diz Walker. “A unidade negra foi construída em cima do silêncio da mulher negra”, diz Davis. Essas autoras estão falando sobre a necessidade de não se calar ante opressões como forma de manter uma suposta unidade entre grupos oprimidos, ou seja, alertam para a importância de que ser oprimido não pode ser utilizado como desculpa para legitimar a opressão. (Ribeiro, 2018, p. 83)

A professora Cláudia Pons Cardoso, ao discorrer acerca do feminismo negro por meio das pensadoras do Ocidente, como Collins e Lugones, enfatiza os efeitos da colonialidade nos

corpos negros, especialmente os femininos, criando estereótipos que perpetuam noções excludentes dentro da sociedade brasileira e da experiência ocidental num todo, com as devidas particularidades. Baseados em Mignolo (2017), entendemos que a colonialidade é um mal moderno, uma forma de pensamento que deve ser compreendida para ser combatida. Trata-se da celebração dos resultados dos feitos europeus ao longo dos séculos de história, defendendo um ponto de vista eurocêntrico dentro e fora do seu território, discursos como o do “descobrimento” do Brasil e das Américas, do “embranquecimento” do mundo e da “modernização” deste. Para romper com essa estrutura de pensamento nociva a tudo que não é branco, masculino, europeu e rico, é necessário que se promova reflexões acerca do lugar social dos negros, das mulheres, e das mulheres não-brancas, em especial as negras, racializando a categoria gênero, passando a não só observar a experiência feminina.

No Brasil, este foi um dos principais enfoques do feminismo negro: conquistar dentro da sociedade espaços para que mulheres negras fossem vistas, ouvidas, prestigiadas e sobretudo respeitadas. Um desses espaços é a literatura, majoritariamente masculina e branca e, quando não, feminina branca ou masculina negra. Fez-se e faz-se necessário, portanto, reivindicar e ocupar o espaço literário, inaugurar um espaço textual feito por e para mulheres negras, e população negra em geral, e colocar essas escritoras em foco, tentativa realizada através desse trabalho e da própria literatura de Conceição Evaristo, que “sem descartar a necessidade histórica do testemunho, supera-o para torná-lo perene na ficção” (Duarte, 2005, p. 309)

Becos da Memória (2006) é o romance mais autobiográfico da autora. Escrito em 1988, o texto passou quase vinte anos engavetado até ser publicado em 2006. O livro conta sobre uma favela cujo nome não é revelado, bem como o local onde está inserida, o foco da literatura está em seus moradores, homens, mulheres, crianças, idosos com narrativas a serem contadas através da percepção de Maria Nova, a narradora.

Nossa heroína é, de acordo com a própria Conceição, a personagem que mais possui semelhanças com ela própria. O teor autobiográfico da obra, porém, não se restringe a esta personagem: os tios que cuidam da menina, o casal Maria Velha e Tio Totó nada mais são do que representações dos tios que a acolheram em sua casa, já que não possuíam filhos e poderiam ajudar a desafogar a casa de sua mãe, cheia com seus oito irmãos.

No texto, a favela de *Becos da Memória* (2006) passa por uma experiência que também faz parte da história da escritora: o processo que ela chama de “desfavelamento”. Este é o contexto no qual os personagens estão inseridos, responsável por gerar tensão em toda a obra, juntamente com as situações paralelas de alegria e, sobretudo, tristeza, a qual os moradores são impostos na sua jornada de vida particular. Fica evidente, portanto, os dois confrontos nos quais

os elementos da história se deparam: os individuais e o coletivo, imprimindo uma das marcas da literatura de Evaristo, sempre preocupada em mostrar a experiência, a memória, o sofrimento de um coletivo no qual ela se sente inserida.

Os personagens são responsáveis por desenvolver diversas temáticas que rondam a realidade das regiões periféricas das áreas urbanas no Brasil: a desigualdade social entre a favela e os bairros vizinhos, a violência doméstica, o tópico sensível da exploração sexual infantil, a sexualização do corpo do homem e, sobretudo, da mulher negra, a falta de representatividade de pessoas negras em posições de destaque e dentro do espaço da educação formal, dentre outros aspectos.

Personagens marcantes, como é o caso de Mãe Joana, a mãe da narradora Maria-Nova, e também de Ditinha, uma das protagonistas de problemática mais relevante para este trabalho, a questão da autoestima baixa da população negra, referente aos seus aspectos físicos e a seu próprio modo de vida e cultura. A questão de Ditinha, assim como a violência e a pobreza narrada em *Becos da Memória* (2006), é mais uma que ultrapassa os muros da ficção e chega à realidade. A não aceitação da sua natureza enquanto corpo negro, enquanto pessoa de pele escura, de cabelos volumosos, nariz largo, bocas grossas e carnudas, olhos saltados ou, como chama Conceição Evaristo, *olhos d'água*, gera na população negra uma opressão de si próprio.

Podemos entender a expressão *olhos d'água* de duas maneiras. Uma delas refere-se ao olhar do negro, cujos olhos têm um traço fenotípico um pouco mais aberto, sendo, portanto, um pouco maiores, com microexpressões mais visíveis. Mas, sobretudo, trata-se de olhos que estão, de certa forma, sempre lacrimejando, pois a lágrima expressa a tristeza, remete ao choro, indicando vivências de alguém que está constantemente chorando ou passando por situações que evocam o choro. Essa tristeza, por sua vez, remete à dor, aos vínculos quebrados pelo sequestro diaspórico, ao banzo — uma saudade de um lugar desconhecido e ao mesmo tempo familiar: da mãe África, do lar onde os negros escravizados foram arrancados. Assim, é uma expressão que nos fala sobre uma população inteira que carrega esse traço histórico, formando a identidade desse povo, sua história ancestral e trajetória. É a identidade de um povo brasileiro que, ao mesmo tempo, tem origem estrangeira e, por não ter vindo para o Brasil de forma voluntária, carrega um sentimento de estranheza, pois representam um pedaço de nação arrancado do seu local de origem e trazido ao Brasil. Esse processo de sequestro e diáspora, sem retorno, moldou a identidade brasileira, marcada pelo sofrimento de mais de 400 anos de escravidão.

O resultado é um constante descontentamento com a imagem que diariamente se reflete no espelho e que repercute na forma como esse indivíduo se relaciona com o mundo afora e com

o tratamento que ele lhe oferece. Também repercute no tocante à beleza que é produzida através de cuidados, como produtos para cabelo e pele. Os temas fortes de teor trágico são tão características da literatura negra quanto a linguagem poética, mesmo quando o texto é escrito em prosa. A combinação da temática e linguagem da composição dão origem ao conceito do “brutalismo poético”, que define perfeitamente os romances de Conceição Evaristo.

Eduardo de Assis Duarte (2006), ao discorrer acerca do primeiro romance publicado pela autora, Ponciá Vicêncio, utiliza o termo brutalismo poético pela primeira vez para caracterizar a escrita de Evaristo. O estudioso analisa como a linguagem concisa e ao mesmo tempo densa da intelectual negra descreve a vivência da sua personagem, uma jornada de crescimento mediante a dor. Esta não é uma característica apenas de Ponciá Vicêncio, mas de muitos personagens criados a partir da mente de Evaristo, que geralmente são inspirados nas experiências da própria autora, mas pode ser também encontrado na história de Cidinha-Cidoca, personagem hipersexualizada que vive como uma mulher-objeto na favela de *Becos da Memória* (2006), solitária, sem amigos ou parentes, apenas cobiçada pelo seu corpo, que passa a definir aos poucos, até “morrer de não viver”.

Também é o caso de Maria, mãe solo que trabalha como empregada doméstica na casa de uma família rica, e leva os restos da comida dos patrões para casa, destaca-se a divagação da mulher sobre os filhos nunca terem provado um melão na vida, a fruta, entretanto, nunca chega em casa, assim como ela, que morre linchada ao ser confundida como cúmplice de um assalto no qual o pai do seu primeiro filho participou. O conto que narra tal história se encontra no livro *Olhos d'Água* (2016) e traz de maneira emotiva a tristeza que ronda o coração da protagonista: a linguagem leve, em termos de acessibilidade e beleza, contrasta com a densidade das emoções de Maria, bem como com as dores que ela está sentindo – o corte da mão feito acidentalmente com a faca tecnológica dos patrões, que “corta até a alma”, a saudade do ex- amor, o cansaço pelo dia de trabalho, a expectativa para alimentar as crianças com as sobras da festa, o desespero da acusação, o sofrimento da violência física que a levou à morte injusta. Evaristo, assim, escreve com a beleza de um poema, uma representação brutal da realidade, arrebatando o leitor diretamente para a imersão total na dimensão que ela criou: uma ficção tão real que provoca o sentimento quase instantâneo de reconhecimento.

O livro *Olhos d'Água* (2016) é composto por quinze contos escritos por Conceição Evaristo. As temáticas e os perfis dos protagonistas são diversos, contudo, todos possuem homens e/ou mulheres negras no centro da cena. Nós escolhemos seis contos para serem analisados nesta pesquisa: “Olhos d'água”; “Ana Davenga”; “Duzu-Querença”; “Quantos filhos Natalina teve?”; “Beijo na Face” e “O cooper de Cida”. Todos protagonizados por

mulheres. Os três primeiros mencionados, nos dão a visão de mulheres que demonstram pensamentos de tristeza, de maneiras diversas: a dor do passado pobre, a exploração, a solidão, a vida apressada, sem tempo para apreciações. O amadurecimento delas, segundo o nosso próprio entendimento, está ligado à experiência da dor. Esta percepção nos é cara para promover a reflexão sobre os sofrimentos, desafios, perigos e pensamentos que rondam a vida de mulheres negras oriundas da periferia.

Os contos “Quantos filhos Natalina teve?”; “Beijo na Face” e “O cooper de Cida”, apesar de também trabalharem temáticas de extrema sensibilidade, estão em nosso planejamento como elementos que evidenciam a fortitude, a luta e a insubmissão da negritude feminina. Compreendemos que estes três textos tratam, de modos diferentes, talvez até opostos entre si, do desenvolvimento da identidade das suas protagonistas, e da coragem necessária para viver as suas vidas e suportar os seus percalços.

É vital destacar, na nossa dissertação, realizamos o esforço de esmiuçar cada uma das seis composições individualmente, por meio da análise de suas protagonistas, destacando os aspectos que consideramos mais relevantes para dialogar com a discussão a respeito da identidade negra-feminina. Além disso, também foram selecionadas personagens femininas do romance *Becos da Memória* (2006), sendo elas: Mãe Joana, Maria-Nova, Maria-Velha, Dora e Ditinha.

A análise das obras propostas tem sua estratégia pautada na tentativa de encontrar nas temáticas abordadas referências à realidade vivida por mulheres negras, sobretudo as das periferias das grandes cidades. Sendo assim, tem-se como cerne da discussão os entraves impostos pela sociedade capitalista, sexista e discriminatória às mulheres negras em situação periférica ou oriundas de condições subalternas. Tal problemática não poderia ser abordada de outra forma se não através da interpretação do olhar de uma mulher que possuiu a sua vida inteira pautada em viver, perceber e dar visibilidade à discriminação sofrida pela população negra-feminina no Brasil.

No primeiro capítulo, apresentaremos nossas primeiras colocações acerca da relação entre história e literatura e como a questão da memória pode ser abordada por meio da representação literária. Num viés texto-monumento, entendemos que o tipo de escrita que pretendemos trabalhar, a “escrivência”, torna-se um importante instrumento de popularização e perpetuação de uma memória até então marginalizada: a das mulheres negras, a maioria de classes subalternizadas. Para mobilizar tais conceitos, dividimos este capítulo em três subtópicos.

No primeiro subtópico, buscamos pensar na intersecção entre literatura e história, com base em Chartier (2002), em Pollak (1989) e em Nora (1990), para falar do texto como

monumento a fim de constituir uma memória-ficção daquilo que a História oficial não contou. No segundo subtópico, apoiados em Pollak (1989), observamos que memórias subterrâneas, excluídas da memória coletiva ou nacional, existem nas sociedades, especialmente entre grupos discriminados, como as mulheres negras. Evaristo, cuja memória foi aniquilada pela discriminação de raça, gênero e classe, transformou essas memórias em romances, poemas. Esses textos, conceituados pela autora como “escrevivência”, configuram lugares de memória, segundo Nora (1990), trabalhando como monumentos históricos na literatura afro-brasileira. Essas memórias, entretanto, não devem ser ignoradas pela História, portanto, no nosso terceiro subtópico, propusemos o uso da literatura afro-brasileira, em especial a negra-feminina, como ferramenta para uma educação transgressora, como conceitua bell hooks (2013).

O segundo capítulo traz uma análise de algumas personagens negras do livro *Becos da Memória* (2006) e das protagonistas dos contos selecionados do livro *Olhos d'água* (2016), já supracitados. O objetivo é que este seja um artifício para que docentes, discentes universitários e demais comunidades interessadas tenham em mãos uma breve análise e resenha de personagens de ambas as obras, sob a ótica dos aspectos relacionados à dor e à dororidade de mulheres negras, conceito criado por Piedade (2017), e a afrorresiliência cunhado por Martins (2013), utilizando também os conceitos e análises feitos por Kilomba (2019), que entrevistou mulheres negras para sua tese de doutorado, posteriormente publicada em livro, intitulado *Memórias de plantação: episódios de racismo cotidiano*.

No primeiro subtópico, Duarte (2023) nos ajuda a pensar que a literatura afro-brasileira, especialmente a negra-feminina, tem ganhado destaque acadêmico nos últimos anos, com Conceição Evaristo emergindo como uma das escritoras mais consagradas. Observamos que a própria autora e seus escritos experimentam a interseccionalidade de Patricia Hill Collins (2017), destacando como essa abordagem é essencial para analisar as complexas formas de discriminação e resistência nas “escrevivências” de Evaristo, que integra temas de raça, gênero e classe de forma interconectada. No segundo subtópico, analisamos personagens das obras *Becos da Memória* (2006) e *Olhos d'água* (2006) sob a ótica do conceito de dororidade, introduzido por Vilma Piedade (2017), que compreende a solidariedade e empatia entre mulheres negras, baseadas em experiências compartilhadas de dor e opressão. No terceiro subtópico, pensamos nas personagens das obras supracitadas sob o olhar da afrorresiliência, conforme discutido por Martins (2013), termo que se refere à capacidade das mulheres negras de superar adversidades e não se deixarem abalar pelas opressões estruturais que enfrentam, trazendo à tona, a partir da Psicologia Positiva, a força e a resistência das mulheres negras perante os desafios que lhes são impostos.

O capítulo 3 destaca a adolescência como um período crucial para a formação do indivíduo, com mudanças neuropsicológicas significativas, conforme Siegel (2016). No nosso primeiro subtópico, argumentamos que a educação, especialmente a disciplina História, é essencial para constituição de identidade de jovens negros, oferecendo uma compreensão crítica da opressão e da história afrodescendente. Schwarcz (2012) discute a "raça social" e a subalternização das pessoas negras perante a sociedade, enfatizando a necessidade de um currículo que valorize a negritude. O capítulo argumenta que promover o orgulho racial e desafiar narrativas coloniais fortalece a autoestima dos jovens negros. Pensando nisso, no nosso segundo subtópico, apresentamos o livro de contos "An(a)tologias: (re)descobrimos o eu", como recurso educacional, trazendo um resumo dos contos e evidenciando os temas trabalhados, como a baixa autoestima, ansiedade, solidão e autoidentificação enquanto pessoa negra.

O produto educacional supracitado é um livro de oito contos, ponto central do nosso trabalho, um ato de escrivência inspirado por Conceição Evaristo. Por meio dos conceitos que desenvolvemos neste trabalho dissertativo, como escrivência, memória, afroresiliência e dororidade, abordamos temas que fazem parte da vida humana cotidiana, sobretudo no contexto do amadurecimento de uma menina-mulher negra de baixa classe social. Ana é, portanto, o retrato de experiências que vem desse lugar comum da memória afetiva dos relatos que perpassam pela nossa própria vivência e também pelas inúmeras vivências de pessoas negras, em especial as meninas e as mulheres. Um trabalho como este faz-se necessário nas prateleiras da Educação Básica, pois coloca o protagonismo na vida e nos pensamentos de uma adolescente, gerando nos leitores e principalmente nas leitoras a identificação e a empatia com a personagem principal, corroborando, assim, com a reflexão sobre temas tão importantes como autoestima, socialização, amizades, família e identidade negra.

1. A LITERATURA COMO OBJETO DO ESTUDO HISTÓRICO EM PROL DE PROMOVER UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E LIBERTADORA

No primeiro capítulo deste trabalho, buscamos entender a intersecção entre História, Literatura e Educação.

No primeiro subtópico, pensamos na relação entre literatura e história, com base em Chartier (2002), em Pollak (1989) e em Nora (1990), buscamos construir uma linha de pensamento que mostra que nem todas as histórias são contadas, permanecendo subterrâneas. O monumento tem a função de lembrar as pessoas, de tornar a memória presente no cotidiano e, nesse sentido, a literatura pode constituir um lugar de memória para as histórias que a História decidiu não contar. O texto passaria então a ser um monumento ideológico, material para entendermos a cultura de uma sociedade, uma vertente teórico-metodológica que Chartier (2002) chamará de História Cultural do Social.

Aquela noção obriga igualmente a remeter a modelação destes esquemas e categorias, não para processos psicológicos, sejam eles singulares ou partilhados, mas para as próprias divisões do mundo social. Desta forma, pode pensar-se uma história cultural do social que come por objeto a compreensão das formas e dos motivos — ou, por outras palavras, das representações do mundo social — que, a revelia dos atores sociais, traduzem as suas posições e interesses objetivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse. (Chartier, 2002, p. 19)

Essa visão corrobora com a forma com a qual pretendemos interpretar nosso objeto de pesquisa: o livro *Becos da Memória* (2006) e os contos selecionados do livro *Olhos d'água* (2016), ambos escritos por Conceição Evaristo, autora mineira, de origem humilde e negra. No nosso segundo subtópico, apoiados em Pollak (1989), observamos que há nas sociedades a existência de memórias subterrâneas, narrativas que por algum motivo não integraram a memória coletiva, ou, a memória nacional. Seja o ponto de vista de povos que foram dominados por outros, sejam atitudes que de alguma forma desonrem o legado de uma nação, como o caso do nazismo alemão, ou um ocultamento por conta de disputas políticas, as situações que promovem o apagamento de certas memórias são muitas. Entendemos que, no caso da memória das mulheres e, em especial, das mulheres negras, esse aniquilamento ocorre por se tratar de um grupo dupla ou triplamente discriminado, por sua posição de raça, gênero e classe social, como é o caso da autora pesquisada neste trabalho.

As memórias que Evaristo busca perpetuar e não encontram lugar nos livros de história acabaram por virar romances, poemas e contos que ela escrevera durante a vida, entretanto, passaram boa parte do tempo engavetados, até o momento no qual os textos, outrora subterrâneos, puderam emergir por meio da sua publicação.

Esses textos, os quais Evaristo chama de escrivência, um produto da memória

envolvida na ficção literária, configuram, na nossa análise, o papel de um monumento histórico, que não estará nas praças, em nomes de ruas ou em qualquer outro tipo de homenagem pública, mas constitui sim um lugar de memória, como conceitua Nora (1990), e este lugar é dentro da cultura literária brasileira, mais especificamente afro-brasileira, no novo segmento de uma literatura negra-feminina.

Por fim, no terceiro subtópico nos debruçamos sobre a necessidade de se criar uma educação libertadora, o que perpassa pelas bases de uma educação antirracista. Como instrumento para a realização desse modelo educacional, propomos a utilização do paradidático An(a)tologias: redescobrimos o “eu”, produto final desta pesquisa.

1.1 UM DIÁLOGO ENTRE IRMÃS: a História e a Literatura dentro de uma perspectiva da História cultural do social

Falar de Literatura e História é discorrer acerca de duas áreas conectadas que buscam, historicamente, se desconectar. As diferenciações de teoria, método e linguagem são antigas e remontam a séculos de reflexões da intelectualidade. Um ponto em comum, entretanto, que não se pode negar, é que ambas nascem da relação do homem com a memória. Enquanto a História estabelece uma relação mais conhecida com o conceito de memória, tendo em vista sua conexão com o “passado”, ou melhor, com a experiência humana, sobretudo enquanto sociedades, a literatura se alimenta da vivência humana em contextos ora mais, ora menos perceptíveis, por possuir, no seu processo criativo, a liberdade da invenção.

A literatura não contraria a velha lei de Lavoisier, conforme a qual nada se cria, tudo se transforma. Ainda que se considere que um escritor é um criador, ele produz uma obra a partir de sua experiência, de leituras e do que esperam dele. Esse ponto de partida é muito amplo, de modo que as variações são infinitas, e as obras bastante diferentes entre si. O escritor dispõe também de grande liberdade, pois, somando experiência e imaginação, ele pode ir longe, inventando pessoas, lugares, épocas e enredos diversificados. (Zilberman, 2005, p. 13)

A literatura, segundo Zilberman (2005), seria essa escrita livre durante o seu processo criativo, entretanto, ancorada nas vivências do autor, uma vez que é na mente dele que é gerada a narrativa. Entretanto, apesar da liberdade do autor, ele não é o único personagem a compor a dinâmica literária: assim como na lei básica da comunicação deve haver pelo menos um emissor e um receptor de uma mensagem, dentro da produção do texto literário, o autor divide o protagonismo com aquele que recebe sua obra: o leitor. O leitor seria, portanto, uma meta de alcance para o autor, assim, a composição do texto, livre, encontra seu limite de acordo com a área que decide alcançar.

O texto literário é, em termos de finalidade, algo para ser lido, e, portanto, interpretado. A interpretação passa, sobretudo, pelas intenções do autor. É a finalidade do texto que define a sua tipologia, e são os assuntos e o intuito do autor que definem o conteúdo do texto e a forma como ele será abordado. Uma bula de remédios tem caráter de informação técnica e direta, quem a escreve elencará as informações relevantes, e destacará aquilo que deve ser de mais valioso conhecimento. Já um jornal traz outro tipo de informação, pautado em destacar as informações mais relevantes do último período, e assim possui outra finalidade e formato. Mas e no caso da ficção, qual seria o fim? Qual o impacto autoral do verso, da prosa, do inventar e do criar para o leitor e para a sociedade que abraça o conteúdo literário?

A literatura é um campo de prestígio dentro dos aspectos culturais de uma sociedade. A escrita não é berço da ficção, mas se consagra como uma de suas principais moradas, lugar especial que também ocupa dentro da História. Mais uma vez, as irmãs se encontram, compartilhando a ferramenta da escrita, e logo se bifurcam novamente, buscando a sua separação através de métodos e abordagens, uma enquanto estudo e ciência, e a outra enquanto expressão e arte.

É necessário, entretanto, observar que não são áreas inimigas, mas complementares, Roger Chartier (2002) nos elucida e instiga a pensar que todo documento, literário ou não, atua como representação do real, produto da sua época e da finalidade da sua existência. Assim, o texto literário fornece ao trabalho historiográfico um material riquíssimo que possibilita inúmeras análises e problematizações para se pensar na realidade, tornando capaz a leitura de como pensa e interage a sociedade com determinado conteúdo, “de tal maneira, as noções de leitura, linguagem, representação, prática, apropriação, intertextualidade, dialogismo, dentre outras, são importantes para esse campo do conhecimento histórico [...]” (Borges, 2010, p. 96).

Nossa proposta, neste trabalho, é corroborar com a História Cultural, ao trazer para o debate historiográfico duas obras da categoria ficção literária. Buscamos compreender os textos como potenciais objetos de análise do historiador, bem como representações de uma sociedade contemporânea brasileira. Uma vez que a literatura ficcional também parte de algum lugar, é interessante que se descubra que lugar é este de onde estamos falando. Este ponto de partida descreve o indivíduo, que participa de uma sociedade. Aquele que escreve, portanto, não escreve sozinho, ele escreve a partir de suas experiências, sobretudo acerca de seu lugar social. Sua vivência enquanto sujeito está incluída em tropos que determinam sua visão de mundo, através daquilo que viu, ouviu, leu, viveu, dentre outros.

O historiador Roger Chartier realiza uma abordagem que propõe uma história que é cultural do social. Para o estudioso, ambas as áreas estão conectadas, logo, ao analisar cultura, estamos analisando também a sociedade que a produz, a perpetua e a destrói. Nesse modelo de entendimento historiográfico, é impossível compreender ou analisar uma obra fora do seu contexto de fabricação e de circulação, para que se entenda também a relação de quem produz cultura e quem recebe cultura. Assim, o historiador, ao analisar o documento literário, não deve se ater apenas ao produto final, mas sim se ligar, primeiramente, a quem o cria e a quem ele alcança.

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (Chartier, 2002, p. 17)

Uma historiografia até então preocupada sobretudo com as questões políticas e econômicas das sociedades que se propunham a estudar, encontra, no século XX, a proposição de uma nova vertente teórica e metodológica da História, com o advento da Escola dos Annales. Chartier, enquanto historiador membro da quarta geração deste movimento, dedica boa parte da sua obra a discorrer sobre essas mudanças e propõe um estudo no qual a cultura deixa de ser apenas um campo dentro do estudo social e se torna o ponto de partida, ou seja, a sociedade passa a ser entendida por meio da cultura.

Em uma microescala, aquilo que o indivíduo produz, diz respeito a sua visão, suas experiências, aquilo que ele vive e acredita, a forma como ele enxerga a sociedade, como ele se vê nela e também as suas projeções imaginárias de acordo com aquilo que permeia a sua mente. Todo produto cultural, por mais irreal que pareça, fantasioso, folclórico, parte de uma realidade. Esse material, para o historiador francês, é a representação de uma realidade, mesmo que esta esteja nas entrelinhas. Uma fábula, por exemplo, apesar de seu contexto não estar inserido numa realidade conhecida, ou seja, animais que falam e interagem socialmente uns com os outros numa linguagem humana, possui aspectos de uma representatividade extremamente evidente. Uma vez que seus personagens são animais da nossa natureza, com um comportamento humano. Sendo assim, mesmo que animais falantes não existam, essa invenção é, na verdade, um subproduto de uma realidade existente.

O historiador que se propõe a avaliar produtos culturais deve, portanto, se ater a estas questões sobre qual o mundo que o autor tem contato, como ele o vê e está inserido nele. Qual é o objetivo do autor, o que ele pretende quando escreveu sua obra, no caso específico da literatura? É interessante pensar que determinado texto só existe como é, por estar inserido em determinado contexto; tanto o pessoal do autor, quanto o coletivo da sociedade na qual ele está

inserido, sendo moldado pelo seu tempo.

Se todo documento, seja ele literário ou de fonte oficial, é uma construção que se pauta num sistema de regras próprias de escrita, peculiares a cada gênero de texto e específicas ao lugar socioprofissional de onde seu autor o produz, e é a partir daí que se cria um real em conformidade com a historicidade dessa produção e à intencionalidade dessa escrita, tanto o literato quanto a literatura, a linguagem e a sociedade, estão aprisionados nas teias da cultura e do tempo, ocorrendo entre tais instâncias influências recíprocas diversas. (Borges, 2010, p. 103)

No contexto brasileiro, a história da literatura, que cria o cânone literário perpetuado pelo ensino básico, se inicia juntamente com a exploração europeia nas terras sul-americanas. Geralmente, estuda-se literatura nas escolas num modelo linear.

Então, o primeiro passo é se pensar: quem é que produz cultura e qual é a relação de quem produz cultura com quem recebe essa cultura? Dificilmente, a classe subalterna vai produzir cultura para além da própria bolha social, mas é fácil que as elites produzam para todos, uma vez que precisa exercer sua dominação, e a questão cultural é uma das principais ferramentas para se controlar o imaginário de uma sociedade, através do entendimento das categorias psicológicas que forjam como as ações humanas são percebidas.

são as categorias psicológicas essenciais, aquelas em ação na construção do tempo e do espaço, na produção do imaginário, na percepção coletiva das atividades humanas, que são postas no centro da observação e apreendidas no que têm de diferente de acordo com as épocas históricas (Chartier, 2002, p. 36)

Nesse aspecto de pensar quem produz ou pode produzir cultura, surge outra questão: o que essa sociedade vai considerar cultura? Este não é um debate apenas daqueles que ditam as regras do cânone cultural, mas sim um assunto do dia a dia, no senso comum. Tomemos como exemplo o saudosismo: é extremamente comum, numa relação geracional, quando pessoas mais velhas escutam as músicas do momento entre os jovens, que tenham comentários sobre como em sua época as pessoas “tinham mais cultura”, as músicas “de fato tinham letra”, demonstrando um saudosismo sobre uma época que julgavam ser melhor. Para estas pessoas, o senso comum é não considerar cultura a música da atual indústria, considerando o que figura como popular como inferior, e elitizando outro determinado tipo de conteúdo.

No caso da cultura que não é produzida nem pensada pela elite, mas sim pela própria margem da sociedade, que atinge diretamente suas camadas mais baixas, não se preocupando assim em agradar aqueles que estão no topo, ela também não é considerada propriamente cultura, pois geralmente traz uma crítica ou desafio ao sistema dominante, e recebe um novo nome: o de contracultura, pois mesmo que não seja incluído no cânone, não se pode negar a sua existência enquanto expressão do imaginário social.

Para o antropólogo Carlos Alberto Pereira (1987), o movimento de contracultura pode ser dividido em duas vertentes: a rebeldia jovem que foi evidenciada pelos hippies, pelo rock, mochileiros e outros grupos da década de 1960; ou também pode se referir a um certo espírito

de enfrentamento diante da ordem vigente, sendo um tipo diferente de se fazer oposição frente a realidade existente, um fenômeno que, segundo um autor, reaparece de tempos em tempos, irrompendo o subterrâneo que Pollak (1989) afirma ser o lugar das memórias que não são perpetuadas pela memória oficial. Pereira (1986) discute ainda o conceito com base nos comentários de Luís Carlos Maciel, que evidencia o caráter transformador e independente dos movimentos de contracultura, bem como a sua marginalidade:

foi inventado pela imprensa norte-americana, nos anos 60, para designar um conjunto de manifestações culturais novas que floresceram [...] Contracultura é a cultura marginal, independente do reconhecimento oficial [...] Pode-se entender contracultura, a palavra, de duas maneiras: a) como um fenômeno histórico concreto e particular, cuja origem pode ser localizada nos anos 60; e b) como uma postura, ou até uma posição, em face da cultura convencional, de crítica radical. (Maciel apud Pereira, 1986, p. 13-14)

Em alguns casos, esses movimentos de contracultura representam a resistência de uma identidade silenciada na memória nacional. O Brasil, oriundo de um passado colonialista, tem a sua história marcada por um longo período de abuso de pessoas escravizadas, uma violência justificada pela discriminação étnico-racial, um imaginário enraizado, levado até as últimas consequências, difícil de ser expulso, ronda como um espectro ora mais, ora menos evidente na sociedade brasileira, porém vivo, muito vivo. O racismo é uma realidade que não só segrega negros e brancos, mas perpetua a violência destes contra aqueles, as vezes de modo pouco percebido, como o racismo recreativo, em outras, mortal e implacável, como diante da truculência policial.

Apesar da miscigenação ser uma realidade visível e inapagável, há uma tentativa de manter os núcleos socioculturais, a elite, as pessoas de expressão na mídia, e as profissões de relevância, majoritariamente brancas. A tentativa é não só de apagar os efeitos nocivos da história de uma sociedade escravista, mas eliminar a existência do próprio negro como realidade no Brasil. Por conta disso, as oportunidades nunca foram de fato ofertadas a essa população para que ela tivesse voz e fosse nitidamente ouvida, além de suas necessidades serem atendidas.

Ramos (2021), em sua tese de doutorado intitulada Gramática negra contra a violência de Estado: da discriminação racial ao genocídio negro (1978-2018), revela que a problemática da violência policial inicia suas discussões ainda na década de 1970, com Abdias Nascimento, que demonstrava preocupação com os crescentes números de homicídios que eram cometidos contra os jovens negros. Ramos (2021) identifica que a violência policial é uma prática dos porões nos anos de ditadura, que se oficializou como prática pública a partir da redemocratização do país, um problema que impacta de forma mais incisiva as camadas mais vulneráveis socialmente, como é o caso no negro morador da periferia. Contra esse tipo de violência, o sociólogo identifica que o movimento negro foi um dos principais agentes na luta

pela proteção da pessoa negra frente às práticas abusivas dos policiais brasileiros (Ramos, 2021, p. 30).

Assim, a população negra fora mantida, falando sobretudo para seus próprios pares, preservando os seus aspectos culturais, de maneira tímida e inicialmente reprimida, porém a realidade vem se alterando nos últimos anos, a partir sobretudo da década de 1970, os movimentos sobre a valorização da cultura e da pessoa negra irromperam grande parte de um silêncio que durara séculos. E também garantiu a essas pessoas a coragem que elas precisavam para confrontar o cânone social e cultural. Em busca de conquistar o seu espaço enquanto memória nacional, e identidade formadora do que é ser brasileiro. Desde então, muitos movimentos surgiram, muitas vozes começaram a emergir diante da subalternidade que antes as aprisionava.

Assim, a população negra fora mantida, falando sobretudo para seus próprios pares, preservando os seus aspectos culturais, de maneira tímida e inicialmente reprimida, porém a realidade vem se alterando nos últimos anos, a partir sobretudo da década de 1970, os movimentos sobre a valorização da cultura e da pessoa negra irromperam grande parte de um silêncio que durara séculos. E também garantiu a essas pessoas a coragem que elas precisavam para confrontar o cânone social e cultural. Em busca de conquistar o seu espaço enquanto memória nacional, e identidade formadora do que é ser brasileiro. Desde então, muitos movimentos surgiram, muitas vozes começaram a emergir diante da subalternidade que antes as aprisionava.

Dentro da literatura, a partir de 1970, com a fortificação do movimento negro, há a efervescência de uma literatura afro-brasileira, produção literária feita por pessoas negras, na qual o protagonismo também é negro, feito para pessoas negras. Na história da literatura brasileira, com a efervescência desse movimento, pela primeira vez o negro assume a posição de autor e protagonista num texto literário, sendo também o público-alvo daquilo que é escrito. Ao longo da história brasileira, com certeza temos muitos exemplos de intelectuais negros, ou uma literatura voltada à temática da negritude, entretanto, eram peixes nadando contra a correnteza, contudo, finalmente se configura como um cardume que consegue quebrar o impacto da água e sobreviver contra ela. Deixa de ser uma exceção e passa a ser uma nova resposta à pergunta: “quem pode fazer cultura no Brasil?”.

As reflexões de Antônio Cândido (2006) nos convidam a repensar a relação entre literatura e sociedade, reconhecendo a complexidade e a riqueza desse entrelaçamento. Sua abordagem nos alerta para a necessidade de uma análise crítica cuidadosa, que leve em conta não apenas os fatores sociais que permeiam as obras literárias, mas também a autonomia e a

singularidade de cada texto como expressão artística e reflexo da experiência humana. É interessante ressaltar a opinião do estudioso acerca da dinâmica entre autor (mensageiro), obra (mensagem) e público (receptor), três palavras que, dependendo da ordem as quais forem empregadas, mudam totalmente a semântica do que se diz:

A obra, por sua vez, vincula o autor ao público, pois o interesse deste é inicialmente por ela, só se estendendo à personalidade que a produziu depois de estabelecido aquele contacto indispensável. Assim, à série autor-público-obra, junta-se outra: autor-obra-público. Mas o autor, do seu lado, é intermediário entre a obra, que criou, e o público, a que se dirige; é o agente que desencadeia o processo, definindo uma terceira série interativa: obra-autor-público. (Cândido, 2006, p. 48)

Nesse contexto, a obra se torna não apenas um produto autônomo, mas também uma extensão do autor, refletindo sua visão, valores e experiências. O autor, por sua vez, atua como mediador dessa interação, moldando a percepção do público e influenciando sua interpretação da obra. Assim, a tríade obra-autor-público revela não apenas uma conexão estática, mas uma relação dinâmica e contínua, na qual cada elemento se influencia mutuamente, enriquecendo a experiência artística e cultural como um todo, com cada elemento afetando e sendo afetado uns pelos outros.

A Lógica mostrada por Cândido (2006), nos remete ao fato de que o autor, dentro de uma dinâmica de relação com a obra, não é algo sem total valor de mudança, mas sim uma questão que impacta diretamente na forma como a obra passa a ser vista. É pelo viés obra-autor-público que pretendemos, neste trabalho, pensar as obras de Conceição Evaristo, colocando-a não apenas no lugar de produtora literária, mas de sujeito que impacta a própria obra e também a sociedade, mediando ambas. Compreendemos que esta dinâmica não funciona melhor apenas pelo fato de se tratar da mesma autoria em duas obras distintas, mas sobretudo, por se tratar de uma escrevivência, um tipo particular de criação literária. Sobre o aspecto criativo, o autor também faz um insight interessante:

Portanto, a criação literária corresponde a certas necessidades de representação do mundo, às vezes como preâmbulo a uma praxis socialmente condicionada. Mas isto só se torna possível graças a uma redução ao gratuito, ao teoricamente incondicionado, que dá ingresso ao mundo da ilusão e se transforma dialeticamente em algo empenhado, na medida em que suscita uma visão do mundo. E para deixar claro este aspecto de derivação e retorno em face da realidade, poderíamos investigar o significado que a obra adquire como elaboração estética de um problema fundamental, e para nós bastante prosaico: o do ajustamento ao meio físico para sobrevivência do grupo, fenômeno básico em toda sociedade humana e sobretudo absorvente nas primitivas e menos evoluídas. Deste ângulo primário, a literatura aparecerá como algo que só a análise sociológica é capaz de interpretar convenientemente, pois ela mostra que naquelas sociedades o sentimento estético pode ser determinado por fatores diferentes dos que o condicionam entre nós, ligando-se estreitamente aos meios de vida, à organização social, e representando uma nítida sublimação de normas, valores e tradições. (Cândido, 2006, p. 65)

Ao transformar vivências em ficção, Conceição Evaristo extrai dessas memórias seu senso de realidade, “verdade” e as amarras conceituais do fato, adentrando de maneira muito

consciente ao “mundo da ilusão” que permite a escritora criar livremente, com poesia brutal e uma linguagem cativante, a sua própria visão de mundo. Enquanto a favela do Pindura-Saia onde viveu a sua infância, não existe mais enquanto lugar físico, a favela de *Becos da Memória* (2006) se ergue através da imaginação da autora, bem como Duzu-Querença, Maria, Ardoca, Ana Davenga e tantos outros protagonistas dos contos de *Olhos d'água* (2009), carregando seus ideais, imaginário, emoções e intenções, sedimentados através de palavras e perpetuados por meio do texto literário. Essa escrevivência volta, portanto, para a nossa realidade, com outro aspecto, não mais o de vivência, não uma autobiografia, mas como autoficção, uma fala/grito que incomoda diretamente a Casa-Grande, a Branquitude, aqueles que detêm o poder em detrimento da perpetuação de uma injustiça social.

1.2 ESCRREVIVÊNCIA E MEMÓRIA

O ser humano, enquanto ser natural, possui uma relação cíclica com a memória: constrói-se por meio dela, necessita de tal habilidade para sobreviver da melhor forma possível, e, em contrapartida, também a fomenta, cria, expande, grava. É inerente ao ser humano lembrar, bem como é inerente ao ser humano esquecer e, por isso, nasce a necessidade da criação de métodos para evitar ou dificultar a perda da memória.

“Memória”, portanto, em primeiro ponto, é uma capacidade cognitiva humana, utilizada para armazenar e recuperar informações das mais diversas naturezas: mecanismos, ideias, sentimentos, sensações, aprendizados. Embora não seja a preocupação deste trabalho a fisiologia ou psicologia do termo, entendemos que para compreender a sua aplicabilidade na questão social, perpassamos também pela natureza e pelo próprio indivíduo. É necessária a consciência de que faz parte da vida humana lembrar para que se crie um aspecto de formação sobretudo identitário, assim como faz parte da sociedade se edificar através da memória.

Walter Benjamin, filósofo e ensaísta alemão ligado à Escola de Frankfurt, se propôs a pensar acerca de vários elementos, inclusive os fundamentos da racionalidade de uma sociedade ocidental capitalista. O autor critica veementemente os aspectos do pensamento da sociedade capitalista, evidenciando o fato de que as experiências estariam sendo suplantadas e, portanto, a capacidade das pessoas de se comunicarem e compartilharem suas experiências umas com as outras, estaria sendo, juntamente, aniquilada. A visão do ensaísta acerca do capitalismo é extremamente pessimista.

Para ele, as revoluções tecnológicas e todas as inovações sociais, as políticas econômicas

provocadas por esse estilo de sociedade, levariam ao mais puro estado catastrófico da barbárie.

Qual o valor de todo o nosso patrimônio cultural, se a experiência não mais o vincula a nós? A horrível mixórdia de estilos e concepções do mundo do século passado mostrou-nos com tanta clareza aonde esses valores culturais podem nos conduzir, quando a experiência nos é subtraída, hipócrita ou sorrateiramente, que é hoje em dia uma prova de honradez confessar nossa pobreza. Sim, é preferível confessar que essa pobreza de experiência não é mais privada, mas de toda a humanidade. Surge assim uma nova barbárie (Benjamin, 1985, p. 115).

Apesar de não utilizar em seus escritos os termos “políticas de memória” e “políticas de esquecimento”, ambos os conceitos podem ser auscultados na forma como Benjamin analisava a sociedade. Ele argumentava que a possibilidade das pessoas se comunicarem, terem a oportunidade e a facilidade de narrar a sua própria história, estava sendo diminuída com o tempo, conforme o avanço do capitalismo. As pessoas estariam vivendo de forma tão fugaz e tão traumática, que não teriam mais nada a dizer, portanto, não teriam mais nada a compartilhar para o fomento de uma memória coletiva, e esta seria substituída por uma memória individual, em frangalhos.

Seguindo os passos da filosofia benjaminiana, uma maneira possível de compreendermos as razões deste esvaziamento da memória, ou, expressando-se em outros termos, desta política de esquecimento, reside no fato de que as vivências (Erlebnis) estão se sobrepondo as experiências (Erfahrung). De modo bastante simplificado, o filósofo utiliza Erfahrung para tratar do conhecimento adquirido através de uma experiência acumulada, prolongada, integral e comunitária. (Guimarães, 2019 p. 113)

A questão da produção cultural nessas sociedades, portanto, estaria ficando cada vez mais pobre. Essa também é uma política estatal, preocupada em narrar por si próprio. Não é interessante para o Estado que a sociedade tenha muitos planos narrativos, ou muitas visões sobre determinado assunto, mas sim que a sua narração seja protagonista, em detrimento de todas as outras que competem consigo pela hegemonia da construção de uma memória e de uma identidade nacional. Assim se cria dentro do aparelho estatal não só um pedestal para uma memória que deve ser fixa e reproduzida acriticamente, repetindo à exaustão os temas que considera relevantes, como também uma política de esquecimento. Porque se propõe a apagar da memória nacional todas as suas vergonhas e narrativas que não influenciam positivamente na hegemonia pretendida por aqueles que estão no poder, escondendo, portanto, as suas mazelas.

A História, enquanto área do conhecimento que instrumentaliza a memória, tem, dentro do contexto no qual adentramos, valor inegável na construção das bases de uma sociedade. Nas conhecidas palavras da historiadora Emília Viotti, “Um povo sem memória é um povo sem história, e um povo sem história está fadado a cometer no presente e no futuro os mesmos erros do passado.” Complementamos ainda que um povo que não se lembra, não consegue aprender, muito menos conhecer e reconhecer o outro ou a si próprio, isso porque estas habilidades são

decorrentes da utilização da capacidade mnemônica.

Michael Pollak (1989), historiador e sociólogo austríaco, apoiado no conceito memorialístico de Halbwachs, analisa que, para o francês, a expressão mais acabada de um grupo seria a ideia de “nação” e, sendo assim, a ideia mais acabada de lembrança coletiva, seria a memória nacional. Tal memória deve ter bases bem estabelecidas para se cristalizar da mente da sociedade, logo, o intelectual austríaco conclui que há um processo de constituição e formalização da memória, que não deveria ser somente coletiva, mas também social. Ora, o modo como escolhemos narrar os eventos históricos desemboca diretamente em como as mídias educacionais e culturais irão descrevê-lo, bem como a sociedade de modo geral lidará com esse fato.

Há, portanto, um perigo crucial na escolha daquilo que deve ser lembrado, aquilo que deve ser esquecido, e, sobretudo, como tais questões devem ser lembradas. Estas escolhas denotam um caráter de dominação: para que algo venha à tona, outras questões devem ser esquecidas, memórias que serão armazenadas num subterrâneo pouco visto e visitado, em detrimento da evidenciação de uma história oficial, que chegará às massas e se consagrará como representativa do coletivo. Os heróis que serão consagrados, os monumentos que serão construídos, quem será vencedor ou perdedor. As narrativas são, portanto, aspectos centrais que norteiam o pensamento social.

A História, como “ciência da memória”, se torna um importante local de disputa, no qual as classes dominantes possuem interesse em reger com mãos de ferro, a fim de manter o *status quo*. À classe dominante, interessa dominar, mais que uma experiência mnemônica, assim, a historiografia estabelece uma narrativa política que ajuda a construir a memória oficial e nacional.

Recentemente, no Brasil, houve um debate sobre o período denominado, de forma geral, como “ditadura militar”, falamos de modo geral pois é como costuma ser nomeado nas mídias e no senso comum, apesar de no seio historiográfico haver discussões a respeito do Golpe e de seus desdobramentos não terem sido apenas militar. Entretanto, sobretudo após um grande movimento de eleição democrática, inclusive a nível presidencial, de militares e militares aposentados, retomou-se uma antiga argumentação a respeito da não utilização do termo “ditadura”, mas sim “revolução” para nomear o evento nos livros de História e veículos de mídia de modo geral.

Este caso evidencia como as narrativas que constituem a memória de um povo interessam às classes dominantes, pois, como dito anteriormente, este é um dos instrumentos que mantém a sua posição de poder. O espaço historiográfico é, assim, um lugar de disputa onde, nas

trincheiras da memória, costuma vencer a hegemonia de quem consegue ocupar o poder, mas que é possível e preciso, ao silêncio dos esquecidos, lutar para conquistar território.

No exemplo descrito, percebemos que após o fortalecimento político dos militares brasileiros, houve uma tentativa de revisionismo frente à narrativa historiográfica com o claro objetivo de abrandar a memória de um dos eventos que “mancham” a história dos militares no Brasil. Há um tipo de revisionismo que nos interessa ainda mais: aquele que ocorre quando as classes subalternizadas, silenciadas e negadas o direito de perpetuarem as suas lembranças na memória oficial, banidas, portanto, do cânone historiográfico, também têm a possibilidade de irromper as barreiras que outrora as impediam de emergir do subterrâneo.

Esse fenômeno, mesmo que possa "objetivamente" desempenhar o papel de um reforço à corrente reformadora contra a ortodoxia que continua a ocupar importantes posições no partido e no Estado, não pode, porém, ser reduzido a este aspecto. Ele consiste muito mais na irrupção de ressentimentos acumulados no tempo e de uma memória da dominação e de sofrimentos que jamais puderam se exprimir publicamente. (Pollak, 1989, p. 5)

Michael Pollak (1989) cunhou o conceito de memórias subterrâneas. O historiador defende que há grupos sociais silenciados em detrimento do protagonismo de outros, seriam o caso dos “vencidos”, das “vítimas”, das “minorias” e de todos aqueles que apresentam ameaça ou não interessam aos grupos dominantes. São memórias consideradas dolorosas, as quais não participam do cânone cultural, portanto, não atuam claramente na formação de uma identidade nacional, contudo, representam sim nacionalidades banidas da identidade que se almeja na construção da sociedade.

Uma memória velada na sociedade brasileira é aquela que fala a respeito das bases raciais que a fomentam. Ao mesmo passo que não é possível negar o fato de um processo escravista, explorador da mão de obra de indígenas e de africanos sequestrados por quase quatrocentos anos pelas mãos dos colonizadores brancos e, majoritariamente, portugueses, nem a miscigenação que o contato entre essas três raças originou, há uma tentativa de abrandar o peso histórico destes fatos, assim como houve uma tentativa de suavização da cor da sociedade brasileira, que havia “escurecido demais” ao herdar os traços dos povos dominados, inferiorizados e objetificados pela cruel ideologia eugenista do colonizador.

Lilia Schwarcz (2012) nos relembra os impactos sociais das teorias raciais que vigoraram na mentalidade e nas instituições brasileiras. O “mito da democracia racial” possui, sobretudo, um caráter de apagamento do sofrimento dos não-brancos, seja na concepção de que eles devem ser erradicados em detrimento de um embranquecimento da população e da manutenção da sua pureza racial. Ou seja, no mito da democracia racial que vigorou a partir do início do século XX, no qual a miscigenação é vista com bons olhos, como prova de que o racismo não existe,

pois as raças se relacionam e se relacionaram a ponto de se misturarem em uma só, apagando, portanto, toda a violência e exploração sofridas pelos corpos negros e indígenas que geraram tal “mistura de raças”.

Fica evidente, dentro da análise proposta pela autora, que a questão racial, no Brasil, acompanha a forma de como a inferiorização das pessoas não-brancas foram seguindo os novos momentos e debates sociais. Escolhemos utilizar “inferiorização das pessoas não-brancas”, e não o termo “teoria racial”, porque entendemos que não fora de fato uma preocupação dos estudiosos e intelectuais da época se aprofundar ou problematizar a questão de forma assertiva ou combativa, mas sim de modo a manter uma hegemonia de pensamento que continuasse os privilégios das pessoas brancas que já se encontravam no poder. No século XXI, este ainda é um debate existente, no qual adicionamos mais um conceito que justificaria a manutenção dos privilégios de determinados grupos sociais, o de “meritocracia”.

Na sociedade capitalista, a mudança de classe social é difícil, mas não impossível. Assim, durante as últimas décadas, conseguimos perceber pessoas negras ascendendo socialmente: adentrando em cursos superiores, ingressando em profissões de prestígio, como a Medicina e o Direito, dentre outras. Essas poucas pessoas que conseguiram nadar contra a corrente são costumeiramente utilizadas para justificar a lógica do discurso meritocrático, mas não só. Cida Bento (2020), uma dessas mulheres negras que conseguiu ser uma exceção à regra, analisa o racismo das instituições e promove uma ideia de pacto narcisístico, no qual o branco justifica o seu próprio status, alegando que, se ocupa determinados postos prestigiados, isso se dá pela sua competência, pelo seu grau de escolaridade formal, porque merecia, e não por privilégios.

Há, portanto, na sociedade brasileira, uma tentativa de deslocar a realidade racial contemporânea de toda a sua história. Um discurso de que a partir da primeira abolição, em 1888, os negros estariam livres da escravidão e poderiam viver suas vidas da melhor maneira, sem nenhum impeditivo, e que, mais de cem anos depois, já deveriam ter se estabelecido e não necessitar de nenhum tipo de intervenção estatal, como políticas de ações afirmativas. Ignorando, assim, não só a gravidade da violência e das condições a que estes povos foram submetidos enquanto escravizados, como também todas as políticas de segregação e marginalização das instituições em vista de manter a negritude apagada o quanto pudesse de sua história, de suas representações sociais, de sua cultura, de seus espaços de convívio, dos seus traços fenotípicos.

O racismo deixa então de ser utilizado como justificativa para que pessoas negras sejam dominadas e escravizadas, por sequer considerá-los como pessoas e passa a ser utilizado para menosprezar as características da negritude dentro da sociedade brasileira, reconhecendo a

humanidade dos negros e negras, mas não considerando-os como iguais, e sim inferiores. Entendemos que essa linha de pensamento racista serviu tanto numa tentativa de evitar a miscigenação, quanto para diminuir seus efeitos dentro da sociedade, transformando-a, como argumenta Schwarcz (2012), ora em veneno, ora em remédio.

Uma vez que o embranquecimento da sociedade brasileira parecia não mais ser possível, haja vista a grande presença de traços negros que se perpetuaram no Brasil numa história de violência, exploração, estupro e sobrevivência, era necessário, para a elite, apagar a negritude o quanto se pudesse. Sendo assim, o negro deixa de figurar como escravo para ocupar o espaço de serviçal. Os africanos e afrodescendentes foram postos em certos pontos da sociedade, nos quais eles não seriam vistos como seres sociais, mas sim ainda como meros instrumentos de força de trabalho, não para serem intelectuais, mas para obedecerem, não para falar, mas para escutar silenciosamente.

Então, dentro da estratégia de dominação e de perpetuação desse domínio, havia uma necessidade de retirar as pessoas negras dos centros urbanos marginalizando-as. Era necessário, assim, impor que existe espaço de negro e existe espaço de branco, existe ocupação de negro e existe ocupação de branco. Aos brancos, mais inteligentes e instruídos, seriam atribuídos os espaços de intelectualidade e de comando. Aos negros fortes, porém não “desenvolvidos”, caberia espaço de serem servos, de precisarem da tutela do branco para sobreviverem em sociedade e, portanto, reservar-se-ia a eles os espaços de subalternização. Tais questões podem ser observadas ao analisarmos a literatura brasileira, que reflete diretamente as ideias da memória social acerca da negritude.

personagens negros, por via de regra, são moldados sob um olhar que os define dentro de uma ou outra característica, tal como estas: preguiçosos, adultos infantis, desorganizados em seus ambientes sociais e culturais, extremamente sexualizados com seus corpos infecundos, sujeitos incapazes de pensar ou viver sentimentos como o amor, o afeto. As culturas africanas e afro-brasileiras são exotizadas ou folclorizadas. (Evaristo, 2020, p. 28)

Essa mentalidade gerou sequelas profundas dentro da nação brasileira. O apagamento da história das personalidades negras, a discriminação racial que transformou o negro em “malandro”, “criminoso”, “mau”, “vadia”, “safada” e dificultou seu ingresso em cargos, instituições, espaços de intelectualidade e cultura. A autoestima baixa também é outro aspecto sintomático: a negritude não aparece porque é feia, não atua em cargos importantes porque não é competente, não fala porque ninguém quer ouvir. Entretanto, como o advento dos movimentos negros no Brasil, sobretudo a partir dos anos 80, esse pensamento vem sendo quebrado e problematizado. Iniciou-se um discurso de retomada de valorização da pessoa negra, bem como do reconhecimento do racismo estrutural e do combate direto a ele.

Dentro do aspecto cultural, priorizamos a análise literária, haja vista o nosso objeto de estudo - um romance e um livro de contos, ambos de autoria da intelectual negra Conceição Evaristo. Sobre esta questão, a autora negra percebe o local de invisibilidade que o negro ocupa nas produções literárias, ora aparece infantilizado, ora animalizado, ou, no caso feminino, surge ainda como uma “tentação” ao homem branco. Na contramão disso, estão os personagens da escritora, onde ela constrói um mundo negro, dominado por brancos, seguindo um aspecto de representar a realidade conforme ela percebe que historicamente funciona dessa forma, entretanto, quem protagoniza e o olhar que descreve tal representação não é mais o olhar do dominador, como geralmente ocorre dentro das narrativas históricas de caráter oficial, mas sim homens e mulheres negras expondo suas visões, falando em alto e bom som, para o tormento de todos os que representam a casa-grande.

Pode-se concluir que a construção de personagens brancas em meus textos é sempre representativa de alguma forma de poder. Estão no local de mando. Historicamente, é essa a nossa realidade, e a ficção, de certa forma, também não retira esse personagem desse lugar construído e permanente ao longo da História. Não retira, apenas denuncia. Pela construção dos personagens brancos aponta-se a prepotência, os desmandos, os privilégios do poder exercido pelas pessoas brancas sobre os não brancos. (Evaristo, 2020, p. 28)

Conceição Evaristo cria, então, um termo para descrever o tipo de literatura que ela produz e pretende produzir, algo que não é particular dela, mas sim atende a uma demanda que ela entende ser coletiva. Um trabalho essencial para dar voz a si própria e a todos que ela enxerga historicamente como seus iguais: negros, negras, favelados, crianças em situação de trabalho infantil ou desconforto no espaço escolar, trabalhadores rurais que têm seus direitos cerceados, mães, esposas, velhos e novos, pessoas que escolheram a solidão, pessoas que sobreviveram. Não sob uma ótica qualquer, mas uma que remete a uma figura especial pouco mencionada ou querida no cânone literário (ficcional ou historiográfico): a mãe-preta.

Escrevivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também (Evaristo, 2020, p. 30)

As potências das mulheres negras, não só inexploradas, mas também suplantadas, podadas com a violência do colonialismo e do pós-colonialismo, são tomadas de forma coletiva por Evaristo, que se propõe em suas obras a escrever sobre inúmeros perfis de mulheres, numa heterogeneidade notória, apesar de ser perceptível que todas partem de uma mesma raiz. Tomam novamente vida, através da ficção, uma vez que sempre representaram espaços mortos na história, uma terra por muito tempo estéril e inexplorada. Apesar de que não se deve reduzir esse esforço de romper o silêncio a uma tarefa apenas do silenciado, é notório que o pontapé,

ou o interesse inicial nesta tarefa passa a ocorrer sobretudo quando essas pessoas chegam aos espaços de fala e contam a sua própria história, um caminho longo e espinhoso que vem sendo percorrido por nossos ancestrais com resiliência, e que possibilita não só a escrevivência de Conceição Evaristo, mas todos os lugares de memória criados pelos subalternizados antes e depois dela, escrevivências plurais que adentram os sólidos muros da academia e as sensíveis mentes coletivas que por muitas vezes se encontram alheias à própria dor, e a dor do outro.

Nas palavras do professor de literatura Walter Mignolo (2017), a "colonialidade" é descrita como o lado mais obscuro da modernidade ocidental, representando uma matriz de poder que surgiu entre o Renascimento e o Iluminismo, durante a colonização das Américas. Este conceito é visto como uma pauta oculta da modernidade, operando como a lógica subjacente à fundação e ao desenvolvimento da civilização ocidental desde o Renascimento até os dias atuais. Argumenta-se que a modernidade não pode ser dissociada de sua contraparte sombria, pois não existe modernidade sem a presença da colonialidade. Esta matriz de poder influenciou profundamente a formação e o desenvolvimento da civilização ocidental, ao ocultar aspectos sombrios enquanto celebrava conquistas. Dessa forma, a lógica subjacente que resultou da colonialidade moldou a civilização ocidental desde o período da colonização até os tempos atuais, destacando-se como uma influência constante e determinante na trajetória da modernidade e, agora, é necessário subvertê-la.

Nesse sentido, entendemos que a escrevivência da intelectual não atua apenas como constituição de reivindicação de um espaço literário até então ocupado por brancos no qual o negro sempre fora figurante, mas também constitui um importantíssimo lugar de memória. Pierre Nora (1993) explica que há lugares de memória quando a memória não existe mais por si mesma, saímos da memória e entramos na história, e estes conceitos significariam áreas totalmente diferentes no imaginário social. A memória seria um espaço vivo, atual, suscetível a alterações e a todas as mudanças do tempo, inclusive o esquecimento, afetiva, mágica. É unificadora, de um grupo. A história já seria uma reconstrução sempre problemática e sempre incompleta daquilo que não existe mais, laica, intelectual, analítica dos discursos e de suas continuidades e descontinuidades.

Para Nora (1993), a memória transforma a lembrança no sagrado, e, portanto, em algo absoluto, sem se preocupar com detalhes ou comprovações. Já a história se ocuparia da lembrança como algo relativo, passível de interpretação e de problematização, ambas representam aspectos interessantes e vitais na construção do pensamento social. Por seu caráter de profunda pessoalidade, a memória está longe do científico. Este seria o lugar da história e, portanto, a história atuaria como destruidora da memória, transformando-a em outra coisa,

técnica, desacreditada, e não verdade, apenas representação. O autor nos fala ainda que há sociedades de memória (lembrança natural) e há sociedade de história (lembrança desnaturalizada), e seria justamente nesse segundo grupo que haveria a necessidade de se constituir lugares de memória, uma espécie de reduto guardião de tudo aquilo que a história esvaziou de sentido, de sua sacralidade.

O que secreta, veste, estabelece, constrói, decreta, mantém pelo artifício e pela vontade uma coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação e sua renovação. Valorizando por natureza mais o novo do que o antigo, mais o jovem do que o velho, mais o futuro do que o passado. Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de uma outra era das ilusões de eternidade. Daí o aspecto nostálgico desses empreendimentos de piedade, patéticos e glaciais. São os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralização e passageiras de uma sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares de uma sociedade que aplica os particularismos; diferenciações efetivas de uma sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos. (Nora, 1993, p. 13)

A modernidade brasileira, ocidental e capitalista, seguiu uma lógica comum: teria ou transformado sociedades de memória em sociedades de história, ou os grupos de memória teriam sido subalternizados, calados, vivendo no subterrâneo em detrimento de uma estrutura social que estabelece como memória oficial/nacional aquilo que é produzido pela História e pela historiografia, tornando a produção do conhecimento histórico um campo de disputa e dominação. Aos grupos silenciados, sobra a marginalidade, o esquecimento e a tentativa de nadar contra a corrente cultural que os exclui, surgem assim os movimentos de contracultura, os protestos, os abalos sociais responsáveis pela oportunidade de emergência das memórias subterrâneas.

Inicia, a partir desse irromper de memórias, uma nova disputa narrativa, como uma ferida na memória nacional. Os vencidos de Benjamin têm, finalmente, a oportunidade de novamente encontrar seus vencedores para uma nova batalha:

Esta postura implica igualmente a necessidade de se apreender o momento onde interferem vários fenômenos, a criação dos produtos e seu fetichismo, a reificação que encontramos na cultura oficial da sociedade burguesa. Este é um dos aspectos fundamentais do projeto Arcades de Benjamin. Simultaneamente, leva a tomar em consideração a cultura dos vencidos, da tradição cultural dos oprimidos, da cultura popular desprezada e ignorada pela cultura oficial da elite. (Lowy, 2011, p. 25)

É necessário criar, então novos lugares de memória, para que, quando o vento avassalador da rotina capitalista varrer com rapidez a cultura, as informações e demais aspectos identitários antes que fiquem tempo suficiente para criar raízes, os lembretes da existência e da história daqueles tradicionalmente oprimidos continuem de pé. É praticamente impossível imaginar tal iniciativa vinda do próprio Estado, geralmente responsável pela construção e manutenção de monumentos públicos: estátuas, datas comemorativas, áreas de preservação etc.

Assim, as comunidades que integram o corpo de “vencidos”, encontram outros locais para

guardar e resistir a sua memória, um desses locais é a literatura, como evidencia as páginas finais do romance *Becos da Memória* (2006), ao narrar os planos de Maria-Nova, que está vendo o local que guardava todas as suas memórias ser demolido, nos encontramos com a necessidade da menina: o, de estabelecer concretude através da escrita, impelindo-a ao desejo de armazenar o máximo de histórias que pudesse, pois um dia as escreveria como forma de não deixar que se perdessem. A literatura assume, então, a importante função de monumento, um marco para que a memória que a história não contou, não seja esquecida.

1.3 PARA ALÉM DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: uma educação

transgressora

A sociedade capitalista encontra a sua base na desigualdade. Esta é uma máxima conhecida, entretanto, geralmente é associada à desigualdade econômica, enquanto as demais categorias sociais permanecem em segundo plano, sem a devida problematização. Algumas dessas desigualdades, por mais que sejam evidentes, seguem silenciadas, numa espécie de iniciativa de que as mesmas não merecem a devida atenção, ou ainda que não são um problema em si, mas sim derivado de outras questões. É o caso, dentro da nação brasileira, do racismo. O mito da democracia racial mascarou por décadas os efeitos devastadores da discriminação racial, transformando em uma relação de desigualdade baseada sobretudo na questão econômica: a população negra teria sido marginalizada por ser pobre, por ser menos instruída formalmente, não por ser negra.

A historiadora Lilia Schwarcz, ao fazer um breve balanço a respeito do imaginário no Brasil, acerca da racialidade, destrincha alguns momentos ideológicos importantes, dos quais ainda podemos perceber os efeitos na sociedade brasileira contemporânea.

O Brasil de finais do XIX parecia condenado ao fracasso, tal a carga pessimista que recaía sobre a ideia de miscigenação. Segundo as teorias raciais deterministas, em grande voga naquele contexto, não haveria futuro para um país de “raças cruzadas como o nosso”, e definitivamente “degenerado”. Mas as políticas de eugenia, esterilização e um quase apartheid social dariam lugar a novos mitos, como o criado nos anos 1930, por Gilberto Freyre, mas também Donald Pierson e Arthur Ramos, entre tantos outros. Nesse caso, em vez de veneno seríamos o remédio, para um mundo em guerra e marcado por divisões de classe, origem e cor. (Schwarcz, 2012, p. 54)

Percebe-se que o caráter miscigenado não agradava os intelectuais do século XIX, que viam como um grande retrocesso misturar os bons genes brancos com os dos inferiorizados negros e indígenas significava poluir em aspecto genético o futuro da população brasileira. Era

necessário embranquecer o máximo possível a sociedade, o que significava não apenas evitar a miscigenação, mas incentivar a reprodução de famílias brancas, que seria a representação ideal de uma verdadeira família.

Ser mulher negra representa lutar contra a corrente da sobrevivência dentro de uma sociedade capitalista. A mulher, dentro do molde patriarcal, tem como função cuidar da sua casa, ser senhora do seu lar, administrá-lo, cuidar dos filhos, servir bem ao marido. A mulher negra não é mulher. A ela não cabe essas funções, a mulher negra cabe cuidar da casa e dos filhos da mulher branca, não como a “senhora da casa”, mas como pessoa explorada, “domesticada”.

No caso do Brasil, a mulher negra é mãe da criança branca: era ama de leite, enquanto abandonava seus próprios filhos, não por sua vontade, mas forçadamente. A mulher negra era obrigada a amamentar e a cuidar dos filhos de suas senhoras, e passou a ocupar um espaço similar, como “empregada doméstica”, “babá” dos filhos da mulher branca, mais uma vez sendo obrigada a retirar-se da vida dos seus filhos para garantir a subsistência de um lar que sofre com a sua ausência. Uma herança direta dos séculos exploratórios do regime escravista, como evidencia a pensadora brasileira Lélia Gonzalez:

A população negra brasileira se encontra numa situação que não é muito diferente de há noventa anos atrás, pois as formas de dominação e exploração não acabaram com a falsa abolição, mas simplesmente se modificaram. Continuamos marginalizados na sociedade brasileira que nos discrimina, esmaga e empurra ao desemprego, subemprego, à marginalidade, negando-nos o direito à educação, à saúde e a moradia decente.

A mulher negra, portanto, é explorada não só enquanto pessoa negra, mas também enquanto mulher, de modo interseccional. É negada a ela a sua feminilidade, a sua vaidade, porque a mulher negra não precisaria ser bonita, e sim apenas ser funcional. E mesmo assim, a mulher negra apresenta à mulher branca “virtuosa”, “perfeita”, “poderosa”, uma ameaça, com seus corpos voluptuosos e tentadores feitos para serem explorados. A mulher branca, subalternizada pelas relações de gênero, odeia a mulher negra, pois não quer, de forma alguma, que ela ocupe o mesmo lugar que ela.

E dentro desse aspecto, no qual a sociedade trata corpos negros e mulheres como objetos, como inferiores, como incapazes de exercerem funções importantes e assumirem cargos dentro da sociedade contemporânea, temos ainda a questão da dificuldade dessas pessoas de mudarem o seu status perante a sociedade. Portanto, à mulher negra é reservado canonicamente a solidão e a exploração. Ela deve (e precisa) sair da sua casa para cuidar da casa da mulher branca. A mulher negra sai da sua casa para trabalhar em “casa de família”, porque a sua não é vista como a casa de uma família.

Como os seus filhos não demandam ou não deveriam demandar tanto cuidado quanto os filhos daqueles que vão comandar a sociedade brasileira nos próximos anos, ou que pelo menos são preparados para isso. Ela não deve perder tempo cuidando dos seus próprios filhos, mas sim ajudando a formar aqueles que manterão as bases da sociedade como devem ser: mulher negra não cuida da sua casa, porque a mulher negra deve ser explorada pela casa onde realmente reside uma família. A família que é defendida pelo governo, defendida pelos discursos sociais, a família que é bem-vista, que é amada e que é considerada a base da sociedade. Não é uma família no qual uma mulher negra é senhora, mas sim uma a qual a mulher negra serve.

Até aqui no morro a gente vê dessas coisas. Noutro dia meu garoto saiu no braço com o filho da dona Maricota. Coisa de criança que briga agora pra estar brincando depois. Mas ela tomou as dores do filho e veio reclamar dizendo que não gostava de preto por causa disso. Disse pra ela que quando precisasse de uma caneca de açúcar ou de uns dentinhos de alho, que não viesse pedir emprestado em casa de preto não. Que quando ela precisa, a gente é vizinha pra lá vizinha pra cá; que quando não precisa mais a gente vira negra suja, piranha e por aí afora. A sorte dela foi que o marido chegou e puxou ela pra casa. Numa hora dessas a gente pode perder a cabeça, né? (Gonzalez, 2020, p. 161)

Gonzalez nos leva a pensar acerca dessa dinâmica entre famílias negras e brancas no conto *Mulher negra*: um relato, no qual a narradora-personagem descreve um evento de brincadeira que acabou em briga entre duas crianças vizinhas, contenda que se estendeu até as mães de ambas as crianças, uma delas sendo a protagonista, e a outra sendo a mãe de um lar branco. A discussão acarretou falas racistas que demonstraram o verdadeiro pensamento da mãe branca: apesar de terem provavelmente a mesma condição social, visto que eram vizinhas em uma periferia, a mulher demonstra sentimento de superioridade em relação à protagonista negra, justificada pelo fato dela ser uma mulher negra. A fala “não gosto de preto por causa disso” revela que se espera da pessoa negra certos comportamentos ruins perante a sociedade, como a agressividade, o “fazer barraco”, a criminalidade, a perversão, dentre outros.

Aponta-se, então, para o imaginário de que a pessoa negra sempre será a parte “ruim” dentro da sociedade, um mal que deveria ser combatido por políticas de embranquecimento e, sobretudo, de extermínio. Seja por meio do exacerbamento da violência policial contra a pessoa negra, ou pela perpetuação do ciclo de pobreza, ou por políticas para a redução de natalidade deste grupo, geralmente justificada pelo viés da pobreza. Esse imaginário se torna ainda mais violento quando é sobre o corpo, as vontades e as oportunidades destinadas as mulheres negras, que sofrem pressão de vários lados dentro do cânone social branco, masculino e elitista.

Dentro desse cânone social, a mulher negra, enquanto ser negro e enquanto ser feminino encontra dupla dificuldade de adentrar espaços na sociedade. De modo interseccional, ela é subalternizada e vista como intelectualmente inferior, uma vez que tanto a negritude quando a questão do feminino configura grupos sociais que necessitam de tutela, por seus maridos, seus

padrões, pelo próprio Estado, pois assim determinaram as estruturas sociais que por muito tempo impediram ambos os grupos de acender, perpetuando-os também nas camadas socioeconômicas mais baixas. A estes grupos fora negado e dificultado o acesso ao espaço acadêmico, ter direito à participação política, exercer determinadas profissões, dentre outros, algo que não fora particular do Brasil, mas comum em sociedades que também tiveram uma formação racista e exploratória.

No Sul, na época do *apartheid*, as meninas negras de classe trabalhadora tinham três opções de carreira. Podíamos casar, podíamos trabalhar como empregadas e podíamos nos tornar professoras de escola. E visto que, de acordo com o pensamento sexista da época, os homens na verdade não gostavam de mulheres "inteligentes", partia-se do pressuposto de que quaisquer sinais de inteligência selavam o destino da pessoa. Desde o ensino fundamental, eu estava destinada a me tornar professora. (hooks, 2013, p. 9-10)

O caminho para abalar as estruturas sociais alicerçadas na dominação de classes passa por diversas direções e iniciativas. Os movimentos sociais foram de vital importância para a conquista de direitos para as “minorias”: o voto feminino, leis de proteção ao trabalhador, as políticas de ações afirmativas, dentre outros. Os grupos que se dedicavam a promover contracultura e a conscientização das camadas “periféricas”, como coletivos femininos, rodas de rap, grafite, artesanatos ajudaram a tornar essas pessoas conscientes de si e do mundo em que vivem, de que podem e deveriam ter orgulho de suas origens e seus traços.

Foi em um desses grupos, o Quilombohoje, que a autora Conceição Evaristo reafirmou a sua identidade enquanto mulher negra, e que ajudou a firmá-la também enquanto escritora. Ouvindo as vozes de irmãos e irmãs, e falando por meio de seus próprios contos e poemas, a negra-feminilidade deixa de ser um fardo, uma vergonha e tudo o que a mente colonizadora branca e patriarcal implementou para podá-la e desacreditá-la de sua própria força, e passa a figurar como protagonista e autora da sua própria história. Suplantando a memória do prêmio de redação que lhe foi negado ainda na infância, por ser uma menina negra.

As pesquisas sobre relações raciais que abordaram a questão da criança negra no espaço escolar em sua grande maioria apresentam-na com problemas de relacionamento com seus colegas e professores ocasionados pela cor, gerando uma relação conflituosa e, muitas vezes, nociva para aqueles que acabam sendo rejeitados por seus atributos físicos. Mesmo na faixa etária a partir de 4 anos de idade, as pesquisas na área de educação infantil já apontam a existência da problemática racial entre crianças e adultos, sendo que esses últimos acabam utilizando práticas cotidianas que podem até mesmo reforçar o racismo, levando as crianças negras a um processo de socialização diferente da criança branca [...] (Abramowicz, Oliveira, 2012, p. 53)

O cânone literário acompanha o social, o qual entendemos que é dominado pelos homens brancos de classes economicamente favorecidas. Cida Bento (2022) elucida a respeito de se existir um “pacto da branquitude”, um pensamento nas entrelinhas da sociedade que atravessa gerações e mantém o privilégio branco, algo que, apesar de evidente, é bem camuflado pela naturalidade com o qual atua, mantendo, em algum grau, a lógica racista de que existe uma cor

ou traços físicos “normais”, e aquilo que foge desse cânone, é inferior em valor, beleza, e qualidades num geral. Expandimos a lógica da doutora em Psicologia e observamos que há um pacto social que garante não só o privilégio branco, mas favorece também os homens e os ricos, numa condição interseccional

A literatura é indubitavelmente uma das formas mais utilizadas pela humanidade para compartilhar e conservar ideias e informações. Produzir literatura é produzir cultura, logo, está intimamente ligada àquilo que será popularizado e, portanto, aceito dentro da sociedade. O rememorar é uma das temáticas basilares para entendermos, a partir de qualquer lugar, a obra de Evaristo. Isso porque uma das principais características do processo de criação da autora é escrever sobre aquilo que ela se identifica de alguma forma, seja através da sua experiência ou da experiência daqueles que estão ao seu redor.

As personagens de Evaristo, assim, são personagens que transmitem um teor vívido de realidade, de identificação com uma parte expressiva da população, isso porque as temáticas cotidianas abordadas nos escritos, ainda que não tenha uma produção literária muito vasta publicada, são de uma variedade louvável.

Em seus contos, romances e poemas, a escritora recria homens e mulheres de várias classes sociais, apesar de dar maior destaque àqueles oriundos de classes subalternas, de várias faixas etárias, com relação com a vida e com o mundo ao redor bem exemplificadas, evocando assim a tristeza, a tragédia, a alegria, a família, o amor, a violência, a reflexão, o cansaço, o trabalho, a esperança, a solidão, a amizade e dentre outras temáticas que evocam uma percepção de cunho social, mas também coletiva, que provém da autora e que chega com facilidade até o leitor através da escrita.

A memória também está relacionada de forma inerente à poética de Conceição Evaristo: é por meio da evocação de um passado — coletivo/individual silenciado — que a escritora realiza a subversão da memória oficial, legitimada e autorizada pelos discursos do dominador. O rememorar e o relembrar nos romances atestam a tentativa de escritura denominada *escrevivência* pretendida pela escritora: escrever rasurando o que foi escrito sobre o negro. (Maringolo, 2014, p.14)

Osório (2008), ao analisar as correntes que ao longo do século XX se puseram a estudar a questão racial no Brasil, deixa evidente como foi lento o processo de reconhecimento do racismo e a sua existência dentro da sociedade brasileira. Conforme a passagem do tempo e, às duras penas, uma parte desses negros escravizados e seus descendentes conseguiram nadar contra a corrente e ascender socioeconomicamente, ficou empiricamente provado que a questão do lugar social ocupado pela população negra tem muito mais ligação com suas características fenotípicas do que com a conta bancária ou posses desses indivíduos.

Não podemos negar, no entanto, que a maioria da população negra, é sim pobre,

reforçamos, assim que aqueles que “conseguiram nadar contra a corrente” estabelecem, infelizmente, uma exceção, e, portanto, não contempla a realidade de perpetuação de ciclo da pobreza a qual a população negra é submetida pelo cânone social branco, masculino e rico.

Basta uma breve análise histórica sobre a existência, luta e sobrevivência da população negra no Brasil para falar de democracia racial dentro desta nação é discorrer sobre algo que nunca existiu. Entretanto, como esta segregação era interpretada como decorrente apenas da situação socioeconômica que vivia a massa populacional de pele mais escura, e não como uma questão de preconceito e discriminação racial, o mito da democracia racial conseguiu se firmar como uma possibilidade real, e, portanto, tirando de foco qualquer análise da discriminação racial como algo existente e necessitado de urgente reflexão.

Lélia Gonzalez (2020), em sua análise penetrante sobre as complexidades das estruturas de poder na América Latina, ressalta a questão de raça, gênero e classe que permeia as vidas das mulheres não brancas na região. Ao enfatizar a inserção da desigualdade sexual dentro do contexto mais amplo das profundas disparidades raciais, Gonzalez destaca como as mulheres “amefricanas” e ameríndias enfrentam uma dupla discriminação, resultado da interseção entre sua identidade racial e de gênero. Esta dupla marginalização as posiciona como as mais oprimidas e exploradas em uma sociedade moldada pelo capitalismo patriarcal-racista dependente. Além disso, Gonzalez destaca a importância de reconhecer a posição dessas mulheres como parte do vasto proletariado afro-latino-americano, destacando assim a tríplice natureza de sua opressão, influenciada não apenas pela raça e gênero, mas também pela classe social.

É importante insistir que, dentro da estrutura das profundas desigualdades raciais existentes no continente, a desigualdade sexual está inscrita e muito bem articulada. Trata-se de uma dupla discriminação de mulheres não brancas na região: as amefricanas e as ameríndias. O caráter duplo de sua condição biológica — racial e/ou sexual — as torna as mulheres mais oprimidas e exploradas em uma região de capitalismo patriarcal-racista dependente. Precisamente porque esse sistema transforma diferenças em desigualdades, a discriminação que sofrem assume um caráter triplo, dada a sua posição de classe: as mulheres ameríndias e amefricanas são, na maioria, parte do imenso proletariado afro-latino-americano. (Gonzalez, 2020, p. 132)

Apesar de não utilizar o termo “interseccionalidade”, que seria posteriormente pensado para se pensar nas coletividades discriminatórias acumuladas por grupos sociais, entendemos que a autora pensava justamente esta discussão. Akotirene (2020) no seu livreto *Interseccionalidade*, publicado na coletânea *Feminismos Plurais*, ressalta que as mulheres negras em especial são impedidas de falarem por si próprias, inclusive no aspecto jurídico. Por meio do exemplo das funcionárias da empresa General Motors, em 1976, a doutora em Estudos de Gênero, Mulheres e feminismos (UFBA) evidencia que a mulher branca tem resguardado o

direito de falar por todas as mulheres, e os homens negros representam toda a população negra, entretanto, a mulher negra, que sofre discriminação por ambos os nichos, não pode representar a si própria.

Destarte, as mulheres negras sucumbem aos ativismos comunitários voltados menos para si, enovelados pelo padrão moderno no qual suas identidades são revertidas às de mães solteiras, chefas de família desestruturadas, “mulheres da paz” efetivas no resgate de jovens criminosos. Através desta articulação de raça, gênero, classe e território, em que os fracassos das políticas públicas são revertidos em fracassos individuais, ausências paternas na trajetória dos adolescentes e jovens são inevitavelmente sentenças raciais de mortes deflagradas pela suposta guerra às drogas. (Akotirene, 2020, p. 36)

Para combater esse cânone social, defendemos o empreendimento de uma educação antirracista, combativa ante à discriminação social sofrida por negros, e sobretudo pelas mulheres negras no Brasil.

Haja vista essa problemática que assola as estruturas nas quais estão firmadas o imaginário social brasileiro, a educação se mostra como um dos principais meios de dar aos indivíduos essas experiências pessoais de autoconhecimento ou de percepção das realidades discriminatórias que os rodeiam, ou ainda de estimular as reflexões sobre essas experiências. Entendemos que esta é uma via necessária para combater e erradicar tais questões da sociedade brasileira, uma meta hercúlea, mas imprescindível.

Dessa forma, percebe-se também como a educação é uma ferramenta que pode atuar tanto para fazer que os indivíduos se sintam esperançosos, confiantes sobre seu futuro, engajados, mas também que se sintam desestimulados e até mesmo inferiores ao serem excluídos do modelo educacional padronizado e geralmente não inclusivo de variados grupos sociais. Compreendemos, assim, que a promulgação de uma lei que implementa nas escolas a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura africanas e afrodescendentes não só um indicativo da importância deste segmento de pesquisa que vem finalmente ganhando espaço dentro do meio acadêmico, como também da necessidade de haver uma lei para garantir que estes conhecimentos chegassem ao maior aparato de desenvolvimento de pensamento e criticidade na sociedade: a educação.

Entendemos que, inicialmente, essa foi uma luta e uma preocupação de “gente grande”, questões políticas, reflexões acerca da violência e da história na qual a população negra e a população feminina figuram como propriedade, bem como a formação de uma consciência de classe social, são majoritariamente temas considerados reflexo de um amadurecimento. Entretanto, observamos que as dificuldades acerca da vida em sociedade de mulheres e mulheres negras, principalmente, não esperam a fase adulta para começar, pelo contrário, uma vez que nos referimos a uma dinâmica social que perdurou e perdura por gerações, podemos

afirmar que há uma lógica de discriminação a qual esta pessoa está fadada a sofrer, mesmo antes de seu nascimento, e pode ser sentida já nos primeiros anos, como nos aponta a memória de bell hooks (2013), que desde a infância percebera que não havia muitas opções para alguém como ela, e, portanto já sentia seu caminho traçado naquilo que acreditava ser para si a melhor rota: a docência.

A experiência de bell hooks (2013) nos leva a pensar a respeito das bases educacionais. A educação é área basilar no momento de moldar um ser humano, um futuro cidadão e agente social. Um processo de ensino-aprendizagem no qual o professor demonstra se preocupar com o aluno e a realidade social na qual ele está inserido tem muito mais chances de captar o interesse do discente, criar uma narrativa que o contemple e promova uma educação que aja para libertá-lo de todas as amarras sociais de cerceamento de sua identidade. Na infância da intelectual estadunidense, seus primeiros anos em uma escola majoritariamente lecionada por professoras negras que estavam atentas às vidas de seus alunos dentro e fora da escola, em certa medida fizeram toda a diferença na forma dela ver o mundo e a própria educação, entretanto, ao trocar de escola para uma de perfil “branco”, sua relação tanto com o espaço escolar quanto com a obtenção de conhecimento ganhou um certo tom dramático.

De repente, o conhecimento passou a se resumir a pura informação. Não tinha relação com o modo de viver e de se comportar. Já não tinha ligação com a luta antirracista. Levados de ônibus a escolas de brancos, logo aprendemos que o que se esperava de nós era a obediência, não o desejo ardente de aprender. A excessiva ânsia de aprender era facilmente entendida como uma ameaça à autoridade branca. (hooks, 2013, p. 12)

A educação que deveria agir como libertadora do alunado, passa a representar a dominação do mesmo, ou seja, num aspecto contrário, a favor não do desenvolvimento pessoal, mas da manutenção de um status social racista, classista e patriarcal. Esse modelo educacional, “bancário” e elitista, fora duramente criticado por Paulo Freire.

O educador brasileiro afirmava que neste molde o aluno era como mero depósito de informações, não estimulava o pensamento crítico e transformava o discente, em mero reprodutor de ideias métodos, estruturas. Perpetuando, assim, o ciclo de não se perceber as diferenças e, portanto, não as aceitar, bem como não valorizar tudo aquilo que vinha na contramão do cânone social. Para uma mulher negra, essa era uma experiência de tolhimento de tudo o que ela é e representa, bem como o fomento de uma baixa autoestima. Para bell hooks, este poderia ser um momento divisor de águas, que a separaria completamente da vontade de continuar tendo uma experiência educacional, visto que ela perdera “o gosto pela escola” (hooks, 2013, p.8) e, provavelmente, poderia a desistência de sua vontade de construir uma carreira como professora e, sobretudo, como intelectual que era o seu maior objetivo. Apesar de não ter sido a realidade de bell hooks, este não é um caminho incomum na vida de pessoas

negras periféricas, a evasão escolar é uma realidade, pelos mais variados motivos, entretanto, gostaríamos de ressaltar os perigos de uma “educação bancária” e dominadora como instrumento de desencorajar alunos e alunas negras a adentrarem e ocuparem o espaço escolar.

Optamos por utilizar o conceito de bell hooks, “educação transgressora”, porque consideramos mais abrangente e próximo da nossa abordagem interseccional, uma vez que nossa intenção não é promover apenas a necessidade de uma educação antirracista, mas também antissexista e anti classista. Não envolve apenas a causa do grupo específico que é dominado pela sociedade branca, patriarcal e burguesa, e sim uma questão voltada à justiça social, entender que o problema não é apenas o flagelo de certo grupo social, mas uma gama de ramificações que tem origem na mesma raiz da injustiça social. Martins (2018), ao condensar a pesquisa de Dell’Aglío, Koller, Cerqueira-Santos, e Colaço (2011), sobre fatores risco e proteção os quais vivem a juventude brasileira, revela dados importantes acerca da situação social do jovem brasileiro que está em contexto socioeconômico desfavorável:

O estudo investigou os fatores de risco e de proteção em jovens de nível socioeconômico mais baixo, levando em consideração aspectos associados a temáticas como inserção no mundo do trabalho, rede de apoio, uso de drogas e religiosidade. Importantes resultados sobre a situação de tais indivíduos emergiram desse estudo. No que se refere à inserção deles no mercado de trabalho, constatou-se ser esse ainda um grande desafio, pois, em parte, esses sujeitos trabalham sem a formalização necessária (33,7%), como também se verificou que 88,5% dos jovens pesquisados recebem uma remuneração inferior ao salário mínimo vigente no país. Os jovens inseridos em contexto de nível socioeconômico mais baixo tornam-se alvo maior da violência, têm mais dificuldades de acesso à educação e também sofrem pela falta de oportunidades de emprego em um patamar quase três vezes maior que o resto da população (Paiva & Oliveira, 2015; Waiselfisz, 2013). Tudo isso faz com que eles estejam mais suscetíveis a aceitar trabalhos mais instáveis e precários, que, por vezes, apresentam uma jornada de trabalho excessiva, o que acaba por prejudicar o seu desempenho escolar (Dutra-Thomé, Cassepp-Borges, & Koller, 2009). (Martins, 2018, p. 56)

Logo, tudo o que representa e fomenta a injustiça social deve ser combatido, a fim de que seja eliminado. Não basta uma tentativa de educar as próximas gerações para não reproduzirem as mesmas práticas opressoras do patriarcado branco. É necessário ir além e preparar os educandos para combaterem tais padrões de comportamento. O objetivo deve ser modificar o cânone social através de um enfrentamento tão habitual quanto a própria práxis discriminatória, a ponto de criar uma sociedade mais antirracista e antissexista do que racista e sexista, uma meta complexa e talvez até utópica, mas ainda assim um caminho que necessita ser trilhado para que cheguemos o mais próximo disso.

O público-alvo dessa educação transgressora é toda a comunidade escolar. É necessário envolver, além dos discentes e docentes, todos os funcionários, pais, responsáveis e até mesmo a população vizinha à instituição. O contexto escolar deve ser o de combater expressões da injustiça social, ensinando e praticando rotineiramente conceitos básicos como respeito e

autoestima, diferenças e particularidades. Não é um modelo de uma via, apenas. Ao ensinar a se combater a injustiça social do racismo, por exemplo, a educação que propõe a ser libertadora, além de se preocupar em ensinar a população negra a se defender do racismo, deve também libertar a população branca do pensamento racista.

A proposta seria, portanto, de construir uma consciência social de que a discriminação deve ser combatida, seja a classe o alvo ou não, reconhecendo assim o seu lugar de privilégio como oportunidade de proteger as vítimas e reconhecer os vícios discriminatórios de suas classes que devem ser combatidos, transformando, assim, o potencial opressor num importante aliado.

Considerando a educação como uma das principais ferramentas de construção social, entendemos, portanto, que a comunidade escolar é um público-alvo riquíssimo para constituir hábitos e culturas nos pequenos. Os primeiros anos são essenciais para definir que tipo de indivíduo será formado nos próximos anos de sua vida, portanto, uma educação inclusiva e que estimule o contato e o respeito ao outro, em detrimento de um modelo educacional elitista e pouco preocupado com a formação social de seus indivíduos, é a melhor opção frente aos desafios impostos ao racismo estrutural e estamental, o machismo evidente e a violência das instituições a quem tenta enfrentá-los diretamente.

Para que não se perpetue o racismo recreativo, a histórica dificuldade de socialização da pessoa negra, a sexualização da menina e da mulher negra, o ciclo da pobreza que tem, sim, dentre outras características, uma cor de pele específica, é necessário transgredir. Uma dessas tentativas de transgressão é, sem dúvida, a escrevivência, um termo que Conceição Evaristo criou na iniciativa de incomodar as classes dominantes, usando a literatura como meio de veicular as vozes outrora silenciadas, tornando-se, assim, também uma importante ferramenta de transformação cultural.

A literatura negra, em especial a feminina, portanto, através de suas representações, nos convida a (re)pensar sobre a forma de ver o mundo e a própria educação, ao multiplicar as referências do que se entende por Brasil. Um país plural, e que, por conseguinte, deveria abrigar vozes plurais, miscigenado, em grande parte por meio da violência da branquitude, sofrida por mulheres negras e indígenas, mas que também atinge os homens negros e as mulheres brancas. Entendemos, assim, que os textos escrevíveis de Conceição Evaristo perpetuam e também fabricam memórias em uma sociedade que ainda tenta apagar a cor e a história do seu povo, por isso, torna-se uma importante ferramenta educacional no ensino de História na Educação Básica.

Machado e Soares (2021), em concordância com essa proposta, discutem acerca do tema

e propõem um ensino antirracista de literatura, entendendo que há a necessidade de desconstruir bases coloniais que ainda vigoram e se retroalimentam em conjunto com um cânone literário que historicamente prioriza a fala e a cultura do colonizador. É necessário, assim, uma mudança de panorama educacional que democratize o conteúdo no sentido de fazer com que todos os perfis incluídos no processo educativo – que, vale ressaltar, também tem grande peso social – e pense na inserção de conteúdos que não invisibilizem os subalternizados “ludibriados” dentro das salas de aula (Machado e Soares, 2021, p. 994) ou que não afirmem somente uma identidade branca-masculina-rica e demais grupos discriminados, como o caso da comunidade LGBTQIA+. Pensando, portanto, que é imperativo à Educação e aos educadores, adentrar em temáticas e metodologias que favoreçam discussões e a construção de um pensamento voltado em conscientizar os sujeitos ensinados dentro de uma esfera social, trabalho no qual, como já supracitado, a literatura pode e deve ser uma forte ferramenta.

Pensando em contribuir para o sucesso dessa empreitada, mediante aos problemas apresentados nesta pesquisa, foram pensados os contos que compõem o livro *An(a)tologias: redescobrimo o eu*. A personagem principal, Ana, é uma das tantas adolescentes que em certo momento se vê tão aprisionada em suas ideias e percepções da própria realidade, que acaba influenciando diretamente na forma pessimista com a qual ela encara vários momentos da vida e sobretudo no modo pouco lisonjeiro que ela enxerga a própria existência. A educação, artífice central, como supracitado, na construção de indivíduos livres e libertos, por muitas vezes é vista pela protagonista como chata ou desnecessária, e até mesmo inútil, como ela demonstra pensar da disciplina História. Entretanto, é quando finalmente ela tem acesso a um projeto educacional pautado na educação libertadora de meninas negras que ela não só compreende melhor a importância dos estudos das ciências humanas e da sociedade, mas altera também toda a sua interpretação sobre o mundo e sobre si.

A educação, conforme teorizado neste capítulo, tem papel central na mudança de perspectiva das várias Anas espalhadas pelo Brasil, e todo o resto do mundo. Por isso, é importante estarmos preparados por meio de informações e materiais que chamam a atenção dos alunos e sejam de fácil acesso e compreensão para eles. Este é o principal compromisso que este trabalho se propõe: alcançar a nossa juventude.

2. A LITERATURA NEGRA-FEMININA COMO

FONTE E OBJETO HISTÓRICO: uma reflexão sobre os escritos de Conceição Evaristo

A literatura afro-brasileira, especialmente no que diz respeito à negra-feminina, entrou nos holofotes acadêmicos nos últimos anos. Conceição Evaristo foi uma dessas escritoras que finalmente ascendeu entre o consagrado rol de escritores lidos dentro e fora do Brasil, um resultado que não veio a ela de modo fácil ou rápido. No caso do romance *Becos da Memória*, por exemplo, a escritora o teve por 20 anos engavetado antes de conseguir publicá-lo pela primeira vez, em uma tiragem mínima. Atualmente, a escritora é uma das mais lidas e consagradas do Brasil, sendo um objeto de estudo, sobretudo da área da literatura. Escolhemos, no nosso trabalho, caracterizar os escritos de Evaristo como literatura afro-brasileira, uma proposição que ela parece concordar quando usa os termos “literatura negra” e “afro-brasilidade na sua dissertação de mestrado, intitulada *Literatura Negra: uma poética de nossa afro-brasilidade* (1996).

No nosso primeiro subtópico, temos a interseccionalidade na literatura negra-feminina é um conceito central para entender como as múltiplas identidades e opressões se entrelaçam na vida das mulheres negras. Duarte (2023) destaca a importância da literatura afro-brasileira como um meio de expressão e resistência, onde temas como raça, gênero e classe são abordados de forma interconectada. Conceição Evaristo, com sua abordagem de escrevivência, exemplifica essa interseccionalidade ao narrar as vivências das mulheres negras de maneira que reflete suas múltiplas opressões e resistências. Patricia Hill Collins (2017) também contribui para essa discussão ao explorar como a interseccionalidade oferece uma lente para analisar as complexas interações entre diversas formas de discriminação.

O conceito de dororidade, introduzido por Vilma Piedade (2017), é fundamental para compreender a solidariedade e a empatia entre mulheres negras, baseadas em experiências compartilhadas de dor e opressão. Este conceito é explorado no contexto da discriminação de gênero, raça e classe, revelando como essas formas de opressão são vivenciadas de maneira interligada. Guimarães (2006) aborda a ideia de democracia racial e como ela mascara as desigualdades persistentes na sociedade brasileira, enquanto Beatriz Nascimento, na coletânea feita por Ratts (2011), oferece um posicionamento crítico sobre a discriminação racial, reforçando a necessidade de reconhecer e combater essas injustiças. A dororidade, portanto, emerge como uma resposta solidária e resistente às múltiplas opressões enfrentadas pelas mulheres negras.

Antes de tudo, vale frisar que em uma entrevista cedida ao programa “Encontro com Fátima Bernardes” no dia 27 de dezembro de 2018, Vilma Piedade diz que não pretende disputar com a dor de mulheres brancas, pois segundo ela não há como medir as dores das pessoas. Nesse sentido, seu conceito tem por objetivo dialogar com o conceito de sororidade que segundo a autora parece não dar conta da nossa “pretitude”. Piedade (2019, p. 17) diz que a etimologia da palavra sororidade vem de sóror, uma palavra do latim que significa irmãs, ou seja, o feminismo deve ser então ancorado no apoio e na união entre as mulheres. Já dororidade, vem de dor, sofrimento, que marcam as experiências de mulheres pretas em afrodiáspora. Assim, nas cinco sessões do livro a autora evidencia a origem da dor e a agência das mulheres pretas na sociedade brasileira. (Oliveira, 2021, p. 149)

A afroresiliência, conforme discutido por Martins (2013), refere-se à capacidade das mulheres negras de superar adversidades e não se deixarem abalar pelas opressões estruturais que enfrentam. Este conceito sublinha a força e a resistência das mulheres negras em contextos de extrema adversidade, celebrando sua capacidade de perseverar e prosperar apesar das dificuldades. Afroresiliência é um testemunho da capacidade das mulheres negras de transformar a dor em poder, mostrando como a resiliência é uma forma de resistência ativa contra as múltiplas formas de discriminação. Este tema, central em nosso terceiro subtópico, reforça a importância de reconhecer e valorizar a força inerente nas histórias e vivências das mulheres negras, como exemplificado nos escritos de Conceição Evaristo.

Em síntese, a literatura negra-feminina, exemplificada pelos escritos de Conceição Evaristo, serve como uma fonte vital de reflexão histórica e resistência, iluminando as complexas interseções de raça, gênero e classe. Através dos conceitos dororidade e Afroresiliência, podemos avaliar com lentes poderosas as obras de Evaristo que foram selecionadas para entender e valorizar as experiências das mulheres negras, promovendo uma compreensão mais profunda das suas lutas e conquistas. Recortamos, assim, personagens a serem analisadas sobre ambas as óticas supracitadas, buscando, sobretudo, refletir esses dois aspectos da vivência da mulher negra brasileira, e ofertar também ao professor este capítulo como um material auxiliar para se trabalhar Conceição Evaristo e suas narrativas em sala de aula.

2.1 INTERSECCIONALIDADE NA LITERATURA

Dentro da constituição de memória literária, o cânone brasileiro aponta para um campo amplamente dominado por homens brancos, intelectuais mais abastados, comumente educados pelas universidades e costumes europeus. A existência de uma literatura brasileira é entendida em conjunto com o início do processo de colonização das terras que viriam a ser o Brasil. O

quinhentismo, agrupamento dos textos descritivos escritos na época do “descobrimento”, o início do processo invasivo e exploratório dos portugueses, marca a história da literatura no que posteriormente seria o Brasil, considerando a carta-relatório de Pero Vaz de Caminha ao rei D. Manuel I o primeiro documento da história desse “Novo Mundo”, e também o primeiro marco literário, apesar de ser um texto com finalidade de registro.

A literatura brasileira, então, nasce diretamente a partir de autores portugueses, confundindo a sua formação e história com a própria literatura portuguesa. Uma vez que o território brasileiro estava sob o domínio colonizador português, a nação europeia torna-se berço da intelectualidade, impondo seus moldes à construção de pensamento dos primeiros brasileiros, quando ainda não havia sequer o pensamento de formação de uma nação, quiçá de uma identidade nacional.

O apagamento das histórias e identidades, tanto dos povos indígenas quanto dos africanos diaspóricos e sua descendência, é uma constante na constituição do futuro Estado brasileiro, que, como supracitado, foi gerado no violento processo colonizador europeu. A instituição de uma identidade mais genuinamente brasileira, ou seja, desgarrada dos moldes brancos do velho continente, só vem surgir com grande força durante as primeiras décadas do século XX, com o modernismo. Tal movimento também alcançou a literatura, consagrando autores mais atuantes na questão crítica, sobretudo a outros movimentos, como o escritor e crítico Manuel Bandeira fez ao escrever o poema *Os sapos*, satirizando o parnasianismo.

O sapo-tanoeiro,
Parnasiano aguado,
Diz: - "Meu cancionero
É bem martelado.

Vede como primo
Em comer os hiatos!
Que arte! E nunca rimo
Os termos cognatos.

O meu verso é bom
Frumento sem joio.
Faço rimas com
Consoantes de apoio.

Vai por cinquenta anos
Que lhes dei a norma:
Reduzi sem danos
A fôrmas a forma. (Bandeira, 1919)

Quando o assunto, entretanto, passa a ser a existência da construção de uma identidade literária que remete à autoria e ao protagonismo de povos originários e dos povos africanos, a realidade muda de figura e também de patamar: torna-se ainda mais difícil que o rompimento proposto há um século. A discussão é longa e ainda bastante lacunar, apesar dos avanços nos

diálogos da teoria literária. No caso específico de uma literatura afro-brasileira, que mais se aproxima da nossa análise em busca de uma literatura negra feminina, há um debate que cerca desde a existência desse campo específico, “literatura afro-brasileira”, como um sentido contrário ao que seria a literatura brasileira, e não como um movimento ou escola literária dentro dela, e quais textos ou autores seriam inseridos nela ou não.

É inegável que a afro-brasilidade, aplicada à produção literária enquanto requisito de autoria e marca de origem, configura-se como perturbador suplemento de sentido apostado ao conceito de literatura brasileira, sobretudo àquele que a coloca como “ramo” da portuguesa. Mas tão relevante quanto o “sujeito de enunciação próprio”, em que um eu lírico ou um narrador se autoproclama negro ou afrodescendente, é o ponto de vista adotado. Um bom exemplo pode estar na produção de autores do século XIX remanescentes de africanos, submetidos à hegemonia do embranquecimento como vacina contra a morte social. E, ainda, submetidos a um pensamento científico que praticamente os proibia de se declararem negros ou mulatos, a exemplo de Maria Firmina dos Reis. Autores impelidos a uma negrícia ou negrura abafadas e tendo na literatura uma forma de expressão do retorno do recalcado, como no caso de Machado de Assis. (Duarte, 2023, p. 5-6)

Nesta pesquisa, optamos por usar o conceito de literatura afro-brasileira de Duarte (2023), entendendo que para ser caracterizada dessa forma, a “voz literária” do autor ou da autora, deve evidenciar, dentro da sua brasilidade, também a sua negritude. O mesmo para o ainda mais recente campo da literatura negra-feminina, “movimento” ainda em gestação, conforme autoras negras decidem e conseguem romper a barreira do silêncio e proclamar dentro da literatura a sua voz enquanto mulher negra. Dentro desse cenário, como evidencia o professor da UFMG, Maria Firmina dos Reis talvez não seria inclusa numa primeira análise como parte do movimento, por ser vítima do apagamento identitário comum à sua época, reforçado ainda mais pelo fato de ser uma mulher buscando algum espaço no mercado editorial completamente dominado por homens brancos no século XIX. Entretanto, ressaltamos a importância da sua figura dentro da literatura brasileira, e como um dos baluartes dessa escrita negra-feminina que vem tomando força e forma no século XXI. Por isso, o autor sugere uma conceituação de literatura afro-brasileira mais elástica, que perceba que mesmo que não de forma incisiva, se trata de um texto de roupagem negra, ao se avaliar a temática, o ponto de vista trabalhado pelo eu-lírico, a linguagem e o público que consome tal literatura, ou para qual ela fora direcionada.

Então, para considerar um texto ou autor dentro do conceito de literatura afro-brasileira, aquilo que se foca primeiro é identificar qual seria a voz autoral do escritor, não basta a pessoa que escreve ser negra, ela precisa ter uma literatura voltada para esse nicho: discorrer acerca de vivências negras, evidenciar a sua negritude no texto.

Pensando no patriarcado branco abastado do colonialismo, compreendemos que há a necessidade de privilegiar a atenção a um tipo de leitura que ao mesmo passo que é literatura brasileira, pois tem os moldes linguísticos e fala a partir do Brasil, vai de embate a ela ao

denunciar o “etnocentrismo que os exclui do mundo das letras e da própria civilização” (Duarte, 2011 p. 15). A literatura negra-feminina: não basta apenas uma literatura negra, é também interessante pensar em uma literatura essencialmente feita por mulheres e essa produção ela também precisa ter uma voz autoral que evidencie essas duas áreas: gênero e raça (e que costumam puxar uma terceira: a de classe), ou seja, protagonismo de mulheres negras, mães, filhas, avós, tias subalternizadas. Mães-pretas, filhas de deusas e deuses africanos, contando suas histórias e de suas irmãs e irmãos que por algum motivo não conseguiram falar. Sobre isso, Conceição Evaristo, em entrevista à Revista PUC-RS declara:

As culturas negras ou subalternizadas se valem por si. Aquela pergunta da (crítica indiana) Gayatri Spivak: “Pode o subalterno falar?”. Defende que a voz do subalterno é sempre atravessada por aqueles que detêm o poder, uma legitimidade política para representá-la. Quem está nesse papel é muitas vezes o intelectual. Quem detém o poder de fala para representar a si próprio e, cheio de boa vontade, quer falar pelo subalternizado. As culturas dominadas, como as africanas, que vêm para o Brasil, descobriram formas de se afirmarem diante das hegemônicas. Por pior que tenha sido o processo de escravidão, não há como não perceber as africanidades na cultura nacional. O que representa o País no exterior? Não é a valsa, não é a polca, é o samba, de origem africana. As matrizes estão bem fortes na nacionalidade brasileira. As culturas passam por processos de subjugação, mas estão sempre explodindo de uma forma ou de outra. (Evaristo, 2019)

Conceição Evaristo, mulher negra que venceu as barreiras impostas pela sociedade colonialista, tornou-se doutora em literatura comparada e escritora de sucesso. Sua brilhante trajetória, entretanto, não foi simples. Ela é autora das duas obras que são objetos desse trabalho, *Becos da Memória* (2006) e *Olhos d’água* (2016). Uma vez que entendemos que as obras são representações nascidas do imaginário e da intenção de quem escreve, consideramos pertinente e vital que nossa análise parta de seu ponto de origem: sua autora e o contexto no qual ela está inserida.

Duarte (2022) afirma que a formação teórica da literatura afro-brasileira perpassa obrigatoriamente por um abalo, tanto na noção de uma sociedade unificada e coesa, quanto na confiabilidade dos critérios de avaliação da crítica literária, que comanda aquilo que merece ou não ser consagrado/lido. Há, portanto, de acordo com o autor, com a solidificação desse novo tipo de literatura, que representa uma cisão nas bases da sociedade pautada num pacto de branquitude que muitos acreditam ser cordial. Esse movimento pode ser visto logo na trajetória da vida acadêmica e literária de Conceição Evaristo, que demora décadas para conseguir publicar seu primeiro romance, numa tiragem mínima, e por fim, anos depois, rompe as barreiras e se torna uma das autoras brasileiras mais lidas e estudadas da atualidade.

A mineira Maria da Conceição Evaristo de Brito cresceu em uma favela vizinha a uma zona de classe média de Belo Horizonte, aprendeu muito cedo, na prática, o que era desigualdade social, principalmente quando visitava com a mãe e com a tia as casas das patroas

para quem prestavam serviços domésticos, geralmente como lavadeiras e, posteriormente, quando adentrava a casa dos próprios patrões, quando ainda na infância ingressou no trabalho doméstico. Entretanto, desigualdade socioeconômica não foi o único elemento que a rodeou, também havia palavras, não livros, mas histórias que lhes eram contadas sobretudo por sua mãe e sua tia, falas que alimentaram a memória e a imaginação da futura escritora.

A vida de Conceição resultou em suas obras, uma mistura de memória e ficção que a autora chama de Escrivivência. É do seu interesse criar personagens que se inserem na sua própria realidade, muitas vezes inspirados em cenas ou pessoas que veem no seu cotidiano e em si própria. Pode-se afirmar, portanto, que toda obra de Evaristo tem certo teor autobiográfico, por mais que seja invenção, fruto da mente criativa da doutora em literatura comparada, pela Universidade Federal Fluminense.

Na obra de Evaristo, vemos diferentes personagens negras com as mais variadas trajetórias de vida e a que estes enredos lhe levaram. Importante ressaltar essa variedade de personagens justamente porque se tem muito difundida pelo senso comum a ideia de que a história do povo africano e seus descendentes é uma história única, como se a África fosse uma, e não continente extremamente heterogêneo, com histórias, culturas, disputas e nações extremamente diferentes. E como se também todo ser negro tivesse a mesma experiência de vida.

A escritora procura, assim, humanizar cada personagem negro ao contar a sua vivência, uma vez que este espaço de ter a sua história narrada, de ser considerado protagonista dela própria, é uma realidade que não costuma ser da pessoa negra na ficção. Evaristo (2005) ao relatar memórias da infância que viveu com sua mãe e irmãos, aponta para as tradições, expressões e observações que a fizeram querer falar. As palavras que a rodearam muito antes que os livros lhe alcançassem, e já despertavam em sua mente o desejo de ser ouvida. Essa vivência dela própria e daqueles que ela considera como seus construíram a autora Conceição Evaristo, que escreve seus primeiros poemas e contos antes mesmo de adentrar ao mundo acadêmico como estudante e pesquisadora da área das Letras.

A literatura de Conceição Evaristo entrou em foco após o seu primeiro romance publicado, Ponciá Vicêncio, tornar-se leitura obrigatória no vestibular da Universidade Federal de Minas Gerais, em 2008. Até então pouco popular, tendo em vista a dificuldade financeira em realizar impressões de muitos volumes das suas obras, os escritos de Evaristo finalmente ganharam a atenção dentro e fora do mundo acadêmico, juntando-se ao rol de autores estudados que fazem parte da literatura negra-feminina.

Com essa narrativa potente e uma voz única, Evaristo traz à tona a realidade e as

experiências das mulheres negras, que historicamente foram marginalizadas e silenciadas. Seu trabalho é marcado pela sensibilidade e pela denúncia das formas de opressão que permeiam a sociedade brasileira, abordando questões como racismo, sexismo, pobreza e violência. Além disso, a doutora em literatura comparada também resgata a história e a cultura afro-brasileira, valorizando a ancestralidade e a identidade negra. Sua contribuição para a literatura negra-feminina é de extrema importância, pois amplia as vozes e perspectivas dentro do campo literário, promovendo a representatividade e a diversidade. Com sua escrita impactante, Conceição Evaristo nos convida a refletir sobre as desigualdades sociais e a lutar por uma sociedade mais justa, sobretudo através da educação.

Esse mesmo espírito literário criado por Evaristo nos conduziu à composição do paradidático *Anatologias*. Por meio da observação dos elementos centrais da obra de Evaristo, percebemos que algumas temáticas são muito caras para o tipo de visão que queremos fomentar na juventude brasileira por meio do nosso trabalho: o reconhecimento da dor particular que perpassa a vivência das meninas e mulheres negras no Brasil, ou seja, o sentimento de dororidade, e a percepção realista e ao mesmo tempo otimista do conceito de afroresilência, de que mulheres negras, apesar das dificuldades imputadas a elas apenas por existirem enquanto mulheres negras, mantêm-se firmes ou possuem uma grande capacidade de sobreviver e se restabelecerem novamente ante aos abalos da sociedade patriarcal.

Esses elementos percebidos e interpretados por nós estão expostos nos dois próximos subtópicos deste trabalho, com a intenção de tecer comentários que levem o leitor a refletir sobre os temas elucidados e, num objetivo mais pretencioso ainda, leve essas questões para dentro de sala de aula, fóruns de discussão e onde mais puder alcançar mais pessoas, seja ilustrados por Conceição Evaristo, seja pelas *Anatologias*, ou pelas nossas próprias histórias e a de tantas outras mulheres negras que decidiram se transformar em história e arte.

2.2 DORORIDADE

“Nós, mulheres jovens e pretas”, este é o grupo de onde fala Vilma Piedade, e com o qual ela pretende conversar. A intelectual da área das Letras que se dedica ao antirracismo e à luta feminista criou um conceito caro dentro da língua brasileira, uma palavra que foi pensada para integrar um contexto interseccional: “dororidade”. A questão da interseccionalidade é um problema velho de discussão nova. A discriminação de raça, gênero e classe é uma realidade histórica na maioria das sociedades, especialmente na brasileira, sociedade a qual Piedade e o nosso trabalho se dedicam de forma especial.

Uma nação criada com as suas bases na colonização europeia e na exploração não só da mão de obra, mas de vidas de pessoas de cor, não compõem uma base social histórica leve, mas sim extremamente problemática e dolorida para aqueles que sofreram. A diáspora africana, ou melhor, sequestro, que alimentou os quase 400 anos de escravidão no Brasil foi uma das maiores já vistas no mundo.

A existência forçada de africanos em massa no Brasil, e a sua correspondente exploração, construiu uma espécie de relacionamento particular, no qual um povo domina o outro através de uma ideologia de superioridade unilateral, ou seja, a branquitude, por sua vontade, apenas por sua própria deliberação, decidiu que era superior às pessoas de cor, de maneira tão natural quanto os traços raciais de alguém. Um pacto da branquitude, como avalia Cida Bento (2020), que legitima e estrutura o racismo, impregnando os pilares da sociedade brasileira com tal estigma a ponto de normalizar os seus efeitos.

A discriminação racial se confunde com as questões de classe, no caso brasileiro, porque a maioria das pessoas pobres são negras, e a maioria das pessoas negras são pobres. Essa é uma questão da formação do caráter social brasileiro que, a partir da abolição, não se preocupou em formar políticas públicas para integrar os ex escravizados. Mas sim se preocupou em tomar medidas que afastassem o máximo possível estas pessoas dos centros sociais, dos locais de holofotes, dos postos de prestígio, bem como também buscou apartá-los dos ambientes acadêmicos e de produção cultural.

Logo, fica evidente que as instituições promovem uma estrutura social que facilita com que o cânone do homem branco e rico permaneça mandando e sendo considerado o apogeu de patamar social, evidenciando assim o racismo estrutural e institucional que vigora na sociedade brasileira, uma lógica que é reafirmada por Guimarães (2006), quando o estudioso chama atenção para o fato de que o negro passa a ser inserido na sociedade brasileira, aceito por ela, quando o mesmo foi integrado na lógica do trabalho – assim como no contexto escravista, no qual o homem negro era visto apenas como uma ferramenta de trabalho nas fazendas e casas de seus senhores.

No caso da população negra, a democracia racial condensou um compromisso, como salientei acima, que tinha duas vertentes, uma material e outra simbólica. Materialmente, a ampliação do mercado de trabalho urbano absorveu grandes contingentes de trabalhadores pretos e pardos, incorporando-os definitivamente às classes operárias e populares urbanas. Incorporação que foi institucionalizada por leis como a de Amparo ao Trabalhador Brasileiro Nato, assinada por Vargas em 1931, que garantia que dois terços dos empregados em estabelecimentos industriais fossem brasileiros natos; ou a lei Afonso Arinos, de 1951, que transformava o preconceito racial em contravenção penal. Simbolicamente, o ideal modernista de uma nação mestiça foi absorvido pelo Estado e as manifestações artísticas, folclóricas e simbólicas dos negros brasileiros foram reconhecidas como cultura afro-brasileira. O “afro”, entretanto, designava apenas a origem de uma cultura que, antes de tudo, era

definida como regional, mestiça e, como o próprio negro, crioula. A ideologia política da democracia racial, como pacto social, foi predominantemente o trabalhismo, tendência que data da Primeira República (ver, por exemplo, a ideologia de um Manoel Querino) e que foi continuada por novas lideranças, como Abdias do Nascimento. (Guimarães, 2006, p. 276-277)

Assim como a própria Abolição da Escravatura é recente, possui menos de 150 anos, os debates sobre a discriminação racial e o fato de isso ser algo a ser criticado dentro de uma sociedade também é recente. No caso do Brasil, outra questão que dificulta essa compreensão e, sobretudo, essa aceitação de que o racismo está nas bases sociais brasileiras é a questão já supracitada do mito da democracia racial. Falar de racismo muitas vezes é colocar o dedo em uma ferida que a branquitude nega a existência, como evidencia Grada Kilomba (2019). Em sua tese de doutorado que foi publicada como livro, intitulada *Memórias de plantação: episódios de racismo cotidiano*, a análise psicológica proposta durante toda a obra, a partir dos relatos orais de mulheres negras de diferentes origens nacionais, demonstra vários comportamentos da pessoa branca, quando é confrontada com o seu próprio racismo: a infantilização, a transferência de responsabilidade, a deturpação dos fatos em detrimento de uma negação de culpa etc.

Essas também são reações comuns quando se trata de reconhecer o machismo dentro das estruturas e do comportamento social. Assim como o debate racial, a pauta feminista, de luta por igualdade das mulheres também é extremamente recente. A conquista do sufrágio feminino, por exemplo, veio ocorrer no Brasil apenas em 1932, e ainda atualmente as mulheres são minoria na representatividade dos cargos públicos, ambiente dominado por homens brancos. Logo, estamos diante de três problemas sociais que afligem a sociedade brasileira, que são conhecidos e muitas vezes ignorados ou de esforços ainda insuficientes para a sua resolução, ou uma vez que séculos de determinados linhas de pensamento e de formas de aprendizado, bem como de estruturas sociais, não são fáceis de se romper, nem ocorrem do dia para a noite: é necessário um processo que passa pelo incentivo à criticidade e pela educação da nova geração. Um despertar social que começa com a tentativa de trazer essa nova informação às gerações já existentes, mas esperando, sobretudo, na educação das próximas. Entendendo que modificar estruturas de pensamento enraizadas dentro de uma sociedade, e assim na criação individual de seus habitantes não é um trabalho fácil, mas necessário.

Uma vez que estas são discussões recentes, apresentam ainda muitas lacunas para serem preenchidas. São necessárias revisões e uma solidificação desses temas, para que eles sejam bem trabalhados e alcancem de forma responsável os debates sociais, políticos, acadêmicos, midiáticos e afins. Um dos problemas tanto do movimento antirracista, quanto do movimento feminista é que eles, em sua tentativa de buscar a inclusão, também se tornam excludentes.

Enquanto o movimento negro viabiliza sobretudo a voz masculina, trazendo aos holofotes a força e a imponência dos homens negros, o movimento feminista se preocupa com a particularidade das discriminações cotidianas gerais ou apenas particulares da mulher branca. Sobra, então, um perfil: a mulher negra, que em sua maioria também é pobre, a essas mulheres, é reservado o não-lugar, o silêncio, particularidade de quem não sofre apenas de um lado, mas no caso é discriminada de forma interseccional, e, portanto, não é bem coberta por nenhum dos movimentos e nem pelos seus conceitos. É necessário pensar de maneira mais específica, e olhar com atenção para as mulheres negras.

É nesse contexto que nasce o termo dororidade. Vilma Piedade, ao refletir sobre o termo sororidade, percebe que ele não abrange nem representa mulheres negras. Este é um termo que surgiu dentro do feminismo branco, e se refere, sobretudo, ao fato de que as mulheres reconhecem os problemas, os sentimentos, as causas umas das outras. Isso, no entanto, não se aplicaria a uma mulher branca e outra negra, uma vez que a mulher branca não reconhece e não experimenta a mesma realidade de dor de uma mulher negra.

Dororidade, portanto, evidencia qual é essa experiência que uma mulher negra encontra na outra. É uma experiência de dor. Uma vivência que remonta a uma ancestralidade e que deságua nos acontecimentos da sociedade contemporânea. São as discriminações nos postos dos trabalhos, a realidade de que a maioria dessas mulheres não pertence ao ambiente acadêmico e que não vai estampar as capas das revistas nem os holofotes políticos, nem os altos cargos nas empresas. Que se sentem à mercê da violência, tanto pelo ambiente em que vivem, geralmente, nas periferias, onde a violência urbana se encontra em maior grau, mas também pela violência moral de serem consideradas pessoas feias ou sujas pelo seu tom de pele e seus traços negroides, e por isso serem muitas vezes negadas em ambientes de trabalho ou aceitas como clientes desses lugares. E a violência de ter seus corpos objetificados com naturalidade no dia a dia, transformando-as em objetos para o prazer e curiosidade branco. Uma violência que traz dor e medo, que aumenta ainda mais quando estas mulheres se tornam mães.

Tem uma dor constante que marca as Mulheres Pretas no cotidiano – a dor diante de uma perda. E, nesse jogo cruel do Racismo, quem perde mais? Quem está perdendo seus filhos e filhas? Todos Pretos. Todas Pretas. A resposta tá estampada nos dados oficiais sobre o aumento do Genocídio da Juventude Preta. Dororidade. (Piedade, 2017, p. 14)

A hereditariedade da dor da mulher negra passa pelo inegável fato da resistência, a mãe-preta é uma figura que sofreu na mão exploradora da branquitude escravocrata, muitas vezes sendo obrigada inclusive a negar o aleitamento materno aos seus rebentos afim de ser usada para amamentar os filhos das mulheres brancas, para que estes crescessem bem nutridos e saudáveis, desenvolvendo-se com perfeição. Não era necessário ou prioritário para um senhor

que o pequeno escravizado fosse bem alimentado ou bem cuidado. Ele não necessitava se desenvolver além da capacidade de realizar o seu trabalho, geralmente braçal. Portanto, não necessitava do apoio e do acalanto da mãe. Essas mães que eram obrigadas a cuidar mais de filhos alheios enquanto tinham cerceadas a oportunidade de exercerem a própria maternidade, apresentam resistência à medida que seus filhos e filhas, através de seus esforços sobrevivem à violência de uma realidade que os flagela desde o momento em que nascem. No relato colhido por Ana Claudia Pacheco, percebemos um exemplo claro de violência que se transpõe em gerações:

Durante o seu relato, Clementina disse-me que muitas trabalhadoras domésticas jovens vão ao sindicato denunciar casos de assédio sexual praticado pelo patrão ou pelos seus filhos. Perguntei-lhe se passara por alguma situação parecida nas casas que trabalhara? Respondeu-me que, certa vez, quando tinha vinte e dois anos, o irmão de sua patroa tentou assediá-la quando se encontrava sozinha na casa que trabalhara. Relata que, nesse momento, estava no banheiro despida quando viu que o irmão de sua patroa a espionava. Correu e trancou a porta. Ele batera várias vezes na porta do banheiro. Sentiu-se nervosa e irritada, gritou várias vezes para que ele fosse embora. Depois de permanecer por muito tempo presa no banheiro, finalmente conseguiu sair após ter ouvido as vozes de seus patrões, quando relatou o fato ocorrido. A patroa e sua mãe ficaram indignadas com a atitude do irmão/filho, e questionou-lhe o porquê de Clementina não ter gritado para chamar atenção dos vizinhos. Segundo o relato dela, a mãe de sua patroa retrucou: “ela fez certo de não gritar, pois roupa suja se lava em casa” (Pacheco, 2008 p. 91)

A história da violência sofrida pela mulher negra também se encontra com a história na qual ela sobrevive a essa realidade cruel, e consegue perpetuar, a duras penas, suas histórias, suas crenças entre as gerações. Essa é sobretudo a característica da mãe-preta, símbolo de resistência que inspira a Conceição Evaristo nos seus textos e também a análise literária da doutora em Literatura Comparada. Ao cunhar o termo “escrivência”, que fala exclusivamente a respeito da produção literária de mulheres negras com temáticas e protagonistas negras, a autora remonta à mãe-preta, inspiração ancestral, originária, influente, mãe-dor que sofreu na pele e em todo o corpo o racismo que tenta assassinar a negritude resistente em ser transformada em mulher-objeto. A dor da mulher negra começa ali e desemborça em águas profundas de sofrimento vivido, águas que podem ser encontradas nos olhos da pessoa negra-feminina.

Guimarães (2006), ao discutir a evolução do conceito de "democracia racial" no Brasil, destaca sua transformação de um mito em um pacto político tácito de integração dos negros na sociedade brasileira pós-guerra. Esse pacto era limitado, pois excluía trabalhadores rurais e certos segmentos urbanos, enquanto também não reconhecia formações étnico-raciais no sistema político. Contudo, entre as décadas de 1940 e 1980, paradigmas importantes em relação à nação e aos direitos civis foram se alterando, adotando-se uma visão multicultural e multirracial, e reconhecendo direitos coletivos e a necessidade de igualdade de oportunidades. A democracia racial “absorveu” os negros na sociedade, tanto materialmente, através da

incorporação ao mercado de trabalho urbano, quanto simbolicamente, reconhecendo sua cultura afro-brasileira.

Esse processo não acontece, porém, de forma “indolor”, pelo contrário, insere o negro na posição subalternizada no qual interessa à classe dominante que ele permaneça. Portanto, com esse reconhecimento da negritude na sociedade brasileira, existe também o latente perigo do esvaziamento tanto da identidade formadora desses povos, quanto de sua história e lutas particulares que são oriundas, sobretudo, das enormes sequelas do período escravista, um sintoma crônico dentro de uma sociedade que experimentou quase 400 anos de escravidão e pouco mais de 130 anos de liberdade.

O tema “dor” pode parecer de cunho pessimista, vitimista ou apelativo, porém, é necessário reafirmar a necessidade de pluralizar as vozes. O grito que ecoa na senzala e atrapalha o sono dos que estão na casa grande revela um outro lado da história que as classes dominantes adorariam manter fora dos holofotes e, sobretudo, longe das problematizações. Apesar da academia ser apontada como lugar de cientificidade e, portanto, imparcialidade, devemos reconhecer que narrativas são criadas com teor político e com finalidades sociais. Por isso, histórias como a do povo negro, marcadas pelo genocídio e explorações, desumanizados pelos colonizadores, merecem e devem ser contadas. Para isso, Beatriz Nascimento incentiva que quem seja o responsável por contá-las seja o próprio povo negro, uma vez que, na perspectiva branca, ele nunca ocuparia o lugar de protagonismo.

Não podemos aceitar que a história do negro no Brasil, presentemente, seja entendida apenas através dos estudos etnográficos, sociológicos. Devemos fazer a nossa história, buscando nós mesmos, jogando nosso inconsciente, nossas frustrações, nossos complexos, estudando-os, não os negando. Só assim poderemos nos entender e nos fazermos aceitar como somos, antes de mais nada pretos, brasileiros, sem sermos confundidos com os americanos ou africanos, pois nossa história é outra, como é outra nossa problemática. Num país onde o conceito de raça está fundado na cor, quando um branco diz que é mais preto do que você, trata-se de manifestação racista bastante sofisticada e também bastante destruidora em termos individuais. Naquele instante, a partir da minha reação, ao perguntarem-me se eu tinha complexo, surpreendi-me dizendo que sim, com um orgulho jamais sentido. Justifico: se minha cultura é considerada “contribuição à...”; se minha raça nunca teve acesso nem conjunta nem representativamente às riquezas deste país; se a maioria de nós está dispersa por força de uma incomunicabilidade que deve ser posteriormente estudada (o negro brasileiro, com raras exceções, não se agrupa); se nossa manifestação religiosa passa a ser folclore, ou, o que é pior, consumida como música na TV (vide música de Vinicius de Moraes e Toquinho cantando o nome de Omolu), quando um branco quer retirar minha identidade física — único dado real da minha história viva no Brasil — só me resta o que está dentro de mim, só me resta assumir o meu complexo não resolvido. (Ratts, 2021, p. 40)

Buscamos, portanto, ampliar através da História, as vozes que já foram eternizadas através da escrivência de Evaristo, entendendo que, numa sociedade que utiliza do racismo para esvaziar o conceito de negritude, como critica Nascimento no texto supracitado e transforma a identidade negra no “exótico”, no sedutor, no meramente interessante, torna-se

ainda mais relevante falar sobre aquilo que não tem como ser apagado: a dor que flagela os corpos e mentes negras, frente a sua sociedade construída para lhes machucar ainda mais através da perpetuação dos estigmas sociais e a discriminação de raça, sexo e classe.

Maria-Nova

Perseguindo a orientação de sua avó, Dandara jamais desistiu de estudar e para sustentar-se financeiramente “fez de tudo”. Após ter trabalhado como empregada doméstica, teve o seu primeiro emprego de carteira assinada numa empresa de “Jogo de Bicho”. Depois migrou para São Paulo em busca de uma ocupação mais qualificada; lá, conseguiu trabalho numa empresa de “Xerox”. Porém, o excesso de trabalho lhe impedia de dar continuidade aos seus estudos, em função disso, retornara para Salvador. De volta à cidade Dandara compra um “barraco” de madeira numa “invasão” com o dinheiro que economizara nas últimas ocupações que exercera, e passou a morar sozinha, sem a presença do seu pai. (Pacheco, 2008, p. 115)

De algum modo, podemos relacionar a trajetória de Maria-Nova, narradora-personagem de *Becos da Memória* (2006) com o relato de vida de Dandara. Ambas as personagens inicialmente eram crianças incentivadas a estudar, motivadas pelos seus familiares através de um discurso que sobretudo significa a mudança de um paradigma, a educação formal se torna, portanto, também uma oportunidade de melhorar a própria realidade: uma ocupação mais “digna”, uma condição financeira que ofereça mais qualidade de vida, etc. Entretanto, cada uma por um motivo diferente, mas ambos os motivos muito inerentes ao lugar social ocupados por elas (meninas pobres oriundas de região periférica), acabaram por se distanciar do objetivo educacional.

Enquanto Dandara realizou tentativas inúmeras para completar essa meta educacional de modo ousado, a história de Maria-Nova nos é contada até certo ponto, o ponto no qual a menina evade do espaço escolar para se mudar juntamente com a sua família, deixando o espaço no qual crescera e também acumulara grande parte do seu maior tesouro: a sua dor e a de todos aqueles que ela conseguira guardar, com a promessa de que um dia não só voltaria para a escola, como também dividiria tal tesouro com o mundo através da escrita.

A personagem é uma adolescente de 14 anos, super curiosa, que está em constante estado de descoberta do que é a vida e a morte. Maria-Nova parece entender que a dor é uma temática principal na história do seu povo, e demonstra preferência justamente por essas histórias. “Ela quase sempre estava mais para a amargura. Achava os barracos, as pessoas, a vida de todos, tudo sem motivo algum para muita alegria. Ela pediu a história triste, a mais verdadeira”. (p. 28)

Além disso, como toda menina-mulher na sua idade, ela enfrenta os desconfortos da dor

do crescimento: o amadurecimento de seus sentimentos, a primeira atração romântica, mas também um primeiro despontar de uma consciência de classe, quando se descobre como moradora de um lugar onde faz paralelo com a senzala, enquanto o bairro nobre vizinho à favela na qual viva, representaria uma nova tipologia de Casa-Grande. (Evaristo, 2006, p. 51)

Maria-Velha

Maria-Velha é indubitavelmente uma das personagens mais importantes para a construção da personagem principal narradora da história, Maria-Nova, ela é tia da menina e ajuda a mãe dela a criá-la. Casada com o tio Totó, um homem cerca de 40 anos mais velho, o casal acabou por não ter filhos, o que resultou em despesas mais controladas do que na casa de Mãe Joana, que, apesar de exercer o mesmo ofício que a irmã, passava por uma situação financeira mais delicada, pois possuía muitos filhos e, portanto, muitas despesas. Dessa forma, Maria-Velha assumiu uma parte da criação de Maria Nova, que era uma das filhas mais velhas.

Na obra, Maria-Velha é apresentada como uma mulher séria, mas de uma seriedade distinta da de sua irmã, Mãe Joana. Enquanto Mãe Joana nunca sorria, mantinha um semblante duro e não se permitia compartilhar seus pensamentos ou sua história de vida, Maria-Velha demonstrava maior abertura. Ela se tornou uma das principais fontes de histórias para Maria-Nova, contando não só sobre si mesma e sua família, mas também compartilhando memórias que mãe Joana geralmente não dividia com a filha.

Maria-Velha parece que adivinhava os desejos de Maria-Nova. E, quando a menina estava para o sofrer, a tia tinha tristes histórias para rememorar. Contava com uma voz entrecortada de soluços. Soluços secos, sem lágrimas. Sabia-se que ela estava chorando pela voz rouca e pela boca amarga. (Evaristo, 2006, p. 25)

As histórias de Maria-Velha eram, geralmente, sofridas. Lembrava a ela mesma tempos doloridos, assim como ela própria era uma memória de dor para o seu avô: Maria, antes de ser “Velha”, saltitava como uma cabrita, um gesto que emocionava o seu avô, um negro escravizado, que possuía uma filha que um dia se rebelara contra o seu senhor e, como punição, seria açoitada até a morte, se não fosse o pedido do pequeno “sinhô” a quem amamentara e cuidara na primeira infância dele. Por isso, em vez de morta, ela fora vendida, e o pai, avô de Maria, nunca mais soube da filha, uma angústia que lhe era rememorada toda vez que via a menina reproduzir inconscientemente os mesmos pulos que a filha desaparecida costumava dar na infância, desengonçados como o de um cabrito.

Evaristo (2006) evoca, através da personagem Maria-Velha e do seu marido, Tio Totó, as

memórias de quem sofrera na pele o trabalho escravo, as condições deploráveis, os castigos físicos e o desafio que era sobreviver dia após dia. O casal permitia, através de suas memórias, que Maria-Nova conhecesse a sua história pelo ponto de vista do seu povo, diferente da escola, que perpetuava a narrativa exploratória do branco, tornando a vivência negra como mero coadjuvante, não levando em consideração todas as consequências por eles sofridas durante esse período: as famílias separadas, o trabalho forçado, a morte prematura, os abusos físicos, psicológicos e sexuais, a resistência, a dor, a resiliência e a sobrevivência dos inúmeros povos que foram arrancados de suas terras africanas na maior e cruel diáspora que a humanidade produziu, mas hoje tenta atenuar de sua história.

Dentro do barracão, conviviam três gerações. Tio Totó era, talvez, uns quarenta anos mais velho que Maria-Velha. Olhou os três e pensou que, se soubesse pintar, faria um belo quadro. Reteve a cena, teve a sensação de que diante de si estava a eternidade. Pensou que Deus é eterno sim, mas o homem de certa forma também é. A menina parecia ser a continuação dos dois. O velho e a mulher se eternizavam por meio da menina (Evaristo, 2006, p. 63)

Assim como a menina Querença, do conto Duzu-Querença, Maria-Nova evoca as memórias ancestrais para sentir o banzo, guardar essa dor como forma de viver, conectando-se aos seus parentes conhecidos e também aqueles que ela só ouvira as histórias, como era o caso do seu bisavô e da sua filha que fora levada. Maria-Velha é quem tece esse fio da menina com o seu passado, uma conexão de dororidade, dores compartilhadas que atravessam gerações, e ajudam a formar a identidade dessa nova geração representada pela Maria adolescente, uma continuidade de uma história que demonstra a sobrevivência dos negros escravizados, através da sua resiliência, e que agora são memórias pesadas, carregadas nos corações de seu povo, de geração a geração.

Maria-Velha é um lembrete daquilo que a Casa Grande quis esquecer – os gritos da senzala, que atrapalhavam o sono dos senhores de escravos. Esse é o barulho que pretende fazer Conceição Evaristo com a sua escrevivência: que perturbe o sono daqueles que transformaram a vida dos negros capturados em pesadelo, e que ecoe a memória e a identidade dos seus, para que elas não sejam perdidas, engolidas por uma memória nacional que não os contempla. Também é um exemplo do elo de empatia entre mulheres negras, Maria-Velha percebe as dificuldades da irmã e a ajuda como pode, apoiando-a na criação de seus filhos, uma tarefa complicada, uma vez que ela era mãe solo. Uma parceria que se confirma quando, durante as dificuldades importas pelo desfavelamento iminente, as irmãs mais uma vez se unem para garantir a si e a sua família a sobrevivência, comprando um terreno numa área distante, onde quase nada havia, mas que pelo menos lhes daria a chance de recomeçar.

Ditinha

A consciência de classe que Maria-Nova demonstra, contrasta diretamente com a (in)consciência de classe de Ditinha. A mulher que crescera na favela, experimentou ao longo da sua vida situações que moldaram sua vida a um destino difícil: engravidara do seu primeiro filho ainda na adolescência, um dos motivos que a levou à evasão escolar. Oriunda de família pobre, a mãe falecida e o pai um trabalhador braçal, viciado em álcool, coube à Ditinha o sustento e o cuidado com a casa, auxiliada parcamente pela sua irmã mais nova, que se prostituía para sobreviver. Obrigada logo cedo a trabalhar para garantir o pão de cada dia, recorreu ao trabalho doméstico, sendo empregada na casa de Dona Laura, mulher da alta sociedade, que traça um paralelo com a própria Ditinha, as virtudes e o “ter” de D. Laura contrastando diretamente com a falta de qualidades e o “não ter” da empregada.

Estava tudo um brinco! A casa reluzia! Ela elogiou o trabalho de Ditinha, gostava do trabalho da moça. Ela era esperta, fazia tudo como se mandava. [...] Ditinha olhou para a patroa e sentiu o ar de aprovação no rosto dela. Como D. Laura era bonita! Muito alta, loira, com os olhos da cor daquela pedra das joias. Ditinha gostava muito de D. Laura e D. Laura gostava muito do trabalho de Ditinha. Olhando e admirando a beleza de Dona Laura, Ditinha se sentiu mais feia ainda. Baixou os olhos e envergonhada de si mesma. (Evaristo, 2006, p. 69)

A consciência de si própria gera a Ditinha um profundo desgosto, inferiorizando a si mesma perante a figura da patroa. Ela é mais um caso de baixa autoestima dentro do contexto de negritude, que reproduz a visão de que a branquitude e seus estereótipos representariam um ideal, uma condição superior. D. Laura é bonita porque é branca, loira e de olhos claros e, por isso, tinha a admiração e o bem-querer de Ditinha. Já Ditinha trabalhava bem, o que deixava a patroa satisfeita. A relação de ambas possuía, assim, um diferencial visível, enquanto uma era pensada como mulher, como bela, a outra era apenas uma força de trabalho, dotada de eficiência, não humanidade ou virtudes fora do seu trabalho.

A visão de D. Laura como superior a Ditinha, entretanto, não partia apenas do pensamento da branca com relação à sua funcionária. Partia também da própria mulher negra. Ela considerava seus traços negroides como expressão de feiura, algo que transcendia o seu “não ter”. Nesse sentido, o que fala mais alto a Ditinha para se sentir desprovida de beleza não é a falta dos melhores cuidados, produtos, indumentárias, mas sim algo inerente a ela, sua natureza, suas características fenotípicas.

O pensamento de que o poder aquisitivo da patroa não combinaria com alguém como ela, traz nas entrelinhas uma conclusão perigosa: de que a pessoa negra não combina com as classes sociais mais elevadas, e que a riqueza é um padrão branco. Ditinha perpetua, assim, um

estereótipo de raça e classe: os brancos são ricos, os negros são pobres. Essa seria a “ordem natural”, do mundo, um imaginário que mostra o sucesso do pacto da branquitude, discutido por Cida Bento (2020). “Olhou-se no espelho e sentiu-se tão feia, mais feia do que normalmente se sentia. “E se eu tivesse vestidos e sapatos e soubesse arrumar os meus cabelos? (Ditinha detestava o cabelo dela.) Mesmo assim eu não assentaria com essas joias.” (Evaristo, 2006, p. 68)

Piedade (2017) argumenta que o termo sororidade não dá conta de abarcar a experiência da negritude, ou da pretitude, para usar a palavra escolhida pela autora. Essa argumentação encontra lugar no relacionamento de Ditinha e Laura, que se importa apenas com o resultado do trabalho da sua funcionária, que provavelmente não possuía direitos trabalhistas, visto que a publicação do romance é de um período anterior à conquista de muitos direitos dos empregados domésticos, que são, majoritariamente, mulheres oriundas das regiões periféricas. Entretanto, isso não significa que a experiência da Dororidade acontece obrigatoriamente entre as mulheres negras, como é evidenciado pelo relacionamento entre Ditinha e sua irmã, Toninha, que, como supracitado, adentrou o ramo da prostituição, tornando-se desde então uma figura ausente na casa delas, deixando Ditinha com os filhos e o pai moribundo, não há, entre elas, expressão de algum carinho ou apreço, algo que a mais velha não sente nem por si própria. “Ditinha tinha feito 29 anos. E ninguém lembrou, nem ela, nem o pai, nem os filhos, nem Toninha, sua irmã, que já não aparecia havia um mês. Ah! também pouca diferença fazia lembrar ou não lembrar...” (Evaristo, 2006, p. 72)

Entretanto, uma situação mudaria drasticamente a vida da empregada doméstica: ela, cheia de pensamentos intrusivos e tristeza por si mesma, pobre, feia e de família desestruturada, esbarra na vontade de possuir uma joia de sua patroa. A mulher rouba um broche de D. Laura, uma atitude que não ficaria impune. Ditinha, que após roubar, jogara o objeto na fossa da sua casa, é presa acusada de roubo, uma situação que mexe ainda mais com a negatividade da autoestima da mulher. Enquanto esteve fora, quem assumiu o comando da casa foi seu filho mais velho, um adolescente que tem mais ou menos a identidade de Maria-Nova, uma grande amiga dele.

Maria-Nova é a primeira pessoa, do ponto de vista narrativo, que demonstra Dororidade por Ditinha. Após a mulher ser presa, a notícia imediatamente virou assunto na favela onde residiam, e chegou até o conhecimento de Maria-Nova. A menina, entretanto, não julgava as atitudes da mulher, no máximo, demonstrou curiosidade sobre ela, permanecera, entretanto, leal ao seu amigo Beto, alguém que foi forçado a amadurecer muito mais rápido, mais cedo que ela, devido às condições com as quais vivia. Largou a escola, começou a trabalhar, ganhava pouco,

mas precisava, de qualquer modo, ganhar algo. Pouca comida ainda dói menos que nenhuma comida no estômago. Dessa amizade, da parceria entre Beto e Maria-Nova, nasce a confissão que alegrou a menina: Ditinha havia voltado para casa, entretanto, agora vivia um outro tipo de prisão: a da vergonha, que a impedia de ver e ser vista.

Beto tentava convencê-la de que era preciso sair de casa e de que todo mundo havia esquecido o fato. Ditinha recusava. E, quando a irmã veio em casa trazendo algum dinheiro que ganhara com os homens, o sentimento de culpa de Ditinha cresceu fundo. Sem olhar, sem encarar a irmã, disse que, quando mudassem dali uma nova vida iriam começar. Ela, Ditinha, haveria de voltar a trabalhar. (Evaristo, 2006, p. 112)

Nesse momento, observamos uma mudança no comportamento de Ditinha, que, ainda corroída por uma vergonha gigantesca, se vê em reclusão, mas, com o aparecimento da sua irmã, faz a ela uma promessa para o futuro: de que quando todos eles mudassem dali, recomençaria a vida, voltaria a trabalhar, contribuiria para o sustento da família. Um voto de que uniriam forças, e de que ela observava o esforço da irmã, num trabalho que Ditinha claramente lamentava que a caçula fizesse. Nesta fala, na qual a mais velha sequer olha para Toninha, ela acolhe, ao seu modo, a irmã, sente a sua dor, mesmo que não haja por parte dela, na narrativa, alguma queixa sobre a vida que leva, o não-dito deixa muitas margens interpretativas, entretanto, fica evidente que Ditinha expressa Dororidade pela irmã.

A acolhida de Maria-Nova a Ditinha não chega à mulher de forma direta, é um sentimento que a adolescente guarda para ela mesma. Entretanto, no momento em que Ditinha é obrigada a encarar o mundo do lado de fora do casebre que estava em vias de ser destruído na empreitada do desfavelamento que estava ocorrendo, o que se observa é que não apenas a menina guardava no coração um pedaço à mãe de Beto: a favela se reúne em volta da mulher para celebrar o seu retorno, até então desconhecido para a maioria das pessoas.

Em vez do julgamento tão temido, Ditinha esbarra no calor dos braços de seus vizinhos, que a carregam em comemoração, e depois a põem dentro do caminhão que separaria o destino daquela família das demais que também estavam sendo expulsas, exemplo maior de Dororidade que podemos observar na história de Ditinha: a mulher que não conseguia amar a si própria, descobrira que era vista e amada pelos seus iguais, diferente da relação desigual na qual ela apreciava alguém que a via como uma mera peça útil, ali, ela era alvo de empatia, ela estava em casa e, agora, reconstruiria um novo lar e uma nova vida com sua família.

Ditinha havia voltado! Depois solenemente colocaram a mulher no caminhão como se colocassem um santo no altar. Todos choravam. O motorista do caminhão enxugou uma lágrima no canto dos olhos. Ditinha, que se mantivera o tempo todo com o rosto entre as mãos, olhou para todos e sorriu. Era o primeiro sorriso desde aquele dia em que escondera no seio a pedra verde-bonita-suave que até parecia macia. (Evaristo, 2006, p. 114)

Duzu-Querença

Duzu-Querença é a personagem principal do conto que leva o seu próprio nome, no livro *Olhos d'água* (2016). A menina era mais um dos casos de êxodo rural em busca de melhores condições de vida e a oportunidade de obter um futuro melhor, através dos estudos. Esse era o objetivo do pai da criança quando a enviou para a cidade, para trabalhar na casa de uma suposta senhora benfeitora que cuidaria dela e a matricularia numa escola, em troca, Duzu faria algumas atividades domésticas na casa dela. Não é incomum, na sociedade brasileira, que essa prática

aconteça: as jovens chegam em suas “novas casas” com o intuito de frequentarem escolas melhores que as ofertadas em seus municípios natais, para serem melhor instruídas e conquistarem, assim, empregos melhores que os possuiriam se tivessem continuado em casa sob o cuidado dos pais.

O pai de Duzu tinha nos atos a marca na esperança. De pescador que era, sonhava um ofício novo. Era preciso aprender outros meios de trabalhar. Era preciso também dar outra vida para a filha. Na cidade havia senhoras que empregavam meninas. Ela podia trabalhar e estudar. Duzu era caprichosa e tinha cabeça para leitura. (Evaristo, 2016, p. 35)

Essa prática, contudo, esconde várias armadilhas, como por exemplo a exploração da força de trabalho dessa menor de idade, que geralmente assume parte ou todo o trabalho doméstico da casa de seu “benfeitor”, sobrecarregando-se, sobrando pouco ou nenhum tempo/energia para o ambiente escolar. No caso de Duzu, a menina nunca fora para a escola. A senhora que prometera se responsabilizar por ela era dona de um prostíbulo, no qual a garota passou a servir como faz-tudo, entretanto, era proibida de entrar nos quartos sem antes bater na porta, um “cuidado” mínimo para que a garota não fosse exposta aos atos sexuais que ali eram praticados. Algo que não faz, de forma alguma, mais correta a postura da cafetina, que além de privar Duzu dos estudos, usando de má fé, explorava o trabalho da criança e a expunha a um ambiente que, com regras ou não, está longe de ser o ideal para alguém da idade dela.

O “cuidado” aparece aqui entre parêntesis, pois entendemos que não há zelo real da parte de Dona Esmeraldina, a dona do estabelecimento, com Duzu-Querença que, sem supervisão, não demora a desobedecê-la, abrindo a porta de um dos quartos sem bater antes. Como consequência imediata, a menina precocemente descobre o sexo, sem ter consciência do que aquilo significa, entretanto, devido a sua natureza curiosa, passa a se tornar uma grande observadora, abrindo as portas sem aviso, a fim de espiar aquilo que acontecia nos muitos quartos do prostíbulo. Contudo, assim como a menina devia apenas ter contato com os quartos vazios e passou a espionar as atividades que ocorriam, ela também logo de ser apenas uma

observadora e tornou-se uma participante dos atos que lá aconteciam, sem ter consciência do que era o sexo e a sexualização.

Houve até aquele quarto em que o homem lhe fez um carinho no rosto e foi abaixando a mão lentamente... A moça mandou que ele parasse. Não estava vendo que ela era uma menina? O homem parou. Levantou embrulhado no lençol. Duzu viu então que a moça estava nua. Ele pegou a carteira de dinheiro e deu uma nota para Duzu. (Evaristo, 2016, p. 36)

Esta passagem marca uma nova fase da exploração do corpo infantil de Duzu, antes induzido a trabalhar nas atividades de limpeza, sem liberdade e acesso à educação, encontra, agora, uma forma até então desconhecida, mas inicialmente bem-vinda, de usar o corpo. Querença achou bom o contato do desconhecido, pois ele lhe deu dinheiro por isso, e ela precisava do dinheiro. Em contrapartida, podemos observar a Dororidade da prostituta que atendia o homem que, ciente da dor de ter seu corpo explorado, tentou impedir que uma criança experimentasse o mesmo sentimento. Entretanto, a atitude protetora da mulher esbarra na autoridade exercida pela figura masculina naquele ambiente, que entende que pode usar tudo o que quiser naquele quarto, inclusive os corpos da menina e da mulher, desde que pague por eles. A mulher parece entender essa lógica, pois não intervém mais, dobrando-se à vontade dele. O misto da curiosidade imatura com a necessidade por dinheiro levou Duzu-Querença a procurar cada vez mais oportunidades de repetir aquela experiência. Por isso, ela passou a invadir os quartos deliberadamente, entretanto, era sempre expulsa, até que encontrou com o homem pedófilo mais uma vez.

Passados alguns dias, voltou a entrar de supetão. Era ele. Era o homem que lhe havia feito um carinho e lhe dado um dinheiro. Era ele que estava lá. Estavam os dois nuzinhos. Ele em cima, parecendo dentro da mulher. Duzu ficou olhando tudo. Teve um momento em que o homem chamou por ela. Vagarosamente ela foi se aproximando. Ele, em cima da mulher, com uma das mãos fazia carinho no rosto e nos seios da menina. *Duzu tinha gosto e medo. Era estranho, mas era bom.* Ganhou muito dinheiro depois. (Evaristo, 2016, p. 36, grifos meus)

A quebra da inocência de Querença, portanto, não vem acompanhada exatamente do prazer, mas sim da necessidade de obter o dinheiro, junto com a curiosidade do que ali acontecia, sentimentos que vieram acompanhados pelo medo. A autora não nos explicita o que Duzu temia, se era o homem, se era o seu toque, se era o desconhecido que ela experimentava pela primeira vez, porém, é certo que havia nela o desconforto de se colocar naquela situação. A dor de estar na própria pele. Foi desse modo, com medo e com um prazer ainda desconhecido, precoce, que a menina tomou consciência de si e do que havia lhe acontecido até ali, não por causa do homem, e sim por uma quarta presença que surgira no quarto em uma das ocasiões nas quais Duzu se deixava ser abusada em troca de dinheiro: D. Esmeraldina a repreendera, não por se apenas uma menina e se submeter a tais atos, nem por estar perdendo tão cedo a sua infância, mas sim por estar ganhando dinheiro sem dividir com ela, assim como todas as demais

mulheres que vendiam seu corpo naquela casa deveriam fazer.

Entendeu o porquê de tantas mulheres e de tantos quartos ali. Entendeu o porquê de nunca mais ter conseguido ver a sua mãe e o seu pai, e de nunca D. Esmeraldina ter cumprido a promessa de deixá-la estudar. E entendeu também qual seria a sua vida. É, ia ficar. *La entrar-entrando sem saber quando e por que parar.* (Evaristo, 2016, p. 37, grifos meus)

O que se vem a partir disso é o segmento de um destino triste. Duzu-Querença de fato não foi para a escola, nem retornou para a sua família. Passou seus próximos dias de vida em casas de prostituição, onde explorava seu corpo como ferramenta de seu sustento. Não casou, nem o texto nos dá indicativo de que ela viveu algum romance, em contrapartida, nos revela uma vida difícil, submetida a tanta dor a ponto de não mais percebê-la com espanto, mas sim com naturalidade. “Acostumou-se aos gritos das mulheres apanhando dos homens, ao sangue das mulheres assassinadas. Acostumou-se às pancadas dos cafetões, aos mandos e desmandos das cafetinas. Habitou-se à morte como uma forma de vida” (Evaristo, 2016, p. 36). A personagem, assim, demonstra estar, de certa forma, “anestesiada” para as dificuldades da vida e da morte, habituando-se a elas, sobretudo no que diz à realidade da pobreza e da violência contra a mulher.

Essa falta de tato para a dor que foi adquirida por Duzu-Querença conforme seu amadurecer nas experiências de viver/morrer, contudo, encontra seu contraponto dentro da família que formara. Já velha, a única coisa que Duzu possuía, além dela mesma e de suas memórias, eram seus muitos filhos e netos. Ela revirava o lixo para se alimentar dos restos deixados pelas pessoas, mas a dor narrada por Evaristo não é sobre a própria personagem, nem sobre seu passado, e sim sobre a recente perda de um de seus netos, que havia se tornado um soldado do tráfico e, numa emboscada de um grupo rival, havia morrido. Aquela era mais uma dor que ela guardava na sua coleção, uma com a qual ela deveria aprender a se distrair, também, e é nessa tentativa de “ludibriar a dor”, que a mulher parece perder a sanidade, num devaneio de um dia alegre de carnaval, a mulher se despede da vida, deixando, entretanto, um grande legado à sua neta, com quem dividia o nome: Querença.

E foi no delírio da avó, na forma alucinada de seus últimos dias, que ela, Querença, haveria de sempre umedecer seus sonhos para que eles florescessem e se cumprissem vivos e reais. Era preciso reinventar a vida, encontrar novos caminhos. Não sabia ainda como. Estava estudando, ensinava as crianças menores da favela, participava do grupo de jovens da Associação de Moradores e do Grêmio da Escola. Intuíva que tudo era muito pouco. A luta devia ser maior ainda. Menina Querença tinha treze anos, como seu primo Tático que havia ido por aqueles dias. (Evaristo, 2016, p. 39)

Querença, dentre as personagens do conto, parece ser a pessoa que mais herdara a característica da Dororidade, junto com o banzo, a saudade ancestral da terra onde não vivera, mas de onde seus antepassados vieram, onde eles eram livres. A menina herdara as memórias e os devaneios da avó, acolhia os sonhos dela, representava, para aquela senhora de vida difícil

e dores anestesiadas, um novo começo. Querença enxergava sua avó, ao contrário de como geralmente faziam as pessoas na rua, os homens com os quais dormia por dinheiro, e seus cafetões e cafetinas, herdara as dores dela, o sentimento de “casa” que ela possuía, entretanto, teria um destino diferente dela: estava estudando, era esforçada e inclusive dava aulas aos menores da comunidade onde residia. O rio de lágrimas de Duzu, apartada de casa em busca das melhores condições que nunca vieram, desaguava agora nos olhos da menina Querença que, apesar da dor, haveria de representar um novo começo a uma história trágica, e, dessa vez, com a esperança de haver um final feliz.

Ana Davenga

A temática da dor vivida por homens e, sobretudo, pelas das mulheres negras, é importante de ser observada por ser uma constante na vida destas pessoas, e também por ter múltiplas faces. No caso do conto Ana Davenga, a mulher não só está acostumada com a dor, como parece escolhê-la. A naturalização de algo faz com que isso se torne familiar, e, portanto, associado a uma normalidade. Em alguns desses casos, existe o perigo da romantização, de se tratar certas situações ou comportamentos como naturais porque eles estão inseridos em certo cotidiano.

A dor que aqui nós colocamos como “hereditária” porque se repete historicamente, sobretudo na questão da negritude, assolada pelas consequências dos eventos traumáticos de quase quatrocentos anos de escravidão que desembocam na discriminação racial, que pode ser percebida, tanto nas estruturas quanto na sociedade e nas instituições brasileiras, seja de forma velada ou explícita. Entretanto, não significa que este deve ser o destino da negritude. Homens e mulheres negros têm várias formas de lidar com essa dor, com o banzo e com as adversidades da vida. Luiz Gonzaga, em sua música Minha história, canta que a sua sorte é que ele sabia fazer baião. Conceição Evaristo conseguiu se tornar uma mulher de sucesso educacional. E atualmente, também, alcançou o sucesso editorial, tendo livros comercializados não só em português, no Brasil, mas também traduzidos para outras línguas e comercializados fora do país. Entretanto, para muitos, a vida não é assim, as opções são mais limitadas. A vida é viver e é morrer (Evaristo, 2016, p. 51), aponta a personagem Natalina do conto *Quantos filhos natalina teve?* De forma parecida, pensa Ana Davenga, Protagonista do conto que leva o seu nome, a vida é feita para ser vivida. E a morte iminente é uma certeza.

Ana, em seu primeiro encontro com Davenga, recebe o cortejo do homem, passa a noite

em seu barraco e, apesar da autora não utilizar essa palavra, aparentemente, eles se apaixonam, pois Ana adotou o nome dele no seu e passou a residir no barraco dele. Sequer perguntou o que Davenga fazia para sobreviver, ele garantia o sustento da casa, trazia o dinheiro para tudo, e isso bastava. E quando ele não pudesse fazê-lo, por motivo de força maior, as mulheres dos companheiros de Davenga se encarregavam do serviço. Entretanto, uma vez que parece que o homem não se preocupou em esconder a verdade de Ana, ela logo soube a verdadeira atividade dele. Contudo, decidiu ficar mesmo assim, para ela, não havia problema ou diferença, pois qualquer vida representava risco, sobretudo na realidade da pobreza na qual estavam inseridos.

Durante todo o conto, Evaristo se preocupa em falar que o comportamento violento de Davenga se limitava a seus companheiros quando ele deveria colocar ordem entre eles, uma vez que ele era o líder do bando. Ou quando praticava os assaltos, o narrador onisciente revela que Davenga se divertia ao praticá-los, sobretudo quando a vítima era um homem forte ou importante, pois se deliciava em vê-los com medo. Esses eram os assaltos favoritos dele, aquele que ele conseguia ver o medo das vítimas (Evaristo, 2016, p.24). O homem, aparentemente ou pelo menos ela acredita, seria incapaz de fazer mal a ela. Ana crê nisso mesmo após ouvir a confissão do maior remorso de seu parceiro.

Depois tudo no silêncio, na moita, tudo escondidinho. Um dia ele se encheu. Propôs que ela subisse o morro e ficasse com ele. Corresse com ele todos os perigos. Deixasse a Bíblia, deixasse tudo. Maria Agonia reagiu. Vê só se ela, crente, filha de pastor, instruída, iria deixar tudo e morar com um marginal, com um bandido? Davenga se revoltou. Ah! Então era isso? Só prazer? [...] Não havia de ser nada. Tinha alguém que faria o serviço para ele. Dias depois, a seguinte manchete aparecia nos jornais: “Filha de pastor apareceu nua e toda perfurada de balas. Tinha ao lado do corpo uma Bíblia. A moça cultivava o hábito de visitar os presídios para levar a palavra de Deus” (Evaristo, 2016, p. 28)

A morte de Maria Agonia, ex-amor de Davenga, que encomendou seu assassinato após a mulher não aceitar largar a sua vida para viver um romance de verdade com ele não a abalou. O único contexto durante toda a obra no qual Ana demonstra preocupação ou certo abalo emocional, é quando os tambores que sinalizam a volta dos homens do bando soam e ela não encontra no meio deles o seu companheiro. Ana se preocupa unicamente com o bem-estar de seu homem, a ponto de que o meio único momento que ela demonstra não está satisfeita é nos momentos íntimos deles, quando ele atingia seu clímax, pois havia nele, nesses momentos, uma expressão de dor e choro, que a mulher prontamente consolava.

E todas as vezes que ela via aquele homem no gozo-pranto, sentia uma dor intensa. Era como se Davenga estivesse sofrendo mesmo, e fosse ela a culpada. Depois, então, os dois, ainda de corpos nus, ficavam ali. Ela enxugando as lágrimas dele. Era tudo tão doce, tão gozo, tão dor! Um dia pensou em se negar para não ver Davenga chorando tanto. Mas ele pedia, caçava, buscava. Não restava nada a fazer, a não ser enxugar o gozo-pranto de seu homem. (Evaristo, 2016, p. 23)

Ana parece ter anulado completamente suas ações, individualidade e seu próprio querer.

Mesmo neste pequeno momento, no qual o narrador conta a respeito de uma vontade dela, a mulher automaticamente recua em detrimento da vontade de Davenga. Ao passo que ela, por mais que queira negar a intimidade, aceita porque o querer do homem parece estar acima do seu. Não restava além de nada aceitar.

Uma vez que Conceição Evaristo usa a palavra remorso e não arrependimento para falar do sentimento de Davenga a respeito daquilo que ele mandou fazer com Maria Agonia, não podemos intuir que, caso Ana decidisse sair, seria de forma diferente com ela. Entretanto, Ana não parece ligar para o fato de que está ou pode estar vivendo um relacionamento-prisão. Ela segue obediente, mesmo com homem passando dias, às vezes, semanas foragido, ela segue fiel e, seguindo as ordens dele e sendo “cega, surda e muda” para tudo aquilo que acontecia no barraco que funciona como quartel general do bando, e “protegida” também pela ameaça capital de Davenga.

No princípio, os companheiros de Davenga olharam Ana com ciúme, cobiça e desconfiança. [...] Ela era cega, surda e muda no que se referia a assuntos deles. Ele, entretanto, queria dizer mais uma coisa: qualquer um que bulisse com ela haveria de morrer sangrando nas mãos dele feito porco capado. (Evaristo, 2016, p. 22)

No entanto, Ana acreditava fielmente que seu homem era bom e jamais lhe faria nenhum mal, nem sequer alguma brincadeira para lhe assustar. O homem que se divertia com o medo de outros homens e mandou matar pelo menos uma mulher por não ter aceitado ter um relacionamento sério com ele, aos seus olhos, era apenas um menino.

Ele até brincava; porém, só com os companheiros. Assim mesmo de uma brincadeira bruta. Socos, pontapés, safanões, tapas, “seus filhos da puta”... Mais parecia briga. Onde estava Davenga? Teria se metido em alguma confusão? Sim, seu homem só tinha tamanho. No mais era criança em tudo. Fazia coisas que ela nem gostava de pensar. Às vezes, ficava dias e dias, meses até, foragido, e quando ela menos esperava dava com ele dentro de casa. (Evaristo, 2016, p. 23)

Há uma certa dualidade em Davenga aos olhos de Ana, seu homem é como uma criança. Vê-lo sofrer nos momentos de gozo é agonizante, enquanto ela mesma era viciada na dor. Nos últimos momentos do conto, uma última e derradeira situação doce que logo amarga: na festa de aniversário surpresa que Davenga preparou para Ana, após o amor do casal, a polícia invade o barraco do homem, que logo pensa em arriscar tudo para que não fosse para a prisão, inclusive a vida da mulher e do rebento que ela carregava e aparentemente ele ainda não sabia. Preferiu o risco, e ambos morreram naquela noite.

Davenga vestiu a calça lentamente. Ele sabia estar vencido. E agora o que valia a vida? O que valia a morte? Ir para a prisão, nunca! A arma estava ali, debaixo da camisa que ele ia pegar agora. Poderia pegar as duas juntas. Sabia que este gesto significaria a morte. Se Ana sobrevivesse à guerra, quem sabe teria outro destino?

[...]

Os noticiários depois lamentavam a morte de um dos policiais de serviço. Na favela, os companheiros de Davenga choravam a morte do chefe e de Ana, que morrera ali na cama, metralhada, protegendo com as mãos um sonho de vida que ela trazia na barriga (Evaristo, 2016, p. 30)

A dor de Ana é a de muitas mulheres que se submetem a um relacionamento perigoso, com a ideia de que com elas será diferente. A romantização do parceiro que comete crimes violentos, mas que jamais lhe faria mal e sempre agiria como um grande protetor acima de tudo, um “homem mau” apenas fora de casa. No Brasil, um segmento de livros de romance adulto chamado “dark romance” no qual o homem é mais violento, entretanto superprotetor com a protagonista, geralmente em contexto de máfia, tem se popularizado e chamado a atenção nas redes sociais sobre a romantização de relacionamentos problemáticos. Apesar de ser um conteúdo voltado ao público adulto, ressaltamos a facilidade de encontrar arquivos gratuitamente na internet, em formatos como PDF, E-pub e outros, além do crescimento de perfis voltados para a indicação de livros – inclusive desta categoria, destacando com entusiasmo esta categoria de romance cada vez mais popular. É importante tratar dor como dor, não romantizando, assim, o sofrimento. A história de Ana Davenga não possui só um final amargo, mas uma nota de agonia e dor de alguém que viveu a vida que tinha para viver.

A “Mãe”

Olhos d’água (2016) é um livro de contos inteiramente escritos por Conceição Evaristo. O primeiro conto da obra é o que dá o título à coletânea. Escrito completamente na primeira pessoa do singular, o texto parece ser um relato autobiográfico, apesar da fantasia que é demonstrada sobretudo pela pergunta central da narrativa: “qual era a cor dos olhos da minha mãe?” O eu-lírico viaja em memórias da sua infância, ao passo que vagueia pela questão que vem lhe atormentando nos últimos dias, pois conseguia lembrar de tudo, menos deste precioso detalhe. Este é um conto sobre dor, não uma qualquer, mas herdada da sua mãe e de todas as suas ancestrais.

Durante o conto, o eu-lírico brinca com a própria memória, entretanto, adverte o leitor: “Às vezes, as histórias da infância de minha mãe confundiam-se com as de minha própria infância.” (Evaristo, 2016, p. 16). Entretanto, há uma pergunta simples, visual, talvez óbvia a ser respondida, enquanto discorre detalhes sobre a unha do dedo mindinho do pé esquerdo que sempre encravava, ou a verruga que ela possuía entre os cabelos crespos, a inquietude da narradora-personagem é uma só: quais eram as cores dos olhos de sua mãe?

Esta pergunta nos leva a vários caminhos interpretativos, ao revisitar o passado da mãe e o seu próprio, a autora vagueia por toda uma vida de olhares e experiências, desde a mãe num tempo distante, ainda menina, brincando nua em um pequeno interior de Minas Gerais, antes

do tempo da maturação do corpo e da mente, quando roupas eram obrigatórias e a vida já não era a mesma. Lembrou-se dela mesma brincando arrumando a mãe, não porque roupas eram obrigatórias, mas porque era preciso distrair a fome. Pensou na imagem dos olhos da mãe, que choravam durante os momentos de terror no barraco frágil que corria o risco de ser levado pelos ventos de uma chuva forte. “Nesses momentos os olhos de minha mãe se confundiam com os olhos da natureza. Chovia, chorava! Chorava, chovia!” (Evaristo, 2016, p. 18). Os olhos os quais Evaristo parece se referir nos remetem não ao físico da mulher, mas a própria alma, a essência de sua mãe, compreendê-la, pois já a conhecia, mas faltava perceber este pequeno detalhe.

Há um célebre ditado que diz que os “olhos são a janela da alma”. O eu-lírico é uma mulher afastada da sua família devido à necessidade da diáspora em busca de melhores condições de vida. Anos de separação do lar no qual viveu e cresceu com suas outras seis irmãs e sua mãe. A narradora-personagem demonstra uma necessidade não só de revisitar o passado através da pergunta que move o texto – e que faz com que ela própria se mova de volta à terra onde deixou sua família – um carecimento de voltar a si própria de uma outra época.

Nesta ação de voltar para (re)descobrir seu passado, a protagonista (re)encontra também a sua ancestralidade, como forma de conhecer a si próprio, de formar a sua identidade. Para isso, a sua mãe é o primeiro passo, um ponto de referência, pois era seu porto seguro, é aquela com a qual cresceu e aprendeu as coisas da vida. Ela era a mais velha das suas irmãs. E por conta disso, era muito próxima da sua mãe, era aquela que auxiliava no dia a dia da casa e que ouvia a maioria das histórias da matriarca, pois a acompanhava em quase todos os momentos. Mas havia essa necessidade de se compreender a alma, essa cor que está nos olhos e que também dita o tom da vida da pessoa. Essa cor, até então desconhecida, não era apenas da mãe, mas sim das mulheres negras, mães pretas.

Mas eu nunca esquecera a minha mãe. Reconhecia a importância dela na minha vida, não só dela, mas de minhas tias e de todas as mulheres de minha família. E também, já naquela época, eu entoava cantos de louvor a todas as nossas ancestrais, que desde a África vinham arando a terra da vida com as suas próprias mãos, palavras e sangue. (Evaristo, 2016, p. 18)

O eu lírico demonstra total respeito. E também a influência, a importância dessas mulheres na sua vida, na sua formação. A ideia de idoneidade nesse texto se encontra de forma clara e evidente. As dores antepassadas, as vivências que elas guardavam passam de geração em geração, formando assim uma grande correnteza de memórias, de pensamentos, de vivências que vão se confundindo. Dando a ideia de que, assim como a memória da infância do eu lírico se confundia com a memória da infância da própria mãe, a própria mãe também carregava dentro de si todas essas mulheres.

Vi só lágrimas e lágrimas. Entretanto, ela sorria feliz. Mas eram tantas lágrimas, que eu me perguntei se minha mãe tinha olhos ou rios caudalosos sobre a face. E só então compreendi. Minha mãe trazia, serenamente em si, águas correntezas. Por isso, prantos e prantos a enfeitar o seu rosto. A cor dos olhos de minha mãe era cor de olhos d'água. Águas de Mamãe Oxum! Rios calmos, mas profundos e enganosos para quem contempla a vida apenas pela superfície. Sim, águas de Mamãe Oxum. (Evaristo, 2016, p. 18-19)

O pranto já mencionado anteriormente tantas vezes nas memórias do eu-lírico se confirma no momento em que ela encontra pessoalmente a sua mãe. Os olhos maternos representam um choro que mistura dor e alegria. Águas que ela remete a Oxum. Oxum é um orixá das religiões de matriz africana dona das águas doces, e que remete, dentre outras coisas, ao poder resiliente feminino. Naquele momento, ela reconhece na mulher as suas sagradas ancestrais que lhe levam a pensar na sagrada Oxum, que também assume esse papel maternal.

A história desses olhos remete a certo grau de sofrimento, mas que também demonstra a resiliência daquela mãe em ter sobrevivido e criado as suas filhas. Ela guarda como herança

da sua experiência e de suas memórias os olhos carregados de águas que são calmas, serenas, por isso trazem conforto e também significam vida, uma vez que águas turbulentas são difíceis de controlar, as criaturas aquáticas, no momento de gerar vida, costumam preferir as águas tranquilas. E então, em momentos de grande dor, as águas nos olhos às vezes até tempestuam. Mas que se configuram, sobretudo como águas calmas, águas de mãe como mamãe Oxum.

Por meio dessa literatura, na qual se compreendem identidades e culturas negras como elaborações humanas, instituídas de valores, crenças, histórias, experiências, indagações, dentre outros, acredita-se que se constroem oportunidades de expressão de si, da negritude, de referências de africanidades, de vivências, bem como de concepções de mundo. A escrita literária negra torna-se uma textualidade de formação e de fortalecimento de identidades negras, possivelmente, por isso a pesquisadora Benedita G. Damasceno, ao caracterizar a poesia negra brasileira, sugere que essa textualidade se evidencia através da procura da identidade do negro. (Santiago, 2010, p. 141)

Uma vez que essa informação é finalmente compreendida, o eu-lírico está pronto para adquirir mais essa parte da sua identidade, que é herdada pelas mães e mulheres pretas da sua família. Uma parte que também pertence a si, descoberta feita pelos olhos da sua própria filha. A menina que a mãe ainda tenta descobrir a cor dos olhos, já consegue perceber na sua mãe os olhos d'água, esse pedaço de alma herdado dos seus ancestrais, característica dos olhos brilhantes das mães, das mulheres, das avós, das tias e também dos homens negros. Os olhos que falam, que são janela da alma, uma alma que traz uma história não só de dor, como também de resistência e de resiliência. Dororidade: reconhecer a si própria na dor da outra, sobretudo das suas ancestrais. O verdadeiro valor de vida e de suas memórias é dão-se, portanto, nos olhos, mas não só nos olhos físicos e sim no pedaço da alma de cada ancião que passa o bastão da vida

para as próximas gerações.

E, enquanto jogava o olhar dela no meu, perguntou baixinho, mas tão baixinho, como se fosse uma pergunta para ela mesma, ou como se estivesse buscando e encontrando a revelação de um mistério ou de um grande segredo. Eu escutei quando, sussurrando, minha filha falou: — Mãe, qual é a cor tão úmida de seus olhos? (Evaristo, 2016, p. 19)

2.3 AFRRRESILIÊNCIA

Numa sociedade desigual, moldada para manter suas desigualdades, existir por si só já é um ato de resistência. Mulheres negras, sobretudo as oriundas da periferia (o que representa a maioria delas), como o caso de Conceição Evaristo, dificilmente conseguem alterar o seu destino como a escritora fez. E mesmo na trajetória da autora conseguimos perceber a os inúmeros desafios e entraves até que a mesma finalmente teve a oportunidade de ter seus textos lidos e publicados. O fato de o romance *Becos da memória* ter passado quase 20 anos engavetado mostra que não foram a falta de talento que impediram a sua publicação. Mas as dificuldades e a falta de oportunidade.

Apesar de ser inspirador e extremamente gratificante ver mulheres negras sendo ouvidas e assumindo posições de destaque, é necessário trazer à tona dois pensamentos: o primeiro é que estas pessoas notáveis constituem exceções a uma regra social não explícita, mas existente: o pacto da branquitude (uma branquitude interseccional, como nos leva a pensar Cida Bento (2020), composta por homens negros abastados), e o segundo é que estar neste lugar que denota certo privilégio não significa a liberdade de não sofrer mais com as discriminações raciais e de gênero.

A interseccionalidade é um conceito caro para nossa pesquisa, pois, como caracteriza Collins (2017), o termo reconhece que diferentes aspectos da identidade de uma pessoa, como raça, gênero, classe social e sexualidade, são cruciais para a formação da identidade dela, e ressalta que essas identidades não podem ser analisadas isoladamente. No caso das mulheres negras, essa abordagem é essencial para compreender as múltiplas formas de discriminação e opressão que elas enfrentam, uma vez que são afetadas simultaneamente pelo sexismo, racismo, discriminação de classe e outras opressões. “A construção da interseccionalidade ofereceu um termo guarda-chuva reconhecível, que fixava essas relações dinâmicas de modo a tornar o campo compreensível nas normas acadêmicas de autoria, propriedade e descoberta.” (Collins, 2017, p. 10).

Isso destaca a importância de abordar questões de justiça social, discriminação e

desigualdade de maneira inclusiva e eficaz, garantindo que políticas e práticas promovam a igualdade e combatam as diversas formas de opressão enfrentadas pelas mulheres negras. A mulher negra, assim, independente da classe social que ocupa, segue sendo interseccionalmente discriminada, além de comumente associada à classe mais baixa e as funções trabalhistas que costuma serem atribuídas a ela: profissionais da limpeza geral, dos serviços domésticos, como babás, faxineiras, cozinheiras, lavadeiras. Geralmente, nos filmes e novelas, é este papel que as atrizes negras geralmente ocupam, dificilmente fazendo parte do núcleo principal. Dentro da literatura brasileira, num geral, a mulher negra também possui uma representação um tanto quando questionável, sobretudo no que tange à maternidade, como nos aponta a doutora em literatura comparada:

Uma leitura mais profunda da literatura brasileira, em suas diversas épocas e gêneros, nos revela uma imagem deturpada da mulher negra. Um aspecto a observar é a ausência de representação da mulher negra como mãe, matriz de uma família negra, perfil delineado para as mulheres brancas em geral. Mata-se no discurso literário a prole da mulher negra. Quanto à mãe-preta, aquela que causa comisseração ao poeta, cuida dos filhos dos brancos em detrimento dos seus. Na ficção, quase sempre, as mulheres negras surgem como infecundas e por tanto perigosas. Aparecem caracterizadas por uma animalidade como a de Bertoleza que morre focinhando, por uma sexualidade perigosa como a de Rita Baiana, que macula a família portuguesa, ambas personagens de *O Cortiço*, (1890) de Aloísio de Azevedo, ou por uma ingênua conduta sexual de Gabriela, Gabriela, Cravo e Canela, (1958) de Jorge Amado, mulher-natureza, incapaz de entender e atender determinadas normas sociais. (Evaristo, 2005, p. 53)

Essas pessoas simplesmente pelo ato de existirem e superarem certas barreiras, demonstram resiliência, algumas em maior grau, outras em menor, mas todas definitivamente pessoas resilientes. O choro da mãe do eu-lírico do conto *Olhos d'água*, por exemplo, não representa um momento de falta de resiliência, mas sim a reação de um elástico que está sendo puxado ao extremo. A questão é o que acontece depois, as condições do fio após ser tracionado: ele não se quebra facilmente, essa gana de se reconstruir ou se reconstituir é que de fato demonstra o tipo de fortitude que nós estamos pretendendo falar ou tipificar.

Mulheres negras, assim como qualquer pessoa, são abaláveis, elas emocionam-se, desesperam-se, mas elas voltam com lágrimas de insubmissão, como sugere o título de um outro trabalho de Conceição Evaristo, *Insubmissas lágrimas de mulheres* (2016). Mas que, como comentado nesta subseção já pode ser muito bem-visto na trajetória de mulheres, tanto de *Becos da memória* (2006) quanto de *Olhos d'água* (2016). Afroresiliência, portanto, se refere a esse tipo específico de superação, a das dificuldades impostas diariamente às pessoas negras na sociedade brasileira.

Luciênia Martins, apoiada em Barbosa (2010), classifica resiliência em 8 atributos:

Autocontrole: se refere à capacidade de se manter calmo e equilibrado para lidar com seus sentimentos quando enfrenta situações de pressão ou diante de imprevistos.

Otimismo para com a vida: é a capacidade de manter esperança com a convicção de que as adversidades irão mudar, pela crença de que é possível gerenciar a situação no presente, enxergando um amanhã melhor.

Análise do Ambiente: se refere à habilidade de identificar as razões dos problemas e adversidades, mapeando pistas no ambiente.

Empatia: está relacionada com a capacidade de compreender as outras pessoas, em seu estado emocional, e agir de acordo com esse entendimento.

Autoconfiança: é a habilidade de se sentir eficaz nas ações que serão realizadas. É acreditar em seus recursos e potenciais internos.

Leitura Corporal: é ter a capacidade de perceber as mudanças que acontecem em seu corpo quando enfrenta as situações de adversidades e controlar os “sintomas e efeitos do estresse” nos sistemas nervoso/muscular.

Conquistar e Manter Pessoas: está relacionado com a habilidade de construir e manter relacionamentos, formando redes de apoio e proteção.

Sentido de Vida: é ter a capacidade de entender e manter um sentido maior para a existência, trazendo valor para a vida. (Barbosa, 2010b, p. 12 apud Martins, 2013, p. 101).

Sendo assim, observamos que a análise feita pela psicóloga, e a linha que pretendemos seguir também nesse trabalho, envolve o parâmetro qualitativo, observando as condutas e evidenciando os padrões de resiliência que podem ser encontrados. Para esta análise, escolhemos três personagens do romance *Becos da memória* (2006): Mãe Joana, Dora e Maria-Nova; e três protagonistas de seus respectivos contos no livro *Olhos d'água* (2016): Cida (*O cooper de Cida*), Salinda (*Beijo na face*) e Natalina (*Quantos filhos Natalina teve?*)

Maria-Nova

No caso de pessoas negras, a corda do elástico costuma ser tracionada cedo, ainda na escola. A personagem Maria Nova percebe isso ao reparar que na sua turma havia apenas uma única aluna semelhante a ela, mas esta assistia a aula alheia, distraída, como se o assunto da aula, “escravidão no Brasil”, não lhe dissesse respeito. Todos/as os/as demais alunos/as e inclusive a professora não a compreenderiam caso ela decidisse falar, era o que a menina pensava. Por isso ela se silenciou, sequer tentando pedir a palavra, pois o ambiente não parecia receptivo àquilo que gostaria de falar. Naquele momento, a menina teve que engolir a palavra-pensamento.

Sentiu vontade de falar à professora. Queria citar, como exemplo de casa-grande, o bairro nobre vizinho e como senzala, a favela onde morava. Ia abrir a boca, olhou a turma e a professora. Procurou mais alguém que pudesse sustentar a ideia, viu a única colega negra que tinha na classe. Olhou a menina, porém ela escutava a lição tão alheia como se o tema escravidão nada tivesse a ver com ela. (Evaristo, 2006, p. 51)

Entretanto, não representam um ponto final na narrativa que seria contada pela menina. O silêncio tacitamente imposto a Maria Nova serviria de combustível, faria por ela e por todos os outros que não tiveram a oportunidade de serem ouvidos.

Maria-Nova olhou novamente a professora e a turma. Era uma História muito grande!

Uma história viva que nascia das pessoas, do hoje, do agora. Era diferente de ler aquele texto. Assentou-se e, pela primeira vez, veio-lhe um pensamento: quem sabe escreveria esta história um dia? Quem sabe passaria para o papel o que estava escrito, cravado e gravado no seu corpo, na sua alma, na sua mente. (Evaristo, 2006, p. 101)

A possibilidade de se expressar é caro ao ser humano, pois faz parte da sua natureza. O silenciamento figura, portanto, como uma violência social extremamente dolorida, algo que Maria-Nova sentiu na pele, num espaço que deveria ser de acolhimento e libertação, no caso, o ambiente escolar.

É interessante lembrar que resiliência não é resistência, não é sobre o material demorar ou resistir ou não mudar de forma quando é esticado, mas sim o que acontece quando isso ocorre com ele. No caso da corda da vida, como as situações afetam os indivíduos ou não. A pergunta que rege a situação é: o que acontece com esses indivíduos após “esticados”? Então, caso o material volte às suas características e permaneça inteiro, ele representa um material resiliente.

Maria-Nova, durante a progressão dos eventos do romance, demonstra uma sede cada vez maior de conhecer a matéria resiliente na qual o seu povo é forjado. A menina de olhos curiosos que trafegava livremente pelos becos da favela além dos limites permitidos pela sua mãe se alimentava de tudo que via e ouvia, e contava principalmente com a ajuda do seu amigo Bondade para coletar as histórias. Ele era um homem misterioso e extremamente querido que percorria toda a favela, sendo abrigado pelos moradores e fazendo benfeitorias por onde passava. Por conta disso, geralmente sabia até das coisas mais ocultas que aconteciam na região, um conhecimento que passava sem filtros à garota de 14 anos, algo que, em dado momento, ele sente certa culpa. Entretanto, para ela, é uma contribuição valiosa para a sua coleção de “elásticos esticados”, os quais ela sente que é a sua missão coletar a fim de cristalizar a memória, afinal “Ela precisava ouvir o outro para entender”. (Evaristo, 2006, p. 38).

Ele sente remorsos de já ter contado tantas tristezas para Maria-Nova. Mas a menina é do tipo que gosta de pôr o dedo na ferida, não na ferida alheia, mas naquela que ela traz no peito. Na ferida que ela herdou de Mãe Joana, de Maria-Velha, de Tio Totó [...]. Maria-Nova, talvez, tivesse o banzo no peito. Saudades de um tempo, de um lugar, de uma vida que ela nunca vivera. Entretanto o que doía mesmo em Maria-Nova era ver que tudo se repetia, um pouco diferente, mas, no fundo, a miséria era a mesma. O seu povo, os oprimidos, os miseráveis; em todas as histórias, quase nunca eram os vencedores, e sim, quase sempre, os vencidos. A ferida dos do lado de cá sempre ardia, doía e sangrava muito. (Evaristo, 2006, p. 44-45)

A ideia do banzo, essa dor íntima e ancestral, aparece na menina na forma de reconhecimento entre seus iguais. Como fora supracitado, a Dororidade é um conceito amplamente praticado pela garota, embora ela não o conheça, aliás, é anterior à sua construção. Maria-Nova, portanto, é uma colecionadora de dores, porque se sente sobretudo formada a partir delas. Uma identificação óbvia e ao mesmo tempo implícita, com todos os negros e negras que sangraram física e mentalmente em solo brasileiro. Uma empatia diferenciada, de quem

não só se enxerga no lugar do outro, mas que, sobretudo, vê esse outro como parte de si. De certo modo, isso também significa que ela se sentia “oprimida, miserável, vencida” na própria história, reconhecendo seu lugar social de subalternidade.

Essa descoberta dolorosa, tanto quanto a própria dor da violência e discriminação contra a pessoa negra, atinge a pré-adolescente de maneira íntima e vira nela uma chave importante em sua mente. Uma conscientização similar a de Negro Alírio, personagem que desperta na menina um primeiro lampejo de desejo platônico, um homem cuja história – também confidenciada por Bondade –, ajuda a inspirar a narradora em sua decisão. Assim como ele, ela não se permitiria calar, entretanto, não seria pela via do sindicato e das reivindicações sociais/trabalhistas, mas pelo viés da educação e da escrita.

Sim, ela iria adiante. Um dia, agora ela já sabia qual seria a sua ferramenta, a escrita. Um dia, ela haveria de narrar, de fazer soar, de soltar as vozes, os murmúrios, os silêncios, o grito abafado que existia, que era de cada um e de todos. Maria-Nova um dia escreveria a fala de seu povo. (Evaristo, 2006, p. 118)

A pessoa negra, em especial a mulher negra que consegue completar a Educação Básica, supera o elástico da evasão escolar. A mulher negra que cria seus próprios filhos, consegue exercer um direito que muitas vezes é negado a ela, como já evidenciado anteriormente, que é o da maternidade. As mulheres negras que têm seus elásticos incansavelmente puxados enquanto tentam vencer as dificuldades que são impostas para que uma mulher não chegue facilmente até determinados cargos e atribuições que envolvem imagem, como apresentadoras, modelos, atrizes, sobretudo sendo protagonistas; e também de visibilidade, como ocupações na política, nos altos cargos das empresas e afins.

Essa representatividade se torna ainda mais necessária quando se trata das meninas negras brasileiras, que muitas vezes não conseguem se enxergar ocupando esses lugares, por mais que tenham aptidões e se esforcem para tal. Além disso, a própria sociedade de modo geral demonstra dificuldade de reconhecer mulheres negras ocupando um lugar considerado de prestígio social/profissional/educacional. A narradora Maria-Nova, que se con(funde) com a escritora Maria da Conceição Evaristo, expressa na sua percepção de mundo uma necessidade de se mostrar inabalável perante ele, apesar de ser constantemente abalada por ele. Na sua trajetória, Evaristo conta em seu perfil online no portal do LiterAfro (UFMG) que na quarta série escreveu uma redação de título “Por que me orgulho de ser brasileira”, a qual foi premiada, entretanto, houve relutância entre os professores para conceder-lhe o prêmio, alegando que a autora mirim não o merecia por ser uma aluna agitada, algo que ela confirma dizendo que sempre estava interessada de participar de tudo que a escola fazia. Maria-Nova também era uma aluna esforçada, entretanto, via no chão da escola um ambiente de desconforto no qual ela era

a estranha, diferente de todos os demais, e, portanto, excluída.

Ela gostava de aprender; de ir à escola, não. Tinha medo e vergonha de tudo, dos colegas, dos professores. Despistava, transformava o medo e a vergonha em coragem. Tinha uma vantagem sobre os colegas: lia muito. Lia e comparava as coisas. Comparava tudo e sempre chegava a algum ponto. Uma vez, uma professora de História falou alto, no meio de todos, que ela era a única aluna que chegava às conclusões. E sempre a professora de português elogiava as suas composições. (Evaristo, 2006, p. 75)

O esforço louvável da protagonista vem sobretudo dela mesma, da sua curiosidade de conhecer o mundo e encontrar as respostas para suas inúmeras perguntas, algo que os professores percebem e elogiam, mas que não é o suficiente para fazer com que ela se sentisse à vontade naquele ambiente, como demonstra o trecho supracitado no qual ela se cala perante a classe. A integração social e políticas anti-discriminação é um desafio importante que o corpo docente enfrenta nas instituições de ensino. É necessário realizar o esforço conjunto de uma educação antirracista e libertadora, na qual a discriminação social se torne um inimigo a ser combatido, dentro e fora dos muros da escola, uma tarefa que exige, sim, a resiliência de compreender que o contexto discriminatório da sociedade branca e capitalista pode e deve ser superado. “Emoções confusas tomavam conta de Maria-Nova e a menina procurava se equilibrar em meio de tantos acontecimentos. A conduta de Vó Rita, de Bondade e de Negro Alírio sinalizava para ela que era preciso insistir.” (Evaristo, 2006, p. 92)

Contudo, é importante reconhecer que a afroresiliência não é apenas uma resposta individual ou comunitária às adversidades, mas também uma demanda por justiça e igualdade estrutural. Luciênia Martins (2013) destaca a necessidade de combater as raízes do racismo e da discriminação sistêmica para criar condições verdadeiramente equitativas para as comunidades negras. Isso inclui o trabalho contínuo para dismantlar estruturas de opressão e promover políticas e práticas que promovam a inclusão e a igualdade racial em todos os níveis da sociedade. Maria-Nova, que desde o início sentia uma necessidade de preservação da história do seu povo, e no meio do livro vê-se silenciada no ambiente escolar, parece entender bem essa necessidade, por isso, toma a decisão de um dia retomar a sua trajetória educacional.

Dora

Embora seja uma personagem coadjuvante no romance "Becos da Memória", Dora desempenha um papel importante ao nos fazer refletir sobre a vida da mulher negra que reside nas comunidades. Apesar de ser um exemplo claro de mulher afro-resiliente, a mulher não parece perceber isso em nenhum momento. Ela se sente bastante distante do mundo em que

vive, seguindo sua própria filosofia de vida e vivendo um dia após o outro sem se aprofundar em reflexões sobre sua condição. No entanto, sua inteligência e interessância são reconhecidas até mesmo por Negro Alírio.

A falta de reflexão sobre suas adversidades em relação ao seu lugar na sociedade é evidente até o momento em que ela tem contato com Negro Alírio, que já possui alguma consciência de classe, algo que ainda não está presente em seu próprio pensamento. Dora é um exemplo de mulher comum que enfrentou lutas e superou adversidades, encontrando felicidade e amor próprio diante das dificuldades, incluindo o abandono romântico e o abandono paternal que sofreu. No entanto, ainda não havia aprofundado essa questão em seu pensamento, o que destaca seu perfil resiliente de acordo com Luciênia Martins.

Ela, por exemplo, nunca havia pensado que os restos, que muitas vezes ganhava das patroas, eram o excesso dos que tinham muito e que esta sobra era construída justo em cima da falta ou do pouco dos que nada tinham. Nunca havia pensado a fundo sobre o desfavelamento. (Evaristo, 2006, p. 99)

Dora apresenta um contraponto com a figura de Cidinha-Cidoca no que diz respeito à objetificação do corpo da mulher negra e sua beleza. Assim como Cidinha, Dora é vista na favela com olhares de cobiça, sendo considerada muito bonita. No entanto, ao contrário de Cidinha, Dora demonstra independência sexual, decidindo por si mesma o que fazer com seu corpo, o que demonstra controle sobre suas próprias vontades. Dessa forma, ela ensina sobre a importância da liberdade da mulher em relação ao seu próprio corpo, destacando-se de Cidinha, que parece ser apenas uma executora da vontade alheia.

Ela ria feliz. Seu barracão era bem na esquina de um beco que se bifurcava em três becos que originavam outras ruelas. Passar na porta de Dora era um caminho obrigatório para quase todos. Ela era muito conhecida. Era também uma das rezadeiras, das tiradeiras oficiais de terço. Tinha uma voz alta e melodiosa. O corpo melodioso também. Os homens viviam assediando o barraco e o corpo de Dora. Ela vivia feliz. De tempos em tempos, tinha o seu homem, companheiro certo. Eles viviam ali, depois não sei por que partiam. Não se ouvia briga ou choro. (Evaristo, 2006, p. 63)

O abandono parental também é um fator importante que moldou o perfil de Dora. Crescendo apenas com sua mãe após ser abandonada pelo pai, Dora não teve a presença paterna em sua vida, o que influenciou a instabilidade de alguns de seus relacionamentos e sua inclinação em fugir deles: “Dora relembrou, com lágrimas nos olhos, as brincadeiras de roda, a mãe fazendo os quitutes das patroas. O pai que saíra pelo mundo afora. O menino que ela tivera e entregara ao homem com quem deitara uma vez só e criara barriga”. (Evaristo, 2006, p. 64).

A proximidade com sua mãe foi crucial, sendo ela quem a ensinou seu ofício de cozinheira, transmitindo-lhe valores e habilidades que a acompanharam ao longo da vida. Essa relação destaca a força da figura materna diante do abandono parental, uma realidade comum nos lares brasileiros. Luciênia Martins também destaca o papel central da mãe no

desenvolvimento e resiliência de mulheres negras, mostrando a importância dessa figura na luta contra as adversidades em uma sociedade que frequentemente as derruba, afirmando que, em 60% das entrevistadas, a mãe foi a pessoa que mais as ajudou em momentos de crise (Martins, 2013, p. 116).

Mãe Joana

Se numa sociedade patriarcal, a função da mulher dentro da construção familiar envolve principalmente o gerar e a criação dos filhos, o recado que a representação - que parte de uma realidade existente pelo menos de forma ideológica - a não representação da mulher negra enquanto mãe ou como mulher infecunda denota também que esta figura/personagem não seria o “tipo de mulher” para se constituir família. O lugar ocupado pela mulher negra passa a ser o de uma sedução passageira, um corpo reservado apenas para o prazer, jamais para o amor, corpo-objeto, feito para o uso, não para o cuidado. A solidão da pessoa negra-feminina se torna uma realidade dentro dos lares brasileiros, histórias individuais que deságuam em um coletivo de gerações de abandono. Este é o provável cenário de Mãe Joana, a qual a narração frisa que cuidava de seus muitos filhos de maneira solo.

A personagem não ria nunca, e raramente contava suas histórias para a filha Maria Nova. A menina mais ouvia sobre o passado através das narrações da sua tia Maria Velha, que também possuía um traço de seriedade parecido com o de sua irmã, porém mais aberta em compartilhar suas dores. Fica então para a filha observar com admiração a mãe que quase não falava, mas muito transmitia em seu olhar-tempestade, uma melancolia carregada de beleza: mãe Joana “era bonita e triste” (Evaristo, 2006, p. 29).

Apesar da dor evidente de Mãe Joana, a mulher não parece, durante toda a obra, dar o braço a torcer: não parecia chorar nem por fora, nem por dentro, apesar de que a narração sugere que ele pudesse chorar, “tempestuar” por dentro, sim. Entretanto, é vista pela filha como um porto seguro extremamente confiável, demonstrando a resiliência da mãe.

Resiliência é um termo originado da Física. Significa a propriedade que alguns corpos apresentam de retornar à forma original após terem sido submetidos a uma deformação. Seria, portanto, o poder de recuperação de um material. Para se entender melhor o poder de resiliência de um material, pode-se imaginar um elástico, esticado até certo ponto, que, quando é largado, volta à sua condição anterior ao estiramento. (Martins, 2013, p. 19)

Na vida de mulheres negras, resiliência é uma virtude necessária. Isso porque a realidade deste perfil populacional é de que o elástico da vida será continuamente ou frequentemente

esticado. Pensando nisso, a doutora em psicologia Lucienia Martins (2013) escreve em sua dissertação de mestrado sobre uma afrrresiliência, focando em perfis de mulheres que obtiveram sucesso na sua trajetória educacional.

*** Cida

No conto O cooper de Cida, somos apresentados a um contexto diferente das personagens mostradas até aqui. A protagonista dessa história não é uma mulher que vive em favelas ou em área rural, mas sim uma pessoa solteira, sem filhos, que tem a sua vida dedicada ao trabalho e a buscar aquilo que acredita ser a melhor condição de vida. No caso de Cida, essa melhora passava pelo êxodo de sua cidade natal, onde ela via as pessoas sendo lentas, como se vivessem preguiçosamente, alheias à urgência com a qual a então menina encarava a vida. Por isso, ao conhecer o município do Rio de Janeiro, a mesma se encantou e teve como primeiro objetivo se mudar para a Cidade Maravilhosa.

Ela era vencedora de outras distâncias. Já saltara montanhas e divisas de um tempo-espço que ficara para trás. Como era mesmo a sua cidade natal? Não sabia bem. Lembrava-se, entretanto, de que as pessoas eram lentas. Andavam, falavam e viviam de-va-gar-zi-nho. A vida era de uma lerteza tal, que algumas mulheres se esqueciam de parir seus rebentos. A barriga crescia até aos onze meses. As crianças nasciam moles, desesperadamente calmas e adiavam indefinidamente o exercício de crescer (Evaristo, 2016, p. 70)

A vida acelerada e os planos rápidos de Cida a trouxeram rumo à capital na primeira oportunidade de emprego, entretanto, não bastava essa primeira oportunidade, Cida vivia correndo e pulando de obrigações e obrigações, numa urgência que nos faz denotar que a protagonista ou estava fugindo de algo, ou rumando a um norte o qual tinha muita pressa de chegar. Pensando em chegar longe, Cida escolhera ser breve: sem relacionamentos longos, cursos que demorassem para serem concluídos ou qualquer coisa que lhe parecesse perda de tempo. O ditado popular “tempo é dinheiro” parece ser o que rege como a personagem vive e, conhecendo a pobreza financeira, Cida investe tudo o que tem (seu tempo) em busca de algo que talvez ela mesma não entenda ainda.

Aos dezessete anos, um emprego, o primeiro, arranjado por um tio, permitiu que ela viesse para a capital. A vida seguia no ritmo acelerado de seu desejo. Trabalho, trabalho, trabalho. O dia entupido de obrigações. A noite festejada por encontros de rápidos gozos. Os amores tinham de ser breves. Cursos, estudos, somente aqueles que proporcionassem efeitos imediatos. Nada de sala de aula durante anos e anos e de leituras infinitas. — Aprenda inglês em seis meses. Garantimos a sua aprendizagem em cento e oitenta dias. — Nada de gastar o tempo curto e raro. (Evaristo, 2016, p. 71)

O que denota essa falta de percepção da vida passando é exatamente o momento no qual Cida nota pela primeira vez o próprio ritmo e então desacelera. O desacelerar a permite notar aquilo que esteve diante dos seus olhos, mas sem ser visto, durante seu cotidiano e deixava passar devido a urgência de seguir sempre em frente. As reflexões realizadas por Cida a fazem

não só diminuir o ritmo, como se permitir a parar para pensar em si e no seu lugar no mundo.

Num contexto tomado pela tecnologia e informação acelerada, a vida parece correr cada vez mais rápido, sobretudo no ambiente urbano. O êxodo rural em busca de melhores condições de vida, como faz a personagem, é uma prática que transcende momentos do tempo-espaço histórico. Entretanto, no mundo acelerado da pós-modernidade, é necessário mais ainda o cuidado para não se inundar na própria urgência de (sobre)viver, sem perceber a si próprio. Cida nos dá o exemplo de que, as vezes, é necessário sair do “piloto automático”, parar para analisar a própria trilha e, quem sabe, recalcular a rota.

Entendemos que esta reflexão, sobretudo na juventude ansiosa que tem se formado, é um ato imperativo. A juventude é um período conturbado pelas várias descobertas e mudanças de cunho físico, mental e de vivência, além da ansiedade pela aproximação das decisões dos primeiros passos da vida adulta: fazer ou não faculdade? Que curso fazer? Onde trabalhar? Que tipo de relações construir? No exemplo de Cida, vemos uma mulher que ao mesmo tempo que viveu tantas breves experiências, chega aos quase trinta anos com a percepção de não saber de fato que havia vivido tanto, ou apenas existido tanto. “Lembrou-se então de que era uma mulher e não uma máquina desenfreada, louca, programada para correr correr. Envergonhou-se dos orgasmos premeditados, cronometrados que vinha cultivando até ali.” (Evaristo, 2016, p. 72).

Essa questão homem-máquina pode também ser trazida ao nosso cotidiano ao nos remeter ao fato de que estamos, também, vivendo vidas cada vez mais virtuais e menos reais. Mais uma vez, Cida nos mostra a necessidade de nos sentirmos vivos, para além de apenas viver ou desempenhar papéis. O incentivo principal, portanto, que traz essa personagem que, nas obras trabalhadas, é a que mais se aproxima aquilo que Martins (2013) chama de sucesso educacional, é que sempre vale a pena “tirar um tempo para si” (Evaristo, 2016, p. 74) e olhar o mundo com os próprios olhos, com todo o tempo do mundo.

Salinda

O conto *Beijo na face* conta de modo obscuro a história de uma mulher que teve a sua vida obscurecida. Salinda, mulher negra, mãe, casada, estava “Habituada ao amor que pede e permite testemunhas, inclusive nas horas do desamor, viver silente tamanha emoção era como deglutir a própria boca, repleta de fala, desejosa de contar as glórias amorosas” (Evaristo, 2016, p. 56).

O seu relacionamento com seu marido, esse “amor que pede testemunhas”, era um

relacionamento que, como tantos outros, possuiu idas e vindas. Em um desses intervalos, que durara anos, a mulher engravidara da primeira filha, a qual foi assumida como filha pelo homem com quem Salinda se casou. “E assim, aos poucos, Salinda foi percebendo que nunca deveria ter assumido novamente uma relação com ele. Reconhecia, entretanto, que antes, tanto na época do namoro da juventude como na do próprio casamento, eles haviam experimentado tempos felizes.” (Evaristo, 2016, p. 58) O sentimento de alguma gratidão pelos anos vividos permanece nas entrelinhas do texto, apesar do caráter abusivo do homem e do descontentamento com o relacionamento que vivia, Salinda ainda observa que os mais de dez anos de matrimônio foram tempos felizes.

Entretanto, “tempos felizes”, num passado distante, não são o suficiente para a longevidade de um romance, e foi assim que em Chã de Alegria, município pernambucano, Salinda encontrou outros braços onde repousar o seu amor. Havia um costume da mulher de levar seus filhos para passar temporadas com a Tia Vanu, único vínculo familiar fora do seu núcleo que o conto demonstra que ela tenha. Sua rede de apoio, portanto, não está sequer na mesma cidade. Entretanto, apesar da distância, Tia Vanu é alguém que está próximo do coração da sobrinha, pois logo percebe e ajuda a acobertar o romance de Salinda. Contudo, não apenas ela descobrira: o marido também percebeu.

Aos poucos, as ameaças feitas pelo marido, as mais diversificadas e cruéis, foram surgindo. Tomar as crianças, matá-la ou suicidar-se deixando uma carta culpando-a. Salinda, por isso, vinha há anos adiando um rompimento definitivo com ele. Tinha medo, sentia-se acuada, embora às vezes pensasse que ele nunca faria nada, caso ela o deixasse de vez. (Evaristo, 2016, p. 57)

É interessante destacar que nos dois últimos trechos citados do conto, Evaristo inicia o período com a expressão “aos poucos”. A violência intrafamiliar é um processo que geralmente não é notado com clareza pela vítima. Salinda demora a perceber que se arrepende de ter se casado com o homem, conforme gradativamente também sofre abusos ainda maiores e mais constantes, passando a ser prisioneira na própria casa e vigiada fora dela. De início, ele a fizera sair do trabalho, por ciúmes, depois, as perguntas constantes sobre seu passado, e por fim o cárcere doméstico, um terror que já durava mais de cinco anos, mas que Salinda reagia com calma, ignorando as ameaças, convencida de que o marido não as cumpriria, uma convicção arriscada.

Das perguntas maldosas feitas de maneira agressiva surgiu uma vigilância severa e constante, que se transformou em uma quase prisão domiciliar. Ela respondeu com um jogo aparentemente passivo. Fingiu ignorar. Era apenas uma estratégia de sobrevivência. Ensaiaava maneiras de se defender aguardando que as crianças crescessem um pouco mais. Quando foi iniciado o cárcere doméstico, a menina que ele havia assumido como filha desde os onze meses tinha treze anos. (Evaristo, 2016, p. 59)

Apesar de que, no final do conto, o marido agressor revela já saber da traição, mas que não irá concretizar suas ameaças de suicídio/homicídio, a decisão de Salinda de confiar na falta de coragem do parceiro em cometer tais atos foi extremamente arriscada. O portal de notícias do G1 publicou em março de 2024 os resultados de uma pesquisa a qual aponta que em 2023 foram registrados 1463 casos de feminicídio no Brasil, uma alta de 1,6% em relação ao ano anterior e, deste total de casos, 73% dos crimes foram cometidos por um companheiro ou ex companheiro da vítima.

Contudo, mesmo correndo riscos, vale a pena ressaltar a calma da mulher a lidar com toda a situação, administrando a convivência com um marido abusador por mais de meia década, a fim de proteger a sua família de um desastre. Essa capacidade de contornar situações difíceis, percebendo o contexto no qual está inserida e agindo da melhor forma possível para superar uma questão problemática adentra a classificação de resiliência que Luciênia Martins aponta como sendo a análise de contexto. Sobre essa qualidade e a forma como ela pode ser percebida na vida de mulheres negras, a autora comenta:

Os dados apresentados sobre como um grupo de mulheres afrodescendentes se apresenta em situações que exigem a análise de um contexto, apontam que a maioria do grupo consegue desenvolver a habilidade de ler, de interpretar e, assim, mediar os conflitos que surgem nos contextos nos quais estão inseridas. Para a mulher afrodescendente, essa habilidade de ter “outro ponto de vista, a vista de um ponto”, é importante para que possa desenvolver comportamentos mais assertivos, diminuindo, assim, inferências que poderiam lhes prejudicar em situações conflituosas. (Martins, 2013, p. 119)

Para sobreviver a mais este abalo e recomeçar a sua vida, Salinda não conta apenas com o novo amor que encontrou em uma jovem igual a ela própria, ela conta, também, com o acolhedor colo e o abrigo dos braços velhos de Tia Vanu, que tem sido sua rede de apoio durante e os anos e, agora, sua cúmplice também. Os braços maternos com os da mãe da narradora de do conto Olhos d'água, de Mãe Joana, Vó Rita, mulheres que carregam consigo a sabedoria de muitas outras que vieram antes delas, entendedora das ciências das crenças, das simpatias, dos trabalhos, e também da vida. Mulheres que reconhecem que a vida é viver, morrer, mas é também amar, e por isso, Salinda buscaria refúgio onde poderia, de fato, ser acolhida. “Agora mais do que nunca precisava do abrigo-corção da velha”. (Evaristo, 2016, p. 61)

Vemos na história de Salinda, portanto, uma esposa que é vítima constante da violência do marido, tolhida e silenciada por ele, apagada do convívio social por determinação dele. Entretanto, por causa dela mesma, decidiu que seria livre, seria forte, seria mãe, seria mulher e seria amada. Salinda, assim, torna-se uma sobrevivente do abuso doméstico, que em alguns momentos parece aceitar e em outros, quando pode, subverte-se a ele nos encontros com sua amada. É por isso que, dentro dessa lógica dicotômica, no momento em que ele anuncia que

descobre a traição, ela se sente tomada pelo medo e pelo alívio, a incerteza do que a aguardava, das batalhas que precisaria travar, acompanhava também do prazer de não precisar mais ser sutil, silenciosa, nem temer a homem algum.

Natalina

Diferente das mulheres supracitadas, para Natalina, a vida era viver ou morrer. Ela ainda não havia conhecido esse terceiro elemento, o amor. Contudo, logo cedo a protagonista do conto Quantos filhos Natalina teve? Descobriu os prazeres do momento íntimo. Ela e seu primeiro namorado possuíam uma vida sexual ativa, sem nenhum cuidado ou informação, desde a pré-adolescência, e não demorara muito para que a então menina engravidasse pela primeira vez. A partir daí, começa a jornada da garota, junto com a sua mãe, de tentar abortar o feto. As condições de vida que a família de Natalina possuía já era precária para ela, seus pais e seus inúmeros irmãos. Mais uma boca para alimentar, um corpo para vestir e espaço para ocupar não era nem bem vindo nem uma possibilidade.

Um dia a mãe perguntou-lhe como estava indo tudo. Ela não respondeu. A mãe entendeu a resposta muda da filha. Agora ela mesma é quem ia preparar os chás. Como haveria de criar mais uma criança? O que fazer quando o filho da menina nascesse? Na casa já havia tanta gente! (Evaristo, 2016, p. 46)

Ciente da situação e temendo por mais essa responsabilidade, a própria mãe da menina participou ativamente do processo, além de que ela própria e as vizinhas costumavam tomar vários chás ou outras providências para se livrarem de mais uma gravidez indesejada. Entretanto, não fora o suficiente para o feto que crescia dentro da menina. Seria preciso, então, chamar Sá Praxetes, uma parteira que também realizava na região o ofício de abortar, uma “fazedora de anjos” e, por conta dessa sua prática, era mal vista pela comunidade, que criara várias narrativas sobre a mulher.

Nesse ponto, somos recordados que apesar de toda a situação, Natalina ainda é somente uma menina enfrentando um problema de gigantes. Ao ouvir da mãe sobre levá-la a Sá Praxetes, a adolescente temeu por si e pelo bebê que carregava: ela temia que a parteira comesse o menino, assim como nas histórias que ouvira. E foi assim que Natalina, fugindo da fazedora de anjos, deixou para trás sua família, seu barraco, suas origens e foi dar a luz a sua primeira gravidez longe dali e, uma vez nascida a criança, ela a doou. Não era seu filho, apesar de ter saído do seu ventre. Natalina não possuía filhos.

Ela engravidou ainda mais duas vezes, as quais levou até o fim: na primeira, já mais velha,

fruto de um outro amante seu, quando mais uma vez os chás e nem mais nada funcionou. O homem ficou feliz, queria casar com ela, mas ela não estava nem feliz nem interessada, portanto, recusou a oferta, mas deu a criança para que o pai criasse, em outro local. Mais uma vez, Natalina ainda não tinha nenhum filho. A terceira vez foi diferente: enquanto trabalhava como empregada doméstica de um casal sem filhos, a patroa lhe pediu para gerar para ela, e a mulher aceitou. Para ela, aquela havia sido a pior de todas, por conta dos sintomas físicos.

A barriga de aluguel é uma prática proibida no Brasil, entretanto, há acordos feitos por debaixo dos panos, principalmente onde a justiça demora a alcançar, locais como as favelas e as áreas de serviço das famílias ricas. Além do mais, como nenhum acordo monetário foi feito, não havia fins lucrativos por parte de Natalina, não houve, neste caso, um acordo financeiro, e assim que pariu o menino, Natalina, mãe de nenhum filho, foi continuar a viver em outro canto.

A criança mexeu, os dois se abraçaram felizes, enquanto Natalina não conseguiu segurar a náusea e ânsia de vômito. A patroa veio aflita. O esforço para vomitar era tão grande que trazia lágrimas aos olhos de Natalina. Ela aproveitou para, silenciosamente, chorar um pouco (Evaristo, 2016, p. 50)

Fica evidente que para a patroa Natalina é apenas o útero gerador que ela mesma não pôde ser. Não uma mulher, e muito menos uma igual. Uma portadora do seu sonho de ser mãe. O objeto que lhe permitiria alcançar certo objetivo. Não havia, na relação de ambas, sequer gratidão. A objetificação do corpo negro, aqui, ganha uma roupagem ainda mais severa: o corpo rico como detentor do corpo da mulher negra e pobre para gerar seus próprios filhos, algo que nos remete à prática colonial das amas de leite, quando mulheres negras eram obrigadas a abandonarem seus filhos para que servissem seu leite aos filhos de seus senhores. Ao parir aquela criança e poder finalmente se afastar daquela casa, Natalina garantia novamente a sua liberdade.

Por fim, Natalina teria um filho. Após tantas gestações indesejadas, tantos bebês gerados que não eram filhos seus, finalmente ela engravidara de um rebento que julgava ser seu. Fruto de uma história obscura de uma noite de violência e morte, aquela criança representava, para a mulher, alguém que seria apenas dela, sem interferência alguma externa, pois todos aqueles que de alguma forma e por algum motivo representaram alguma ameaça para ela e sua cria, não estavam mais lá. Vindo de uma situação na qual Natalina temeu para toda a vida, ele era o filho do qual não sentia medo algum.

Vítima de uma violência brutal, em uma noite qualquer, homens invadiram a sua casa alegando que ela possuía parentesco com algum rival que eles estavam caçando. Os dois homens a levaram sequestrada, por um lugar que ela não tinha ideia de onde era e, numa parte isolada, o veículo parou. Uma vez que lá estavam, naquele lugar baldio, um dos homens saiu

com ela, enquanto o outro seguia viagem. Fora naquele momento que a temerosa Natalina experimentou a dor do estupro, de um homem se apossando de seu corpo sem seu consentimento, e sem a certeza de que ele a deixaria viva para reconstruir a vida. Não, era necessário não desistir de viver, não importa o que houvesse. Por isso, quando o homem baixou a guarda e ela conseguiu uma chance, pegou a arma dele e atirou o quanto pode.

Movida pelo desejo da vingança e da sobrevivência, decidira pôr um fim à vida do seu agressor que para ela não tinha nem nome e nem rosto, entretanto, estaria para sempre cravado na mácula que gerara na sua mente e corpo, tanto pelo trauma, quanto pelo filho que estaria por vir, o primeiro filho da mulher. Oriundo de um sequestro seguido de violência sexual e o assassinato de seu genitor em legítima defesa, aquela criança representava o começo dela própria e também o de Natalina, que seria mãe de seu primeiro filho, alguém que ela moldaria sozinha, sem depender ou se preocupar com ninguém. Onde havia dor e caos, fora plantada a semente que ela não dividiria com ninguém. “Agora teria um filho que seria só seu, sem ameaça de pai, de mãe, de Sá Praxedes, de companheiro algum ou de patrões. E haveria de ensinar para ele que a vida é viver e é morrer. É gerar e é matar”. (Evaristo, 2016, p. 51)

3. AN(A)TOLOGIAS: (re)descobrimos o eu

A adolescência é um período crucial para a formação do indivíduo, marcado por significativas mudanças neuropsicológicas, conforme destacado por Siegel (2016). Durante essa fase, a educação desempenha um papel fundamental na construção da identidade, especialmente para jovens negros/as, ao proporcionar um entendimento mais profundo de sua história e cultura. A disciplina de História, em particular, é essencial para a formação da identidade de pessoas negras, pois oferece uma perspectiva crítica sobre o passado e a luta contra a opressão. Schwarcz (2012) aborda a "raça social" e como a questão racial é vista como uma característica social, resultando na subalternização das pessoas negras devido à colonialidade. Essa subalternização reforça a importância de um currículo que inclua e valorize a história e as contribuições dos afrodescendentes.

Argumentamos, com base no que fora exposto, que é imperativo incentivar o orgulho da negritude e das características associadas a ela, promovendo uma performance positiva da identidade negra. Isso envolve desafiar as narrativas coloniais que desvalorizam a negritude e, em vez disso, celebrar as culturas, histórias e identidades afro-brasileiras. Fomentar o orgulho racial durante a adolescência pode fortalecer a autoestima dos jovens negros, ajudando-os a resistir às pressões sociais que tentam marginalizá-los. Promover a educação que valoriza a negritude e encoraja os jovens a se orgulharem de suas raízes é uma etapa essencial na luta contra a opressão racial e na construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

É pensando nessa necessidade que o produto educacional escolhido para compor este trabalho foi um livro de contos intitulado *An(a)tologias: (re)descobrimos o eu*, apresentado no segundo subtópico deste capítulo. Consta uma breve contextualização do livro apresentado, junto com um resumo de cada conto nele presente, bem como alguns comentários que consideramos pertinentes, a fim de fornecer ao professor e a toda comunidade interessada informações mais detalhadas do material apresentado, além de sugestões de temas a serem abordados por meio dos contos, como a questão do luto, da ansiedade, da baixa autoestima, da autoidentificação, da afroresiliência e da dororidade entre meninas e mulheres negras.

3.1 ADOLESCÊNCIA, CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE E IDENTIDADE NEGRA NO BRASIL

A adolescência é uma das fases mais complexas da vida humana, pois demarca o início

da maturidade cerebral e do corpo como um todo, com a chegada da puberdade. As mudanças químico-físicas-biológicas que acometem a pessoa durante esse momento, entretanto, não se limitam ao próprio corpo, em termos de aparência, com o crescimento, mudança da voz, alteração de odores, surgimento de pelos e demais sintomas da puberdade, mas também adentram a seara das questões psicológicas, dos novos momentos, descobertas e nova forma de interagir com o ambiente a sua volta.

De acordo com o psiquiatra Daniel Siegel (2016), a adolescência é uma fase de alterações que são de caráter natural e sadio, inclusive no cérebro, mudanças essas que acarretam transformações nas capacidades de lembrança, racionalização, concentração e relacionamentos que o indivíduo tem com o mundo a sua volta. Podemos intuir, portanto, que este é um momento no qual o ser humano tende a (re)descobrir o mundo e a si próprio, denotando certos entendimentos, a passagem de certos tipos de comportamento, com a chegada da maturidade.

Dois exemplos da literatura de Evaristo que evidenciam esse processo é a Duzu-Querença, no momento em que percebe o contexto no qual está inserida e se dá conta das violências e explorações que têm sofrido, e Maria-Nova, que se vê pela primeira vez tendo seu interesse romântico sendo despertado por um homem, o Negro Alírio, por quem desenvolveu um sentimento platônico.

Siegel (2016) observa, ainda, que o potencial criativo que é despertado através dessas novas experiências de (re)conexão do adolescente com o espaço a sua volta gera um grande potencial criativo, que fornece material de grande impacto para a forma como viveremos o restante de nossas vidas. Isso se evidencia nas duas personagens, quando Duzu decide que ficaria no prostíbulo e que aquela seria a sua vida, traçando assim o seu caminho, enquanto “Maria-Nova sempre procurou aquela sensação primeira, aquela impressão deixada por Negro Alírio, no corpo, no jeito dos homens que ela veio a ter um dia”. (Evaristo, 2006, p. 30)

No contexto social, portanto, jovens e adolescentes são um potencial a ser explorado, devido ao caráter formador que este momento da vida humana possui nos vários âmbitos que abrange – desde seu corpo, até suas relações sociais, sua visão filosófica, política, seus padrões de comportamento, dentre outros aspectos. Para melhor entender de que momento está sendo referido, buscamos uma definição temporal para a adolescência, e percebemos que existem variadas demarcações de acordo com a área do conhecimento: se é a Pedagogia, a Medicina, a Psicologia, enfim. Concordamos, nesta pesquisa, com a proposta etária da OMS (Organização Mundial da Saúde), que afirma que o período da adolescência dura dos 10 aos 19 anos, entretanto, à nossa análise também abrange o conceito de juventude, que traz uma proposta menos biologizante e mais voltada à vivência humana atual. Sobre este conceito, concordamos

com Martins (2018), em sua tese de doutorado intitulada *Contributos para o estudo da resiliência em jovens do ensino profissional em Portugal e no Brasil*.

O significado de ser jovem torna-se cada vez mais impreciso. Progressivamente, desvincula-se do aspeto biológico ligado à idade, associando-se, sobretudo, a aspetos históricos e sociais. O termo “juventude” tem sofrido muitas interpretações devido ao prolongamento dessa fase da vida nas sociedades ocidentais. Contudo, muitos estudiosos são unânimes em trazer tal definição como a época imediatamente anterior à maturidade, sendo o período no qual ainda se encontram inacabados os desenvolvimentos biológico e psicológico que caracterizam a idade adulta. Não diz respeito diretamente à idade fisiológica, mas a um estado psíquico. (Martins, 2018, p. 49)

Essa fase antes da maturidade completa, de acordo com a psicóloga supracitada, seria dos 15 aos 24 anos. Coincidentemente, ambos os conceitos, juventude e adolescência, encontram a sua intersecção dos 15 aos 19 anos, período que abrange os anos do Ensino Médio e o primeiro ano fora da Educação Básica. Entendemos, portanto, essa fase educacional como crucial na maturação do indivíduo, agindo como formadora de cidadãos.

É um dever de toda a sociedade contribuir para que as gerações que vem surgindo tenham acesso a educação de qualidade desde a primeira infância, contudo, evidenciamos uma necessidade ainda maior de se preocupar com as etapas finais da Educação Básica, pensando no momento de (re)construção individual e coletivo que vive o ser humano nesse período. Sendo assim, é imperativo refletir acerca da importância de se criar artifícios e projetos voltados à educação de adolescentes e jovens brasileiros, a fim de potencializar aquilo que eles têm de melhor, garantindo a criação de uma sociedade habilidosa, consciente, empática, igualitária e cidadã.

Como fora desenvolvido no nosso subtópico 1.3, acreditamos que a melhor forma de garantir essa tão sonhada sociedade é através da constituição de uma educação transgressora. A disciplina de História, sendo um importante braço das Ciências Humanas dentro da comunidade escolar, exerce papel fundamental nessa missão educativa que deve fazer frente às injustiças sociais que ainda permeiam as estruturas brasileiras. Entretanto, esse papel precisa ainda ser melhor estabelecido e divulgado entre os futuros professores que ainda estão sendo formados na Academia, e principalmente entre aqueles que já atuam no chão da escola. Sobre a sua experiência escolar, a filósofa Djamila Ribeiro realiza o seguinte relato:

Mas todo dia eu tinha que ouvir piadas envolvendo meu cabelo e a cor da minha pele. Lembro que nas aulas de história sentia a orelha queimar com aquela narrativa que reduzia os negros à escravidão, como se não tivessem um passado na África, como se não houvesse existido resistência. Quando aparecia a figura de uma mulher escravizada na cartilha ou no livro, sabia que viriam comentários como “olha a mãe da Djamila aí”. Eu odiava essas aulas ou qualquer menção ao passado escravocrata — me encolhia na carteira tentando me esconder (Ribeiro, 2008, p. 6)

A disciplina História, enquanto guardiã e divulgadora de memória, falha com a parcela negra da sociedade, principalmente com os meninos e meninas negros que ajuda a formar, ao

priorizar a versão eurocêntrica dos fatos históricos, como a da chegada dos portugueses no Brasil: “descoberta” ou “invasão”? Quem era de fato o povo exótico desse contato? O português estrangeiro, ou os indígenas que ocupavam as mesmas terras por gerações? Sobre a diáspora africana, qual é a História da África Livre, antes da invasão e sequestro dos seus habitantes, ou só há História em África com a chegada do colonizador experiente que logo domina várias regiões? A lei 10.639, que este ano completa 21 anos, exerce a tentativa de mudar esse status quo ao obrigar que a história e a cultura afro-brasileira e africana fossem estudadas em sala de aula, favorecendo com que questões como as supracitadas fossem mais comumente realizadas, promovendo assim a reflexão dos discursos históricos que estão sendo reproduzidos no chão da escola.

Contudo, apesar dos notáveis avanços com relação à inclusão de variadas perspectivas dentro na História, ainda prevalece a forma eurocêntrica de se pensar e organizar a disciplina. Avaliamos, nesse sentido, que a História, enquanto reprodutora de capital cultural, além de ter o importante papel da crítica social, também possui suas próprias amarras, que garantem a sua sobrevivência enquanto matéria escolar e também enquanto área do conhecimento científico na sociedade brasileira.

A socióloga Gilda Olinto Silva (1995), ao se debruçar sobre o conceito de capital cultural, cunhado por Pierre Bourdieu, analisa que o termo discute as “subculturas” de classe (subcultura, nesse caso, se referindo às especificidades culturais de cada classe) – aquilo que cada classe social possui de diferencial, que as torna mais ou menos prestigiadas, conforme o capital simbólico que tais particularidades representem. O capital cultural é identificado, de

acordo com Bourdieu, em aspectos como falar uma língua na norma culta, sem regionalismos ou sotaques, ou acesso aos livros, a instrumentos musicais e ao aprendizado clássico. O capital cultural, em suma, seriam os recursos que produzem cultura e são repartidos desigualmente, tornando-os raros, nos quais algumas camadas terão acesso, e outras não, fomentando, assim, uma desigualdade. É dessa desigualdade que se atribui valor à cultura. Assim como a riqueza (capital econômico) deve estar concentrada na mão de poucos para que esses poucos sejam considerados ricos, as práticas culturais, os objetos que simbolizam essa cultura e os hábitos que a representa não devem estar disponíveis para todas as camadas sociais para que possam ser prestigiadas. Sem essa elitização, não se transformaria essa cultura em capital simbólico, ou seja, num elemento de prestígio social.

o mundo social pode ser concebido como um espaço multi-dimensional construído empiricamente pela identificação dos principais fatores de diferenciação que são responsáveis por diferenças observadas num dado universo social ou, em outras

palavras, pela descoberta dos poderes ou formas de capital que podem vir a atuar, como azes num jogo de cartas neste universo específico que é a luta (ou competição) pela apropriação de bens escassos... os poderes sociais fundamentais são: em primeiro lugar o capital econômico, em suas diversas formas; em segundo lugar o capital cultural, ou melhor, o capital informacional também em suas diversas formas; em terceiro lugar, duas formas de capital que estão altamente correlacionadas: o capital social, que consiste de recursos baseados em contatos e participação em grupos e o capital simbólico que é a forma que os diferentes tipos de capital toma uma vez percebidos e reconhecidos como legítimos. (Bourdieu, 1987 apud Silva, 1995)

Uma vez que a sociedade privilegia o capital cultural das elites, criamos nossos moldes do que é considerado ou não relevante com base no comportamento desses padrões adotados pelas classes que detém, principalmente, o capital econômico. Se todas as pessoas do mundo pudessem ter em suas salas de estar um piano de cauda, então o instrumento não seria considerado tão elegante, “chique” perante todas as camadas sociais, e talvez a música clássica não fosse considerado um grandioso capital cultural, enquanto os artistas e ritmos populares são considerados inferiores, ou até mesmo “sem cultura”. O capital cultural, portanto, se baseia tanto no ser quanto no ter das classes sociais, não é, especificamente, sobre “ser inteligente”, mas é sobre ter títulos acadêmicos, não é sobre, para mencionar o exemplo que Bourdieu usa em uma certa entrevista, falar francês, pois um imigrante que passou um ano na França e nas colônias francesas também consegue aprender a língua, mas sim sobre falá-la perfeitamente, sem sotaques.

Sendo assim, fica claro que os aspectos culturais das massas dificilmente se tornarão capital simbólico, permanecendo à margem da sociedade. Voltamos, então, ao pacto da branquitude: aquilo que não é branco, aquilo que é feminino, e aquilo que não é dotado de valor econômico costuma ser desvalorizado ou desconsiderado frente à cultura dominante de uma sociedade. Acrescentamos, ainda, um quarto fator: crianças e adolescentes geralmente são grupos que não são considerados no aspecto de quem pode fazer cultura, apenas recebê-la e ser ensinado acerca dela. Isso se dá, sobretudo, por serem vistos como camadas imaturas da sociedade, portanto, não devem ser levadas intelectualmente em conta, visto que ainda estão em processo de formação sociocultural.

A subalternidade não será somente uma questão de classe social, mas estará vinculada à colonialidade do poder e à formação do mundo colonial/moderno. Portanto, há outros aspectos que implicam subalternidade: raça, gênero, sexo, língua etc. Outra dimensão da subalternidade nos termos de uma da colonialidade do poder e do sistema-mundo colonial moderno é a subordinação de histórias e organizações sociais dentro da estrutura interestatal de poder, como pode ser visto nas divisões do mundo entre centro-periferia, mundo desenvolvido e em desenvolvimento (um eufemismo para subdesenvolvido), primeiro e terceiro mundos. Estas divisões no plano internacional servem como justificativas para a violência política, econômica, simbólica e discursiva (Mignolo, 2001). (Bernardino-Costa, 2007, p. 321)

Esse caráter de subalternidade, característico do mundo colonial advindo da modernidade, portanto, soterra enormes camadas populacionais, ao colocá-las no subterrâneo das estruturas

sociais, ou seja, para além das memórias subterrâneas de Pollak, a cultura dessas sociedades ou camadas sociais que estão em situação de subalternidade. A violência política, econômica, simbólica e discursiva sofridas pelos subalternos e que são justificadas pelas estruturas do mundo moderno, encontram na instituição escolar, grande propagadora de capital cultural, um artifício para atingir diretamente os futuros cidadãos e cidadãs.

A personagem de Becos da Memória (2006,) Maria-Nova, apesar de muito estudiosa, encontra na sua escola um lugar de prisão social, no qual ela se sente tolhida por ser diferente das demais crianças da sua turma, exceto por uma outra estudante negra, que parecia alheia a tudo, não compartilhando, assim, do mesmo senso de si e do mundo que já despertava na protagonista do romance. Apesar de não ser citado em nenhum momento que a menina era maltratada ou negligenciada dentro da instituição, havia uma sensação de opressão que a impedia de expressar seus pensamentos. Isso fica evidenciado quando, por mais que ame aprender, conversar e ouvir novas histórias, e a escola ser um lugar de aprendizado e sociabilidade, a coisa que a menina mais gosta na instituição é a merenda (Evaristo, 2006, p. 113).

Para o estudante não-branco, portanto, a jornada escolar se torna ainda mais desafiante, e potencialmente mais desinteressante pela não-identificação dos temas trabalhados. No caso da

História, a disciplina é comumente vista como uma matéria chata e meramente decorativa, sem teor de criticidade ou aplicações no cotidiano dos discentes, e, portanto, inútil. Há ainda uma outra problemática quanto ao público-alvo dos alunos que não são brancos: como supracitado, o período da adolescência e da juventude é cercado por modificações físicas e sobretudo mudanças no aspecto da sociabilidade e da forma como esses indivíduos veem o mundo, conforme o início do processo de maturação desse ser humano. Esse momento singular é profundamente determinante para a formação da identidade dessa pessoa que está em pleno processo de construção, demolição e reconstrução das suas convicções.

No Brasil, essa constituição de identidade tem uma particularidade ainda maior: a questão da raça. As políticas de branqueamento, juntamente com o mito da democracia racial, criaram no imaginário brasileiro uma concepção de raça extremamente ampla e indefinida, de modo que a miscigenação fenotípica do país criasse inúmeros estereótipos que vão muito além da cor e de traços físicos como cabelo e elementos da face. No livro *Nem preto nem branco*, muito pelo contrário, da pesquisadora Lilia Schwarcz, ela comenta acerca de um momento da história brasileira que traz à tona essa questão das “múltiplas raças” identificadas nesta nação, mostrando a infinidade de interpretações que esta característica apresenta neste país, num

fenômeno que a autora, se valendo dos estudos de Valle e Silva, determina da seguinte forma:

"Raça social" é a expressão encontrada por Valle e Silva para explicar esse uso travesso da cor e para entender o "efeito branqueamento" existente no Brasil. Isto é, as discrepâncias entre cor atribuída e cor autopercebida estariam relacionadas com a própria situação socioeconômica dos indivíduos. No país dos tons e dos critérios fluidos a cor é quase um critério de denominação, variando de acordo com o local, a hora e a circunstância. É isso também que faz com que "a linha de cor" no Brasil seja, no limite, um atributo da intimidade, na qual se distingue "raça oficial" de "raça social". É pelo mesmo motivo, ainda, que os dados estatísticos provenientes do censo, no que se refere à raça, sejam quase irreais ou dificilmente interpretados. Dessa maneira é que pode ser entendida a campanha encabeçada pelo IBASE (Instituto Brasileiro de Análise Social e Econômica) que veiculou na mídia, em 1991 - e em razão da "inflação branca do Censo, a seguinte mensagem: "Não deixe sua cor passar em branco: responda com bom 'censo'". (Schwarcz, 2012 p. 231)

Na ocasião, o Censo feito pelo IBGE em 1976 permitia que as pessoas se autodeclarassem sem haver opções, no caso, a pessoa ditava a sua cor e cabia aos pesquisadores apenas registrar o dado. Isso gerou, nos resultados da pesquisa, 136 cores diferentes, um fenômeno que ficou conhecido como “aquarela do Brasil”. Nomes como “moreninha”, “cor-de-café”, “clarinha”, “quase-negra” “alva-escuro” estrelaram a pesquisa, mostrando o senso diverso de identidade racial no Brasil, de modo que se torna perceptível na análise de Schwarcz (2012) que não há de fato uma noção racial, mas sim uma observação de traços fenotípicos, como a cor de pele “amarela” ou “lilás”, e como o cabelo “loirinha”.

O Censo do IBGE de 1976 citado pela autora demonstra que a criação de uma consciência racial no Brasil, se podemos falar que há uma, é extremamente recente. Dentro da formação identitária do indivíduo, entretanto, essa é uma das características mais relevantes a serem percebidas e identificadas, pois é algo que interfere diretamente no modo como essa pessoa é vista pelo mundo afora. Para algumas pessoas, a consciência racial chega cedo – quando percebe que está sendo seguido pelo segurança ao adentrar um estabelecimento, por exemplo. Entretanto, no pluralismo miscigenado do Brasil, algumas pessoas não conseguem se identificar como de fato pertencentes a algum grupo racial, recorrendo, geralmente, ao termo “pardos” para se identificarem, uma categoria que, apesar de inclusa nos últimos Censos do IBGE, muitos não a consideram como existente de fato, alegando, no popular, que “quem é pardo é papel”.

Entendemos, portanto, que é necessário trabalhar a educação para ser formadora de identidade, inclusive do ponto de vista da construção de uma consciência racial, um tópico no qual as Ciências Humanas podem ter um papel central, ao proporcionar o reconhecimento entre os povos que formaram a identidade brasileira, num viés de positividade, uma vez que por muito tempo, dentro da sociedade brasileira, colonizada, aquilo que não era oriundo da branquitude era visto como inferior, inadequado, vadio. A educação histórica, portanto, pode e deve se debruçar sobre o reconhecimento de negros e indígenas dentro da nossa sociedade, incentivando

os alunos a se orgulharem da cultura e do fenótipo que performam.

Parafraseamos, aqui, o conceito de performance cunhado pela filósofa Judith Butler, mas para falarmos especificamente da questão racial: na indefinição da “aquarela” que é o Brasil, Schwarcz (2012) nos alerta para um “uso social da cor”, expondo que quando um negro não quer parecer negro, ou quando um negro possui um poder aquisitivo um pouco maior, é comum que ele não reconheça sua negritude, colocando-se no lugar de “mestiço” ou usando a terminologia “pardo”. Essa negação da negritude é sobretudo devido ao baixo status social que a pessoa negra é submetida, tornando-se uma referência negativa, sinônimo de pobreza ou feiura. Nas palavras da professora de filosofia Carla Rodrigues, “performance” pode ser definida em:

Performance tem como origem latina a palavra *formare*, que chega até nós como “formar, dar forma a, criar”. Por sua ligação com criar, seu uso no campo das artes é bastante amplo. Pode designar “espetáculo em que o artista atua com inteira liberdade e por conta própria, interpretando papel ou criações de sua própria autoria” e “atividade artística inspirada em formas de arte diversas” (Dicionário Houaiss, 2001). (Rodrigues, 2012, p. 142)

Negritude e branquitude, na nossa análise, são performances. Criamos, na sociedade brasileira, certos padrões de comportamento e de fisionomia que determinam se uma pessoa é negra ou branca: existem brancos de cabelo crespo, negros de cabelo liso, negros com traços “finos”, etc. Também há a imposição de alguns outros padrões: o uso de tranças ou dreads é uma característica negra, assim como o samba e o funk, mas o curso de odontologia, um dos mais elitizados dentro das universidades, ficou popularmente conhecido pelo padrão estético da “loira odonto”, além do padrão estético ser basicamente branco, sobretudo aquele que diz respeito a pessoa que tem “cara de rica”, uma vez que quem performa riqueza está atrelada à branquitude.

O que determina, então, no Brasil, o que é preto e o que é branco? Podemos definir que as vivências de cada indivíduo, bem como a forma como ele se identifica no mundo, são os fatores centrais para conclusão. Num país, entretanto, que desconsidera capital simbólico aquilo que performa negritude, colocando sempre como característica negativa: “negro é sujo”, “negro é vagabundo”, “negro é mal educado”, “negro é feio”, “negro é brega” torna-se ainda mais difícil convencer os jovens e adolescentes que podem se orgulhar de serem negros, e que podem performar a sua negritude através de sua cultura, sua filosofia, sua estética. É necessário incentivar, portanto, a busca pela identidade, o reconhecimento e o orgulho pela essência negra por parte dos alunos, entendendo que o contexto educacional é uma ferramenta chave para alcançar os futuros adultos em formação.

Essa performance da negritude, entretanto, não tira de modo algum a liberdade do ser

humano de se expressar da forma como bem entender. Ser negro não se baseia em um cabelo, ou em uma religião, uma pesquisa acadêmica ou se a pessoa sofre ou não com dificuldades financeiras. Cada indivíduo performa sua negritude a sua maneira. Por conta disso, discursos como os que Beatriz Nascimento se deparou, tornam-se extremamente perigosos:

Entretanto, ultimamente tem havido por parte dos intelectuais e artistas, principalmente, uma nova mistificação, baseada em teoria contrária, mas que demonstra um preconceito racial talvez mais perigoso. Uma; das piores agressões que sofri nesse nível foi por parte de um intelectual branco. Disse-me ele que era mais preto do que eu por ter escrito um trabalho sobre religião afro-brasileira, enquanto eu não usava cabelo afro nem frequentava candomblé. (Ratts, 2021, p. 37)

Percebe-se uma tentativa de deslegitimar a negritude da pensadora, por conta de suas escolhas estéticas ou sobre ser ou não praticante de uma fé de matriz africana. Cercear a escolha do negro, cobrar-lhe que aja de certo modo ou passe por certas condições na vida para legitimar a sua negritude é mais uma forma de tomar do negro a liberdade e a autonomia, relembrando o tenebroso momento da nossa história no qual a população negra não possuía nem voz, nem direitos, nem a possibilidade de escolher aquilo que faria com o próprio corpo.

Para a mulher negra, isto se torna ainda mais simbólico, pois viveu, historicamente, uma posição de objetificação extremamente sexualizada, no qual seu corpo-objeto poderia, na visão branca, ser utilizado ao seu bel prazer, desde a exploração sexual, seu sistema reprodutivo para gerar novos escravos, e até seu leite materno para nutrir os rebentos brancos de seus senhores.

Romper essa lógica, no qual a branquitude se vê inclusive no direito de cobrar dos negros que performem o que eles acreditam serem negritude, mostra como eles pensam que ainda detém algum poder sobre o povo negro, um paradigma que deve ser quebrado dia após dia por meio de uma educação que transgrida esse poder dominante e liberte mulheres, homens, meninas e meninos negros na sociedade brasileira.

3.2 O PARADIDÁTICO

O campo literário costuma ser inserido logo nos primeiros anos da educação formal. Pequenos livros de contos ilustrados e chamativos tendem a ser populares entre escolas e pais/responsáveis para proporcionar aos alunos um contato mais íntimo com a leitura.

Entretanto, os detentores do poder, em especial do poder de implantar ou suplantar aspectos culturais da sociedade a qual se insere e governam, incentivam a produção de um conteúdo que perpetua a história dos heróis dos vencedores, em detrimento do silêncio das populações de desvalorizados: mulheres, africanos e afrodescendentes, indígenas, população carente, ou seja, todos os que não eram brancos, ricos, de família abastada, ou aqueles que por

alguma combinação de fatores bem-aventurados conseguiu se sobressair mesmo não possuindo tais características.

O resultado dessa produção hegemônica em massa são crianças de variadas realidades, pertencente a vários grupos étnicos, de diversidade de aspectos fenotípicos crescendo enraizando em suas mentes uma cultura midiática literária que exclui e subalterniza grupos não-brancos em uma população que tem na sua formação uma miscigenação impossível de ser ocultada na realidade e nos traços do seu povo.

A lei 10.369, promulgada em 2003, realiza a necessária tentativa de uma formação mais inclusiva através da obrigatoriedade da inclusão de conteúdos de história e culturas africanas e afro-brasileiras no currículo escolar. Os 19 anos desde a adição Legislativa abrangem um período mais que suficiente para a adequação das escolas e o resultado prático disso. O levantamento realizado pela antropóloga Luena Pereira (2013) revela que no campo editorial da literatura infanto juvenil.

A publicação destes livros ao longo dos anos mostra como o volume de livros publicados cresceu a partir de 2004 e 2005, um a dois anos depois da promulgação da lei 10639, com 7 e 8 livros publicados respectivamente. Este impulso editorial teve seu ápice nos anos de 2007, 2008 e 2009, entre 23 a 25 livros por ano. A partir de 2010 essa taxa começa a cair para 21 e entre 2011 e 2013 a publicação ou republicação de títulos cai para 14 a 17 livros por ano. (Pereira, 2013, p. 8)

O produto educacional proposto visa dar continuidade e fôlego à produção de conteúdo literário que coloca no centro da cena a vida das mulheres no Brasil, assim como faz Conceição Evaristo no objeto de nossa pesquisa *Becos da Memória* (2006) e *Olhos d'água* (2016). O livro de título “An(a)tologias: (re)conhecendo o eu” narra, em forma de compilação de pequenos contos, momentos marcantes da vida da protagonista Ana, uma mulher negra que é a narradora da obra, percorrendo momentos que vão desde as suas reflexões e indagações a respeito de si própria e de seu lugar no mundo.

A narrativa se inicia na infância da protagonista e prossegue até o início da sua vida adulta. Durante a passagem dos contos, buscamos representar situações que permeiam a vida de uma menina negra no Brasil, baseado na nossa própria vivência e naquilo que absorvemos de relatos para criar os aspectos como é sua relação com a própria aparência, como a alteridade, o julgamento alheio e o seu próprio, a constituição de seus relacionamentos afetivos, o luto, a baixa autoestima, a descoberta da negritude, e a forma com a qual ela lida com todas essas questões.

Conto I

No primeiro conto do livro, somos apresentados a Ana ainda na primeira infância, tendo

seus primeiros contatos com o mundo e buscando entender o seu lugar nele. A curiosidade da mente inventiva da criança a leva a várias reflexões acerca da natureza das coisas e de si própria. Uma das questões que cerca o imaginário da menina é o seu tom de pele, uma cor “nem muito clara, nem muito escura”, que a menina observa ser parecido com um café com leite. A criatividade da infância, juntamente com a inocência das primeiras descobertas favorecem um novo olhar para as questões que são ignoradas quando fazem parte do nosso cotidiano.

Dentro de uma sociedade que teve o conceito de democracia racial como principal forma de lidar com a presença da negritude e da miscigenação, a aparência das pessoas define seu lugar social. Ignora-se o “não lugar” daqueles que possuem traços mais miscigenados, como evidenciado no tópico 3.1 deste trabalho. Ana, em sua interpretação de mundo infantil, cria seu próprio lugar, incomum, mas no qual ela se sente feliz em pertencer.

Conto II

No segundo conto, Ana, um pouco mais velha, com cerca de seis anos, apresenta em seu contexto escolar, pela primeira vez, seu penteado favorito, que consiste em seu próprio cabelo inteiramente trançado no estilo box braids, numa versão sem apliques. Há, para a menina, uma sensação de liberdade, pois seu cabelo costumava estar preso em tempo integral, portanto, o uso do cabelo “solto” favorece a autoestima da menina. Ela esbarra, entretanto, em reações de aprovação e desaprovação do novo visual, sendo alvo tanto da curiosidade, quanto de piadas por parte de outras crianças que estranham seu novo cabelo.

Essa experiência vai de encontro a um outro momento vivido pela jovem personagem, agora com quinze anos. Dessa vez, de fato, Ana decide usar o cabelo solto, aproveitando o novo momento escolar que se iniciava para mais uma vez sentir a liberdade através dos fios cacheados. Dessa vez, a menina demonstra determinação em impedir que situações constrangedoras como a vivida na infância a impeçam de realizar seu objetivo. O cabelo, nesse sentido, simboliza para Ana a sua aceitação pessoal e a sensação de liberdade que ela traz consigo.

Conto III

No conto três do livro, a pré-adolescente Ana desperta seus primeiros sentimentos românticos, o alvo é um aluno de outra turma, a quem ela compara a beleza como a de um príncipe. Ana, contudo, não se sente uma princesa. Mesmo assim, num ato de coragem, ela decide se declarar através de uma carta, atitude que não é recebida da forma como ela esperava: um fora que deixava claro que o menino bonito a achava feia. Essa experiência vai mudar a

mente de Ana sobre o amor romântico. A partir de então, ela passa a evitar ter interesses românticos, e, quando não consegue, passa a evitar o alvo foco do seu afeto, de modo que nunca se permitiu viver uma experiência romântica.

Já no seu último ano escola, Ana passa por duas novas experiências. Na primeira delas, ela desperta a atenção de um colega bonito e um pouco popular de sua classe, que a convida para sair. Ela, desconfiada e sem entender os propósitos do menino, nega o convite e o afeto dele e foge. Tempos depois, um menino por quem ela não tinha nenhum interesse e que ela julgava não ser bonito lhe pediu um beijo, que ela sentiu apropriado aceitar, entendendo que ali não havia nenhum sentimento ou interesse. Ana demonstra ter compreendido como indigna da atenção romântica, aceitando a solidão e também a sexualização, quando se põe no lugar de receber um toque físico apenas quando ele não ameaça afeto, não porque ela não o queira, mas porque entende que não tem a capacidade de despertar tal interesse nas pessoas.

Conto IV

No quarto conto do livro, Ana parece estar com um pressentimento ruim e demonstra angústia. Como uma pessoa que costuma se entregar e remoer seus sentimentos, ela se entrega àquela sensação ruim, que se agrava no momento em que ela descobre que um ente muito querido seu, um dos únicos homens da família, passou mal de maneira súbita, e pode ser grave. Descobrimos, então, que Ana é mais uma dentre tantos jovens que cresceram sem a presença paterna. O genitor da garota só esteve presente em sua vida nos seus primeiros anos, após isso, mudou de cidade alegando procurar melhores empregos, e desde então, nunca mais entrou em contato, nem ele, nem sua família.

O falecimento do tio Joaquim marca para Ana, então, um grande ponto de virada: ela perdera aquilo que chegava mais próximo de uma figura paterna em sua vida. Antes da sua partida, porém, recebera do tio a herança de um violão e a promessa de que seria feliz. Ana é uma jovem que se deixa levar facilmente por sentimentos como tristeza e medo, ao contrário de Tio Joquinha. Num evento traumático de morte, Ana encontra, entretanto, uma nova vida. Decidiria, a partir de então, aprender a ser feliz e a amar a vida, a exemplo de seu quase pai. Os transtornos psicológicos como ansiedade e depressão são um tema recorrente na sociedade contemporânea, contando com campanhas como o Janeiro Branco (mês da conscientização da saúde mental e emocional) e o Setembro Amarelo (mês da prevenção ao suicídio).

O Conselho Nacional de Saúde (CNS), apoiado em dados de 2023 da Organização Mundial de Saúde (OMS), o Brasil é o país com maior número de pessoas ansiosas (9,3% da população), e estimativas apontam que uma em cada quatro pessoas sofrerá com algum

transtorno mental em alguma fase da sua vida. Entre os jovens, a questão não passa despercebida: de acordo com a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) revela que em todo o mundo, a ansiedade é a oitava causa de doença e incapacidade entre os adolescentes, e a depressão a nona causa.

Conto V

O conto narra a respeito do encontro inusitado de Ana com Agatha, uma aluna um ano mais velha por quem a menina nutre uma certa admiração à distância, observando que elas eram o extremo oposto uma da outra. Agatha, nas observações de Ana, era uma menina bonita, estilosa e desejada, sempre cercada de amigos e de pretendentes, ao contrário de Ana, que contava, geralmente, apenas com a amizade de Marina, sua amiga de infância. Entretanto, após flagrar a menina chorando no banheiro, Ana interage com Agatha de uma maneira que jamais teria imaginado: diferente de toda imagem que a nossa protagonista tinha da colega mais velha, sua vida e suas relações não eram como Ana imaginava.

Agatha revela que assim como Ana, também se sente só. Ela observa que na verdade o contexto em que vive é cercado de competição entre as mulheres, e que descobrira recentemente que até a menina que acreditava ser a sua melhor amiga estava inventando boatos horríveis sobre ela, como forma de vingança pelo fato de que seu interesse amoroso havia se declarado para Agatha.

A mais velha, então, desabafa com Ana sobre a dificuldade de encontrar bons amigos e um amor de verdade. Revela sobre os assédios que sofrera e até sobre a proposta criminoso de um professor na sua antiga escola, motivo pelo qual a menina havia se transferido para a atual instituição. Também fala que nunca havia experimentado a paixão e o amor, assim como Ana. Ela aprende com Agatha que a aparência e o sorriso das pessoas não revelam quase nada sobre elas, e que a solidão não é uma realidade apenas na vida dela. A pele negra e as curvas bonitas de Agatha não são, assim, apenas um privilégio de beleza, mas também um estigma social, no qual, mesmo ainda adolescência, a menina já era vista como corpo-objeto.

Conto VI

Este conto conversa com o terceiro conto do livro, tratando mais profundamente dos pensamentos de Ana acerca do amor, do romance, e de como ela enxerga a si mesma. A menina-mulher revela uma profunda dor ao pensar em si mesma, questionando sua identidade e avaliando sua imagem, uma avaliação que não era positiva. Como tantos adolescentes, os processos de construção, demolição e reconstrução da sua identidade traziam dúvidas e dores

não só psicológicas, mas também físicas, a tão conhecida dor do crescimento.

Nesse contexto, observa-se uma queda na autoestima da personagem, a pele que na infância demonstrou satisfação em ser “café com leite”, agora passa a ser visto com negatividade, o cabelo que antes, a todo custo, deveria ser solto, não agradava e parecia realmente que deveria ficar sempre preso. O nariz largo e os dentes desalinhados, bem como o sobrepeso fechavam o pacote que a menina observava no espelho com profundo desagrado.

Diferente das suas colegas que já tiveram experiências românticas, Ana não vivia de igual forma: julgava a si mesma uma pessoa sem atrativos, e nesses momentos, a solidão lhe apertava o peito de maneira dolorosa.

Entretanto, o pessimismo de Ana encontra como barreira a resiliência dela própria, uma qualidade que ela não sabia que tinha, mas que deve aprender a usar. A Ana que está em crise existencial encontra no seu futuro e no seu amadurecimento aquilo que ela precisa: reconhecer e amar a si própria, uma jornada que se iniciaria ali, naquele momento de reflexão, de frente para ela mesma, por meio do espelho do seu quarto.

Conto VII

Neste conto, Ana, no seu primeiro ano do Ensino Médio, divaga sobre seu presente e sobre seu futuro acadêmico. A menina está frustrada por ter tirado nota baixa na disciplina de História, e demonstra não entender o propósito ou a serventia de estudar tal matéria. Como muitos outros alunos, a adolescente acreditava que História não se compreendia, e sim se decorava, um amontoado de datas e acontecimentos de pessoas e até sociedades que não existiam mais. Por que estudar algo que já passou? O passado não volta, isso ela sabia.

Foi a partir de um projeto entre a disciplina de História e a de Português, que Ana abriu seus horizontes. Na ocasião, as professoras apresentaram o livro *Becos da Memória*, de Conceição Evaristo. O livro, que contava a história de moradores de uma favela fictícia, parecia muito real nos olhos e no coração de Ana, conforme lia as passagens do livro. Ela havia ganhado um exemplar no sorteio realizado pelas professoras, achou a leitura maravilhosa, e ficou pensando sobre o que a professora de História havia dito, que havia memórias, como as que Conceição Evaristo escrevia, que eram negligenciadas pela historiografia oficial, e permaneceram ocultas, subterrâneas por muitos séculos, e encontraram um lugar cativo na literatura para se perpetuarem. Também explicou que a literatura ajudava a descobrir a história de um jeito diferente, que se pode, através dela, tanto conhecer o mundo, quanto as sociedades, pois a cultura é produto da sociedade, e a sociedade é produto da cultura.

Ana nunca tinha olhado nem a história nem a literatura por essa ótica. Ela gostava de ler,

mas não os clássicos. Agora percebia que tanto a literatura quanto a história eram mais do que ela imaginava, e como serviam para compreender a sociedade que ela estava inserida. Essa compreensão mudou a forma como a estudante via a História e a Literatura, uma vez que essa virada de chave aconteceu, a matéria ficou extremamente mais inteligível para ela. Nas palavras de Beatriz Nascimento: “Como o jovem branco, eu adquiri instrumentos para o meu conhecimento através do estudo da história, na qual acredito totalmente”. (Ratts, 2021, p. 41)

Conto VIII

Este oitavo e último conto do livro é narrado inteiramente em primeira pessoa. Nele, vemos Ana comentando acerca de si e do seu passado, revisitando as memórias antigas e dando uma ótica “atualizada” de como ela percebia os eventos que permearam a sua vida até aquele momento. Passando desde a inocência da primeira infância, até as primeiras descobertas e a forma como lidou emocionalmente com esses eventos. A história de Ana pode parecer – e em certa instância é – uma história de dor, uma tendência da própria menina, algo com o qual ela se identificou com a “acumuladora de pedras pontiagudas”, Maria-Nova. A dor da rejeição pelo seu interesse amoroso, pelo bullying dos colegas perante o seu cabelo, a dor de não performar uma beleza padrão e de não se sentir bonita por causa disso. A dor do abandono paterno ainda na infância, a dor da perda de um ente muito querido, a de se sentir sozinha e condenada à solidão romântica, a dor de não aceitar a si própria são experiências que formaram o caráter da menina-mulher e o lugar no mundo que ela acreditara ser o seu.

Dois pontos chave na trajetória da personagem que mudaram a forma como ela se percebia aconteceram durante a adolescência: a morte de seu tio, que exercia uma figura paterna diluída na vida dela e o encontro com Agatha. No primeiro evento, a menina decidiu mudar a forma como via a vida, decidida a fazer com que aprendesse a amá-la, deixando de lado, até certo ponto, suas tendências melancólicas. Já no segundo evento, ela teve contato com um ponto de vista que até então ela acreditava ser o seu extremo oposto, mas percebera que havia muitas semelhanças entre ela e a menina que ela julgava ter privilégios sociais por ser bonita e um pouco mais de condição financeira que Ana. A narradora comenta que foi ali que ela experimentou pela primeira vez um sentimento o qual ela descobriria o nome durante uma de suas aulas na universidade: dororidade.

Além disso, Ana observa que as dores da sua vida não são o seu fim, e sim aquilo que lhe forja, e faz parte da sua experiência enquanto mulher negra na sociedade brasileira, e que hoje se vê não como alguém que foi triste, e sim como alguém que foi e é forte. Ela comenta que hoje percebe em sua trajetória que na verdade o que ela foi se chama resiliente, ou, mais

especificamente, afrorresiliente.

Por fim, Ana discorre sobre os últimos acontecimentos da sua trajetória, e evidencia a sua vontade de continuar contando sua própria história, convidando o leitor, numa quebra da “quarta parede”, a fazer o mesmo e também criar a sua própria escrevivência, as memórias que a História provavelmente não vai contar, mas que o mundo (e principalmente nós mesmos) não deveríamos esquecer.

Por fim, consta no livro uma pequena história em estilo mangá que conta um sonho-realidade vivido por Ana, o qual não desenvolveremos comentários, a fim de deixar para o leitor o gosto da descoberta. Apresentamos, entretanto a capa do livro, que também é completamente de nossa autoria:

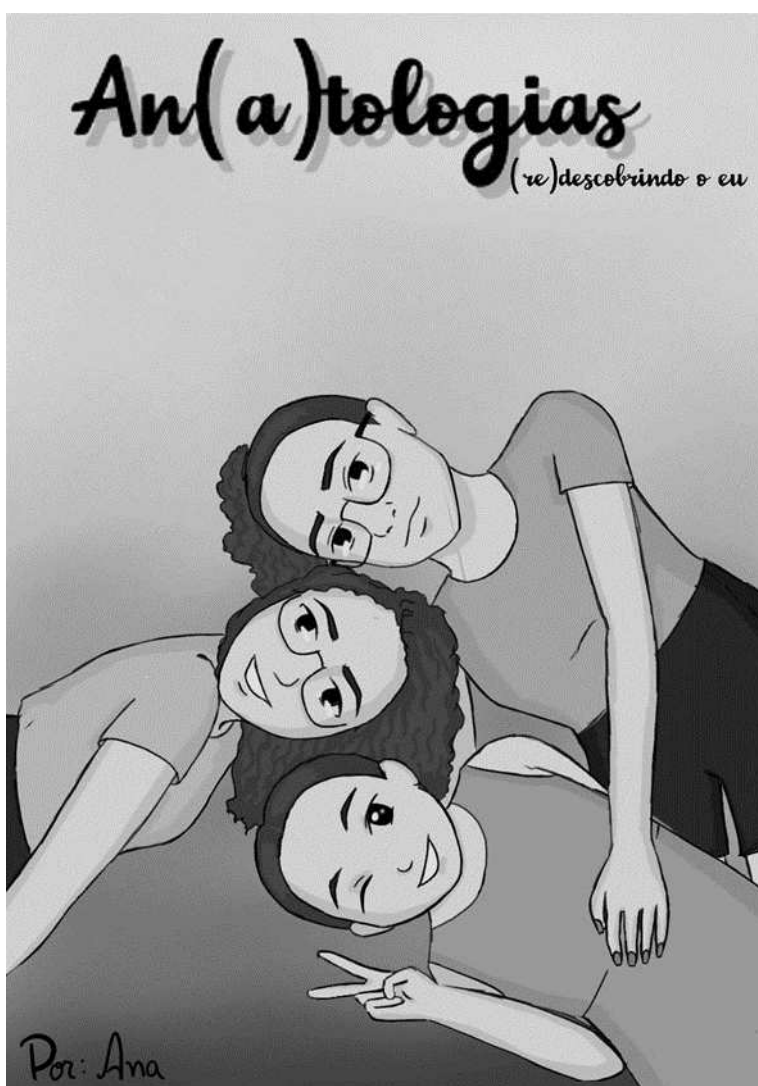


Imagem 1 – Capa do livro

Fonte: Acervo próprio

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto dissertativo, podemos observar que há, na sociedade brasileira, a necessidade latente de se debater acerca da identidade negra e da aceitação desta, tanto em termos coletivos, quanto na questão individual, pois muitas pessoas, sobretudo jovens, costumam se envergonhar de sua negritude ao se deparar com o discurso racista opressor que transfere ao negro as características negativas da sociedade brasileira: o negro passa a ser sinônimo do feio, do sujo, do sem educação, do pobre, do criminoso, etc. Identificamos, apoiados em Cida Bento (2020) que há um silencioso pacto da branquitude que mantém as bases sociais dessa forma, e que é necessário quebrar esse pacto e as estruturas que fazem com que a negritude ocupe sempre o espaço de subalternidade.

O meio principal que adotamos para subverter essa lógica cruel que massacra negros, pobres e mulheres, fazendo com que, numa lógica interseccional, as mulheres negras de classes sociais mais baixas sejam as mais afetadas, é por meio da educação. Para isso, é necessário que se reflita acerca dos moldes educacionais atuais e seja traçada uma estratégia para promover uma educação mais inclusiva, transgressora, libertadora, que critique o atual sistema e contribua para a criação de futuras gerações mais audaciosas e orgulhosas de ser aquilo que são. Neste trabalho, apontamos a literatura como um caminho viável para essa questão, interpretando a Literatura como área irmã da História, sendo ligadas através de aspectos como a cultura e a memória de uma sociedade, como observado por Chartier (2002) e a sua História cultural do social.

Conceição Evaristo, enquanto mulher negra, oriunda da periferia, que conseguiu nadar contra a corrente e se tornar professora, primeiramente das escolas, e posteriormente de universidades, experimentou na pele as dores e dificuldades interseccionais as quais discutimos anteriormente. É desse lugar experiente que a autora tira inspiração para a literatura que escreve. Nos seus escritos, a mulher negra aparece como protagonista em vários contextos, as vezes de perigo, outras de calma, outros de dor, de morte, de resiliência. Pudemos, ao longo de nossa análise, identificar esses temas e discutir acerca deles, fornecendo um material que pode inclusive servir de apoio para o professor que decidir trabalhar com Conceição Evaristo em sala de aula.

Os textos trabalhados são um convite a conhecer a realidade sofrida de muitas mulheres periféricas, geralmente negras, no Brasil. Há muitas Salindas, Marias-Novas, Mães Joanas, Natalinas, Ditinhas espalhadas, silenciosas, mudas. Algumas irrompem o silêncio, ou são

descobertas, ou, temendo a morte, esconderão seus segredos no mais íntimo do seu ser, onde ninguém mais seria capaz de alcançar.

É importante reconhecer que estas mulheres existem e sobrevivem dentro da sociedade que não as acolhe, mas comumente as rejeitam e ignoram. É preciso forçar o olhar, pensar de maneira interseccional, perceber que a luta do outro pode ser a nossa e juntas vencermos o inimigo do patriarcado colonizador e capitalista que marginaliza negros, mulheres, pobres, e demais “minorias”. Como argumenta bell hooks, este é o melhor caminho para a criação de uma contra hegemonia.

É essencial para a continuação da luta feminista que as mulheres negras reconheçam o ponto de vista especial que a nossa marginalidade nos dá e façam uso dessa perspectiva para criticar a hegemonia racista, classista e sexista dominante e vislumbrar e criar uma contra hegemonia. Estou sugerindo que temos um papel central a desempenhar na construção da teoria feminista e uma contribuição a oferecer que é única e valiosa. (hooks, 2013, p. 208)

Para contribuir com Evaristo, hooks e demais autoras que se preocupam em explorar o tema da realidade negra-feminina e suas representações, criamos como produto educacional um livro que é protagonizado por uma menina negra, em situações vividas majoritariamente na adolescência, com suas incertezas, percepções, dramas e experiências.

Destaca-se, sobretudo, seus momentos dentro da escola, o silenciamento ao qual a menina se submete pelo medo de ser mal interpretada e por, assim como a Maria Nova de Evaristo, não se sentir igual às demais pessoas dentro da sua classe. A falta de representatividade e de discussão que incluem a realidade vivida pela menina dentro e fora de sala de aula contribui para a construção de uma personalidade acanhada, preocupada, que estabelece constantes aspectos comparativos entre si e os demais ao seu entorno. Nesse ponto, a discussão sobre a visão que o mundo expressa ter sobre a garota assume a cena, implantando nela inseguranças, dúvidas e sentimentos conflitantes seus sobre si própria, junto à forma como Ana escolhe superar estes momentos conturbados.

O contato com a história afro-brasileira, e sobretudo com a literatura negra-feminina, abriu a mente de Ana a respeito das ideias que outrora agiam como amarras para sua liberdade de expressão. Após de aprender a valorizar quem é e aquilo que representa, Ana toma, então, a iniciativa de produzir literatura, na qual contaria a sua própria história e a história dos seus, decidida a ser alguém que faz a diferença no desenvolvimento de um Brasil que dá lugar, voz e vez aos grupos subalternizados em detrimento à hegemonia das classes dominantes. Ana, portanto, jamais teria medo novamente de falar e de contar seus próprios contos.

Com essa mensagem que acreditamos ser extremamente poderosa, buscamos passar aos adolescentes e jovens negros o pensamento de que eles podem e devem ser protagonistas e

autores das próprias histórias, não seres passivos, dominados pelas violências as quais a população negra brasileira é submetida desde cedo, como a violência intelectual.

Além disso, pretendemos, com nosso livro, incentivar que os jovens aceitem com cada vez mais facilidade os seus traços negroides, e não se sintam acanhados em performarem sua negritude. Em uma população extremamente miscigenada, há uma tentativa de apagamento da identidade negra, atenuando-a com nomes como “morena”. Desse modo, muitas pessoas têm se negado a se identificarem como negras, buscando se afastar dessa identificação com o que eles acreditam ser um sinal de defeitos. Criamos, através da literatura, um novo capital cultural, no qual o negro é valorizado, onde a pele escura é admirada, os cabelos crespos e cacheados são libertos junto com as mentes aprisionadas pela baixa autoestima, e as vozes negras são ouvidas como protagonistas.

É necessário, assim, conhecer as dores para se criar esse sentimento de companheirismo e acolhimento entre meninas e mulheres negras, mas também é igualmente imperativo que se exalte a força das mulheres negras, resilientes, potentes, cheias de inegáveis qualidades. A partir do exemplo de Conceição Evaristo e da menina-mulher Ana, que protagoniza nossa própria escrevivência, esperamos contribuir para a formação de jovens orgulhosos e audaciosos, prontos para também contar ao mundo suas próprias histórias e convicções, fazer suas escrevivências, não deixar nunca mais que a casa-grande durma tranquilamente, sem ouvir o nosso barulho.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOWICZ, Anete; OLIVEIRA, Fabiana de. As relações étnico-raciais e a sociologia da infância no Brasil: alguns aportes In: BENTO, Maria Aparecida (Org). **Educação infantil: igualdade racial e diversidade**. São Paulo: CEERT, 2012.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Brasil: Companhia das Letras, 2019.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.
- ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araujo. **Movimento negro e "democracia racial" no Brasil: entrevistas com lideranças do movimento negro**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005. 15f. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1504.pdf
- BARROS, José D'Assunção . **História cultural e história das ideias**. In: Revista Cultura [Online], vol. 21. 2005. Disponível em <http://journals.openedition.org/>
- BERNARDINO-COSTA, Joaze. **Colonialidade do poder e subalternidade: os sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil**. *Revista Brasileira do Caribe*, vol. VII, n. 14, jan-jun 2007, p. 311-345.
- BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas I: magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia Das Letras, 2022.
- BORGES, Valdeci Rezende. **História e Literatura: Algumas Considerações** In: Revista de Teoria da História, Goiânia, v. 3, n. 1, p. 94–109, 2010. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/28658>. Acesso em: 5 jun. 2023.
- CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.
- CARDOSO, Claudia Pons. Por uma epistemologia feminista negra do sul: Experiências de mulheres negras e o feminismo negro no Brasil. In: **13º Mundo de Mulheres e Fazendo Gênero: Transformações, conexões, deslocamentos**. Disponível em: http://www.en.wwwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499452943_ARQUIVO_simp osiootextofazendogenero13.pdf. Acesso em: 12 de junho de 2024
- CHARTIER, Roger. **A Historia cultural: entre práticas e representações**. Difel: Algés, 2002.
- COLLINS, Patricia Hill. **Se perde uma tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória**. Parágrafo, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 6-17, 2017.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUARTE, Eduardo de Assis. **Por um conceito de literatura afro-brasileira**. Belo Horizonte: Literafro/UFMG, 2023. Disponível em:

<<http://www.letras.ufmg.br/literafro/artigos/artigos-teorico-conceituais/148-eduardo-de-assis-duarte-por-um-conceito-de-literatura-afro-brasileira>>.

_____. **Literatura e Afrodescendência**. Belo Horizonte: Literafro/UFMG, 2022. Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/literafro/artigos/artigos-teorico-conceituais/150-eduardo-de-assis-duarte-literatura-e-afrodescendencia>>. Acesso em: 6 nov. 2023.

_____. Maria Firmina dos Reis e os primórdios da ficção afro-brasileira. In: **Literatura, política, identidades**. Belo Horizonte: FALE-UFMG, 2005, p. 132-145.

_____. O Bildungsroman afro-brasileiro de Conceição Evaristo. In: **Revista estudos feministas**, v. 14, n. 1, 2006.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. Rio de Janeiro, Editora Pallas, 2006.

_____. **Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento da minha escrita**. In: revista do programa avançado de cultura contemporânea. Rio de Janeiro. 2005 disponível em <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/wp-content/uploads/2020/10/DA-GRAFIA-DESENHO-DE-MINHA-M%C3%83E-UM-DOS-LUGARES-DE-NASCIMENTO-DE-MINHA-ESCRITA-%E2%80%93-Revista-Z-Cultural.pdf>

_____. **Da representação à auto-apresentação da Mulher Negra na Literatura Brasileira**. In: Revista Palmares. 2005. (p. 52-57) disponível em <http://www.palmares.gov.br/sites/000/2/download/52%20a%2057.pdf>

_____. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro, Editora Pallas, 2016.

_____. **Escrevivência**: a escrita de nós reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo.

Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. Disponível em:

<<file:///C:/Users/gabri/Downloads/Escreviv%C3%Aancia%20a%20escrita%20de%20n%C3%B3s.pdf>> Acessado em: 30/08/2022.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (orgs.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Depois da democracia racial**. Tempo Social, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 269-287, 2006. DOI: 10.1590/S0103-20702006000200014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12525>. Acesso em: 02 fev. 2024.

GAGNEBIN, I. M. **Sete aulas sobre linguagem, memória e história**. São Paulo: Imago, 1999.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Trad.

Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo. Ed. WMF Martins Fontes. 2013.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Copogó, 2019

LOPES, Ana Lucia. **Kalunga, escola e identidade – experiências inovadoras de educação nos quilombos**. In: SEED-MEC. Educação Quilombola. Brasília: Ministério da Educação, 2007. Disponível em:
<https://www.geledes.org.br/wpcontent/uploads/2017/03/Educacao-quilombola.pdf>

LÖWY, M. “A contrapelo”. A concepção dialética da cultura nas teses de Walter Benjamin (1940). **Lutas Sociais**, [S. l.], n. 25-26, p. 20–28, 2011. DOI: 10.23925/ls.v0i25-26.18578. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18578>. Acesso em: 6 jul. 2023.

MACHADO, R. C. M.; SOARES, I. B.. Por um ensino decolonial de literatura. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 21, n. 3, p. 981–1005, jul. 2021.

MACHADO, Bárbara Araújo. **"Recordar é preciso": Conceição Evaristo e a intelectualidade negra no contexto do movimento negro brasileiro contemporâneo (1982-2008)**. Dissertação de mestrado. 2014.

MARINGOLO, Catia Cristina Bocaiuva. **Poncia Vicêncio e Becos da memória de Conceição Evaristo: construindo histórias por meio de retalhos de memória**. 2014. 132 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciencias e Letras (Campus de Araraquara), 2014. Disponível em:
 <<http://hdl.handle.net/11449/115842>>

MARTINS, Lucienia Libania Pinheiro. **Aforresilientes: a resiliência de mulheres afrodescendentes de sucesso educacional**. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2013.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, n.10, p.7-28, 1993.

MARTINS, Lucienia Libânia Pinheiro. **Contributos para o estudo da resiliência em jovens do ensino profissional em Portugal e no Brasil**. 2018. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2018. Acesso em: 28 jun. 2024.

MIGNOLO, Walter D. **Colonialidade: o lado mais obscuro da modernidade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 32, n. 94, p. 1-18, jun. 2017.

OSÓRIO, Rafael. Desigualdade racial e mobilidade social no Brasil: um balanço das teorias. In: THEODORO, Mário (org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: IPEA, 2008. Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/Livro_desigualdadesraciais.pdf. Acesso em: 13 out. 2023.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. **“Branca para casar, mulata para f. , negra para trabalhar”**: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2008.

PEREIRA, Luena Nascimento Nunes. **Literatura Infanto-juvenil**: discursos afro-brasileiros em construção. Intersecções, v.18, n.2, p.431-457, dez. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/irei.2016.26576>. Acesso em 06 de junho de 2022.

PINHEIRO, Fernanda Regina Martins. **"Ponciá Vicêncio", de Conceição Evaristo: atravessamentos identitários e experiências negro-femininas**. Dissertação de mestrado. Programa de Pos-Graduação em Letras - UEMA. 2020.

PONTES, Heloisa. Retratos do brasil: um estudo dos editores, das editoras e das "coleções **brasileanas**", nas décadas de 1930, 40 e 50. bib, rio de janeiro, n. 26, 56- 89, 1988.

PIEIDADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo: Editora Nós, 2017.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, v.2, n.3, 1989.

RATTS, Alex (Org.). Beatriz Nascimento: **Uma história feita por mãos negras**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário**: cor e raça na sociabilidade brasileira. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SILVA, Ana Rita Santiago da. **Vozes literárias de escritoras negras baianas : identidades, escrita, cuidado e memórias de si em cena**. 255 f.. Tese (doutorado em Letras) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, Salvador, 2010.

SILVA, Pâmela Guimarães; PILAR, Olívia. A voz que incomoda a Casa Grande: a escrivência de Conceição Evaristo e desobjetificação dos sujeitos pesquisados. In: FREITAS, Viviane Gonçalves (org). **Intelectuais Negras: vozes que ressoam**. 2019.

SILVA, GOV. Capital cultural, classe e gênero em Bourdieu. **Informare**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 24-36, 1995.

Disponível em: <http://hdl.handle.net/123456789/215>. Acesso em: 24 jun. 2024.

SILVA, Lucas Trindade da. Uma análise comparativa dos conceitos de subalternidade e racialidade. **Tematicas**, Campinas, SP, v. 23, n. 45, p. 127–154, 2015. DOI: 10.20396/tematicas.v23i45/46.11104. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/11104>. Acesso em: 30

jun. 2024.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 27, núm. 54, dezembro, 2007, pp. 281-300.

SOUZA, Claudete Alves da Silva. **A solidão da mulher negra: sua subjetividade e seu preterimento pelo homem negro na cidade de São Paulo. 2008.** 174 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.